

**CAROLINA SANTOS CAVANI**

**A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO DAS  
DÉCADAS DE 1970-1980: DESCRIÇÃO, POSIÇÕES INTERPRETATIVAS E  
ABORDAGEM EXPLORATÓRIA SOBRE O ENVOLVIMENTO DA ÁREA DE  
ITAPEVA**

Monografia a ser apresentada como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins.

**FLORIANÓPOLIS  
2006**

**CAROLINA SANTOS CAVANI**

**A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO DAS  
DÉCADAS DE 1970-1980: DESCRIÇÃO, POSIÇÕES INTERPRETATIVAS E  
ABORDAGEM EXPLORATÓRIA SOBRE O ENVOLVIMENTO DA ÁREA DE  
ITAPEVA**

**FLORIANÓPOLIS  
2006**

## RESUMO

O tema dessa pesquisa tratou das relações entre dinâmica industrial e espaço no Brasil, em que se observaram movimentos de concentração e de desconcentração geográfica da dinâmica industrial no Sudeste do país. O foco de atenção da pesquisa foi, mais especificamente, o processo de desconcentração da indústria de São Paulo entre as décadas de 1970 e 1980. A desconcentração investigada diz respeito às mudanças relativas na presença de atividades industriais na área da capital e no interior do Estado de São Paulo, e também em outros estados da federação. No que concerne ao envolvimento do interior do Estado de São Paulo, procurou-se identificar, através de uma abordagem exploratória mais específica, em que medida a área de Itapeva – município localizado no Sudoeste paulista – foi afetada por esse processo de desconcentração. Como esse fenômeno de desconcentração industrial suscitou um interessante debate acadêmico sobre o seu sentido e o seu alcance, buscou-se também recuperar os principais termos da discussão, apresentando os pontos de vista em confronto.

**PALAVRAS-CHAVE:** desconcentração industrial, interiorização industrial, dinâmica espacial.

**LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1: Indústrias cindidas territorialmente com a gestão e a produção em diferentes municípios do entorno metropolitano</b>	<b>41</b>
<b>FIGURA 2: Cidades fundadas a partir do pouso de tropas no Estado de São Paulo</b>	<b>69</b>
<b>FIGURA 3: Localização geográfica do município de Itapeva – SP.....</b>	<b>71</b>
<b>FIGURA 4: Estrada de ferro Sorocabana no Estado de São Paulo.....</b>	<b>88</b>
<b>FIGURA 5: A arrecadação do município de acordo com os setores da economia.....</b>	<b>96</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1: Participação do Valor da Transformação Industrial do Estado de São Paulo em Relação ao Brasil, segundo Ramos Industriais 1919-1970 (%).....</b>	20
<b>TABELA 2: Modificação na estrutura setorial na indústria de transformação brasileira no período de 1967/1980(%).....</b>	26
<b>TABELA 3: Distribuição espacial da indústria de transformação do Brasil, segundo regiões e estados selecionados 1970/1985 (%).....</b>	28
<b>TABELA 4: Produção Regional de Grãos (I) 1970/1985 (1.000 T).....</b>	30
<b>TABELA 5: Participação de regiões e estados no PIB 1970/1985 (%).....</b>	31
<b>TABELA 6: Índices do produto interno bruto regional per capita.....</b>	33
<b>TABELA 7: Distribuição espacial do pessoal ocupado e do valor da transformação industrial do Estado de São Paulo: 1959-1980 (%).....</b>	36
<b>TABELA 8: Indústria por porte.....</b>	40
<b>TABELA 9: Taxas de urbanização nas grandes áreas do Estado de São Paulo em 1970 e 1980 (%).....</b>	80
<b>TABELA 10: Composição industrial da Área I – Predominantemente Industrial - em 1967.....</b>	84
<b>TABELA 11: Composição industrial da Área II - Relativo Equilíbrio Setorial - em 1967.....</b>	85
<b>TABELA 12: Composição industrial da Área III – Predominantemente Primária - em 1967.....</b>	86

<b>TABELA 13: Quantidade de empregados da unidade industrial da Lafarge em Itapeva – 2003.....</b>	<b>90</b>
<b>TABELA 14: Impostos gerados pela fábrica da Lafarge em Itapeva – 2003.....</b>	<b>91</b>
<b>TABELA 15: Estabelecimentos industriais em Itapeva/SP.....</b>	<b>94</b>
<b>TABELA 16: População total no Estado de São Paulo e, em alguns municípios selecionados, nos anos de 2000/2001/2002 .....</b>	<b>95</b>
<b>TABELA 17: Valor adicionado da economia de Itapeva/SP no ano de 2002.....</b>	<b>96</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NOS ANOS 70 E 80: CONTEXTO, DIMENSÃO NACIONAL E REFLEXOS NO ESTADO DE SÃO PAULO .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Comportamento da economia brasileira na segunda metade do século XX e primazia industrial de São Paulo.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Busca de um novo padrão industrial e desconcentração espacial dos investimentos.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 Desconcentração industrial interna ao estado de São Paulo.....</b>	<b>34</b>
<b>3 OS PRINCIPAIS TERMOS DO DEBATE SOBRE A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL.....</b>	<b>44</b>
<b>3.1 A desconcentração industrial vista pelo ângulo da divisão regional do trabalho</b>	<b>44</b>
<b>3.2 Pelo enfoque da “desconcentração concentrada”.....</b>	<b>52</b>
<b>3.3 Críticas às abordagens em termos de divisão regional do trabalho e de desconcentração concentrada, e outros enfoques.....</b>	<b>56</b>
<b>4 A ÁREA DE ITAPEVA E O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA: QUE NÍVEL DE ENVOLVIMENTO?.....</b>	<b>66</b>
<b>4.1 Itapeva e sua área: uma caracterização histórica.....</b>	<b>67</b>
<b>4.1.1 Breve histórico sobre a origem de Itapeva.....</b>	<b>67</b>
<b>4.1.2 Uma base econômica estreita em termos históricos.....</b>	<b>71</b>
<b>4.1.3 <u>Itapeva em meados do século XX: posição pouco expressiva em termos econômicos.....</u></b>	<b>73</b>

<b>4.2 Itapeva em meio à configuração espacial da indústria paulista antes do processo de desconcentração dos anos 70 e 80.....</b>	<b>75</b>
<u>4.2.1 Grandes áreas econômicas do Estado de São Paulo no início dos anos 70.....</u>	<u>76</u>
<u>4.2.2 Itapeva em face da dinâmica urbana do Estado de São Paulo até o início dos anos 70 e prolongamento nos anos 80.....</u>	<u>78</u>
<u>4.2.3 Itapeva na estrutura espacial da indústria paulista até o fim dos anos 60.....</u>	<u>82</u>
<b>4.3 TRAÇOS BÁSICOS DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE ITAPEVA: QUE CONEXÕES COM A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NOS ANOS 70 E 80?.....</b>	<b>86</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>99</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>103</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A história do capitalismo está pontilhada de exemplos de reconfiguração espacial dos processos de produção. Estudos como os de Fernand Braudel (BRAUDEL, 1998) e Immanuel Wallerstein (WALLERSTEIN, 2001) mostram, de fato, que o processo de acumulação de capital ostenta uma contínua remodelagem geográfica ao longo dos séculos. Por diferentes motivos, áreas que durante muito tempo registraram forte presença de atividades assistiram à atrofia dos seus aparatos de fabricação, muitas vezes por conta de processos de abandono em benefício de outras localizações. No mesmo diapasão, espaços que figuravam só marginalmente como redutos de efervescência produtiva passaram a concentrar dinâmicas de acumulação que lhes permitiram ganhar destaque na geografia industrial, de uma forma ampla.

Processos desse tipo foram observados também nas últimas décadas, em escala mundial. As transformações econômicas e sociais ocorridas em países centrais levaram ao declínio de poderosos centros industriais, como, por exemplo, Chicago, Liverpool, Osaka, que assistiram à emergência de novos arranjos produtivos em outras áreas e a uma inserção diferenciada de vários outros centros na rede mundial de cidades<sup>1</sup>. Isto possibilitou o surgimento ou o fortalecimento de novos espaços produtivos, com reflexos em termos de desenvolvimento regional, passando, portanto, a ser evocados como modelos a serem seguidos, como por exemplo, a Lombardia e a Cataluña. Para alguns autores<sup>2</sup>, a reestruturação produtiva contemporânea, além de estar associada ao surgimento de novos arranjos produtivos, exhibe também, em diferentes casos, o deslocamento geográfico dos centros dinâmicos, ou dos epicentros do processo de acumulação,

---

<sup>1</sup> Consultar Sassen (1988; 1990).

<sup>2</sup> Consultar, dentre outros, Becattini (1990); Benko e Lipietz (1992).

em decorrência do surgimento ou consolidação de outras áreas com essas características (apresentando novas articulações interfirmas e destas com o espaço urbano) (CAIADO, 2004).

Também no Brasil o tema das relações entre atividade industrial e espaço apresenta-se central. Isso não surpreende, haja vista as dimensões continentais que o país possui e a pesada herança de desigualdades inter-regionais de desenvolvimento que marca a sua trajetória. E este é o foco de interesse geral dessa monografia: as relações entre atividades industriais e espaço no Brasil, abordadas na pesquisa em relação a um “movimento” particular dessa interação, a saber, o da desconcentração geográfica das referidas atividades. Colocar assim o campo de interesse requer especificar um pouco mais o que se pretende fazer, e tal especificação implica situar o aludido “movimento” em termos históricos. O ponto de partida desse exercício, efetuado neste capítulo introdutório com o intuito de esclarecer a problemática da investigação, tem a ver com as mudanças ocorridas no Sudeste, mais especificamente em São Paulo, no início do século XX.

A história econômica e, por extensão, industrial, tanto da Região Sudeste, em geral, quanto do Estado de São Paulo, em particular, não pode ser compreendida sem que se leve em conta a importância do setor cafeeiro. Esse setor se destaca desde o final do século XIX, sendo importante assinalar que, no período de 1850-1930, a dinâmica da economia brasileira era voltada para o mercado externo. O café desempenhava um papel central nessa estrutura econômica. Mas igualmente merecedor de ênfase é que o setor cafeeiro proporcionou as bases da futura liderança industrial paulista. De fato, a acumulação de capital da economia exportadora cafeeira de São Paulo tornou-se responsável pelo início dos investimentos industriais, pois, utilizando-se desse capital, a elite cafeeira paulista passou a diversificar seus negócios, dando origem a atividades industriais ou as impulsionando. Na década de 1930, diante do cenário de crise mundial, o quadro econômico brasileiro passa a apresentar o mercado interno como o foco privilegiado de atenção e, a partir disso, instala-se progressivamente uma nova dinâmica econômica, comandada pelo setor industrial.

A partir de 1930, desencadeia-se um processo de integração nacional que se estende até a década de 1970. Nesse processo, a economia nacional é “modelada” através da instalação de infra-estruturas como rodovias e ferrovias, pela redução e eliminação de impostos sobre o comércio inter-regional e inter-estadual e, igualmente, por conta de uma “nacionalização” de problemas regionais, tendo em vista que a ação pública federal passa a incorporar questões dessa natureza na sua agenda. São Paulo assume o papel de protagonista central na “construção” do mercado nacional, sendo o principal fornecedor de produtos industrializados e um importante consumidor de matérias-primas e insumos provenientes dos demais estados e regiões. Assiste-se aí à gênese, com subsequente consolidação, da primazia industrial paulista.

De fato, a assim chamada “revolução burguesa” de 1930 registrou conflitos, entre as oligarquias das “regiões” brasileiras (nas quais a produção de valor tinha uma realização de caráter praticamente interno) e a oligarquia que comandava a política do café (produção de valor com realização de caráter externo), que resultaram na proeminência da região Centro-Sul em termos econômicos, com São Paulo na posição de centro de gravidade. Por outro lado, o impulso da continuada expansão do café gerou uma *crise de acumulação*, em processo cujo desenrolar fez emergir, ou adquirir intensidade, uma produção de mercadorias (que se realizava internamente) e um movimento de diferenciação na divisão social do trabalho, em que a indústria era o carro-chefe. Nesse movimento dinâmico, observa-se um processo de acumulação diferenciado entre os “Nordestes”<sup>3</sup> e o Centro-Sul, que provoca o surgimento ou o agravamento de disparidades inter-regionais. A destruição de várias atividades nos “Nordestes”, pela incapacidade de fazer frente ao ímpeto competitivo do Centro-Sul, é um aspecto central desse processo, segundo Oliveira (1981).

Essas breves considerações ajudam a compreender as razões pelas quais a produção industrial brasileira concentrou-se no Sudeste, mais exatamente na região metropolitana de São Paulo, a partir da segunda metade do século XX. Nessa região, as plantas industriais já eram

---

<sup>3</sup> Oliveira (1981: 76-77) usa o termo “Nordestes” no sentido de compreender as “regiões” do Nordeste “têxtil-açucareiro” e do Nordeste “algodoeiro-pecuário”.

direcionadas, nesse período, para atingir o mercado nacional. O transporte, especialmente o rodoviário, foi, por sua vez, a partir do Plano de Metas, um importante aliado da expansão industrial paulista. Entre outras coisas, a melhoria no sistema de transportes provocou a atração de um enorme contingente de migrantes nordestinos, seduzidos pelas possibilidades de uma maior renda (NEGRI, 1996).

Assim é que, entre as décadas de 1930 e 1960, a intensificação das trocas de mercadorias inter-regionais, comandadas pela cidade de São Paulo, apresenta-se como uma das principais características da economia nacional. Nesse contexto, as possibilidades de uma desconcentração do dinamismo econômico, capaz de representar um aumento da participação de outros estados ou regiões na estrutura econômica nacional – sobretudo no tocante à industrial –, somente se tornariam viáveis através de uma indução planejada do Estado. Na década de 1950, houve algumas poucas experiências de política de desenvolvimento com espaço na agenda nacional. A referente à SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste foi uma delas, baseada num amplo diagnóstico do problema nordestino. Porém, essa experiência acabou esbarrando no próprio estreitamento dos seus objetivos, baseados essencialmente em políticas de incentivos fiscais para investimentos industriais. Assim, segundo Cano (CANO, *apud* NEGRI, 1996), a equipe chefiada por Celso Furtado incorreu no erro de tentar fazer do Nordeste uma região “autônoma” e com o desenvolvimento escorado em uma política de substituição de importações. Uma política com esse perfil somente poderia fazer sentido no âmbito nacional.

Entre 1961 e 1970, ocorre uma alteração no caráter do processo de integração nacional: passa-se de uma fase mercantil, na qual a integração baseava-se em trocas sob o comando de São Paulo, para uma fase em que despontam os investimentos e a produção. Nessa nova fase, verifica-se um espraiamento do capital paulista para as outras regiões do país: ocorre uma reorganização espacial da produção, na qual empresas paulistas instalam-se em diversas regiões brasileiras, remetendo os lucros obtidos nessas regiões para o “centro do capitalismo nacional”.

Como antecessores a essa alteração de caráter no processo de integração nacional, pode-se destacar dois momentos importantes no processo de industrialização da economia brasileira, identificadas por Cano (1998). O primeiro momento, conhecido como fase da industrialização restringida, 1930 a 1955, é marcado pela ausência de produção de bens de capital; posteriormente, a fase da industrialização pesada, 1956 a 1961, caracteriza-se pela complementação da implantação da indústria brasileira. A expansão da indústria paulista, em consonância com o processo de integração nacional, teve vários efeitos nas demais regiões. Tais efeitos serão tratados no decorrer do trabalho, cabendo assinalar agora, tão-somente, que tais efeitos implicaram estímulo, inibição/bloqueio e destruição em outros estados e regiões, como destaca Oliveira (1981).

Entretanto, esse longo percurso de concentração da dinâmica econômica no Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo, com reflexos importantes em outros estados e regiões, foi substituído por um outro processo em sentido contrário a partir do final dos anos 60 ou início dos 1970. Esse processo, ao qual se vincula estreitamente o tema desta monografia, teve implicações. Quando, em 1970, a indústria paulista atinge 58,2% da indústria nacional, tanto o governo federal quanto o governo do Estado de São Paulo implementam ações na tentativa de lograr uma desconcentração industrial.<sup>4</sup> Eram ações que visavam reduzir as diferenças regionais, provocadas pelas mudanças ocorridas na economia nacional, através da transferência de parte da estrutura produtiva das áreas mais industrializadas para outras áreas. Alguns exemplos destas ações relacionavam-se, entre outros aspectos, à expansão da fronteira agrícola, às políticas de desenvolvimento regional, aos programas federais enfileirados no I e no II PND e ao impulso à urbanização nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O resultado deste processo foi o deslocamento de parte das indústrias paulistas para outros estados e regiões do país e para o

---

<sup>4</sup> Na verdade, a preocupação dos governos estaduais e federais com políticas de “descentralização” industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo para o interior desse estado e para o resto do país, já existia desde a década de 60. Ver mais sobre o assunto em Negri (1996), capítulo 2, parte II.

interior do Estado de São Paulo. Em decorrência, praticamente todas as regiões brasileiras, exceto a Sudeste, apresentam nesse período crescimento de participação no PIB nacional, permitindo caracterizar o período 1970-85 como de “desconcentração industrial” (CAIADO, 2002).

Os parágrafos anteriores conformam a “moldura” dos termos desta monografia e permitem formular o que se pretende realizar. O tema da pesquisa de que se trata inscreve-se nessa seqüência histórica de relações entre dinâmica industrial e espaço no Brasil, em que se observam movimentos de concentração e desconcentração geográfica da dinâmica industrial, sendo que mais recentemente, na visão de alguns autores<sup>5</sup>, estaria ocorrendo uma reconcentração dessa dinâmica no Sudeste do país. O foco de atenção da pesquisa é, especificamente, o processo de desconcentração da indústria de São Paulo, desdobrado entre as décadas de 1970 e 1980. A desconcentração investigada refere-se ao Estado de São Paulo, dizendo respeito às mudanças relativas na presença de atividades industriais na área da capital e no interior do estado, e também em outros estados da federação. A intenção básica é, identificar aspectos centrais desse processo. No que concerne ao envolvimento do interior do Estado de São Paulo, procura-se identificar, de uma forma mais específica, em que medida a área de Itapeva – município localizado a Sudoeste do Estado de São Paulo – foi afetada pelo processo de desconcentração paulista. O interesse por Itapeva prende-se, por um lado, ao fato de tal área situar-se historicamente longe dos principais ambientes industriais do estado, mostrando uma base econômica ligada a atividades primárias, incluindo o extrativismo mineral e madeireiro. Ora, é fenômeno destacado na literatura sobre desenvolvimento regional o interesse do capital por áreas “periféricas” que oferecem mão de obra de baixos salários e, assim, favorecem estratégias de localização industrial que Lipietz<sup>6</sup> descreve com a expressão “circuitos de ramo”. Por outro lado, a opção por Itapeva reflete o fato de a

---

<sup>5</sup> Alguns desses autores são Galvão (1996).

<sup>6</sup> Para ler mais sobre o assunto, consultar Lipietz (1987; 1988).

autora ser natural desse município. O coroamento do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, representado pela monografia, significa, portanto, chance de aproveitamento dos conteúdos adquiridos para compreender melhor os processos que dizem respeito ao ambiente de vida da pesquisadora. Trata-se, no entender da autora, de uma justificativa pertinente. Entretanto, a pesquisa vai além da abordagem da desconcentração em si. Como esse fenômeno suscitou um interessante debate acadêmico sobre o seu sentido e o seu alcance, busca-se também recuperar os principais termos da discussão, apresentando os pontos de vista em confronto.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

Esta pesquisa possui como objetivo amplo analisar o processo de desconcentração da indústria paulista nas décadas de 1970 e 1980, assim como reunir elementos que possam ajudar a pensar sobre o significado desse processo em termos de reorganização espacial da indústria entre a Região Metropolitana e o interior do Estado de São Paulo.

### **Objetivos Específicos**

Esse objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos principais:

1. descrever o processo de desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo;
2. apresentar os principais termos do debate sobre o fenômeno de desconcentração industrial paulista;
3. realizar investigação exploratória sobre o possível envolvimento da área de Itapeva, município localizado no Sudoeste do Estado de São Paulo, no processo de desconcentração industrial, procurando formar uma idéia sobre o quanto tal área teria sido afetada por esse processo.

## **Metodologia**

O estudo envolve pesquisa bibliográfica e documental, visando a caracterização do processo de desconcentração industrial em São Paulo, e também um estudo de caso sobre o município de Itapeva envolvendo, além de pesquisa bibliográfica e documental, entrevista com interlocutor selecionado.

O arcabouço teórico, importante para amparar o alcance dos objetivos propostos, baseia-se em material bibliográfico produzido por outros pesquisadores (principalmente aqueles vinculados à literatura básica sobre o tema da pesquisa, desenvolvida no Instituto de Economia da Unicamp e na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. Além disso, foram coletados dados em diferentes tipos de publicações, auxiliando na observação dos impactos do processo de desconcentração na área do estudo proposto.

Buscando atingir o terceiro item dos objetivos específicos, referente a Itapeva, procurou-se fazer uma pesquisa de campo, com entrevista em interlocutor selecionado e visitas em entidades públicas do município.

## **Estrutura da Monografia**

O *primeiro capítulo* trata da introdução, da problemática, dos objetivos, da metodologia e da estrutura do trabalho.

No *segundo capítulo* efetua-se uma descrição do processo de saída das atividades industriais de São Paulo, ou seja, da desconcentração industrial em São Paulo.

O *terceiro capítulo* recupera o debate sobre os movimentos de concentração/desconcentração espacial na dinâmica econômica brasileira.

No *quarto capítulo* apresenta-se o estudo de caso que procura investigar sobre o envolvimento da área de Itapeva no processo de desconcentração industrial ocorrido no Estado de São Paulo.

O *quinto capítulo* contém as considerações finais, com a conclusão do trabalho.





## **2 DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NOS ANOS 70 E 80: CONTEXTO, DIMENSÃO NACIONAL E REFLEXOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Este capítulo aborda o processo de desconcentração industrial registrado nos anos 70 e 80 em escala nacional. O objetivo é “descrever” esse movimento, inserindo-o na trajetória recente da economia do país, e lançar um olhar, ao final, à reconfiguração espacial da produção industrial dentro do Estado de São Paulo.

### **2.1 Comportamento da economia brasileira na segunda metade do século XX e primazia industrial de São Paulo**

Como foi visto na introdução deste trabalho, vários foram os fatores que contribuíram para a concentração das atividades industriais na região Sudeste, especialmente em São Paulo, e ainda, mais especificamente, na Região Metropolitana de São Paulo. Nos primórdios do processo, como se destacou, a concentração permitiu observar o papel da economia cafeeira e suas base de sustentação, que acabaram por favorecer, e depois por efetivar, a atividade industrial em São Paulo.

Em meados dos anos 50, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil contou com a participação de um Estado planejador, promotor de uma nova estratégia de crescimento. Na verdade, já a partir da década de 30 (industrialização restringida), as medidas de política adotadas pelo governo foram fundamentais para a elevada expansão industrial verificada em todo o período pós-1930. Dentre esse conjunto de medidas, podemos destacar, segundo Serra (1984):

- políticas de apoio à substituição de importações, uma vez que as dificuldades econômicas da década de 30 e do pós guerra provocaram restrições na capacidade de importar;
- investimentos estatais em infra-estrutura de energia e de transportes, como também na produção de bens intermediários.

Deve ser frisado que a partir dos anos 30 o Estado mostrou-se crescentemente comprometido com a industrialização e com o desenvolvimento econômico, agindo decisivamente para estimular a substituição de importações e a integração do mercado nacional. Nesse contexto, temos a consolidação de uma articulação comercial entre as diversas regiões e a ampliação da concentração industrial em São Paulo. Os dados sobre a participação paulista na produção industrial comprovam essa concentração, pois em 1919 a participação paulista era de 34%, passando para 41% em 1939, 49% em 1949, e atingindo 55,5% em 1959 (Tabela 1).

Até 1955, vários foram os empreendimentos realizados pelo Estado, os quais causaram, na sua totalidade, impactos no crescimento industrial tanto nos últimos anos da “industrialização restringida” (1930-55), quanto nos primeiros anos da “industrialização pesada” (1956-60).<sup>7</sup> Dentre esses empreendimentos, podemos destacar: a Companhia Vale do Rio Doce, com a produção de minério de ferro, Companhia Nacional de Álcalis com barrilha e soda cáustica, Companhia Siderúrgica Nacional com o aço, Acesita, com aços especiais, Fábrica Nacional de Motores com caminhões, Petrobrás com refino de petróleo, e, a criação do BNDE.

Em 1956, tendo como marco preliminar o Plano de Metas (1956-60), a industrialização passa por transformações estruturais, caracterizadas pela introdução de novos setores. Isso, ressaltou-se, baseou-se em articulações arquitetadas pelo Estado, em grande medida. Lessa (1975) afirma que Plano de Metas se constituiu na decisão mais sólida e consciente em favor da industrialização na história econômica nacional, conferindo prioridade à construção de estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Nesse período (1956-60) ficou conhecido, conforme indicado, como o da expansão da “industrialização pesada”, o crescimento industrial foi acelerado através da implantação do setor de bens de consumo duráveis e da indústria pesada.

---

<sup>7</sup> A periodização aqui adotada foi proposta por Wilson Cano (CANO, 1998).

A estrutura dos investimentos nesse período se dá a partir de um tripé formado pelo capital privado internacional, pelo capital público e pelo capital privado nacional (em menor escala), proporcionando uma mobilização de capital diferenciada do momento anterior, e necessária às grandes inversões exigidas pelo Plano de Metas. Esses investimentos implicaram numa alteração no sistema produtivo e numa ampliação da capacidade produtiva que superou a demanda pré-existente, configurando, portanto, um novo padrão de acumulação. É importante destacar que, além dos investimentos estatais do período, notadamente na produção de insumos básicos e em infra-estrutura, os novos instrumentos de política econômica e de incentivos à produção industrial foram cruciais para a indústria nacional<sup>8</sup>.

Foi entre 1956- 60 que as indústrias automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e de máquinas e equipamentos instalaram-se no país, possibilitando a expansão das indústrias produtoras de bens de capital e de consumo durável. Paralelamente, a indústria de bens intermediários (siderúrgica, papel e celulose, materiais não-ferrosos etc) também apresentou expansão.

Neste cenário, houve uma alteração do crescimento industrial nacional. Por um lado, intensificou-se a concentração econômica em São Paulo, mas, por outro, tornou-se necessária uma maior complementaridade entre as bases de recursos naturais e da indústria. Isso estimulou o desenvolvimento de outros espaços do país e a integração produtiva. Todavia, cabe reforçar que, no período de implantação da indústria pesada, São Paulo prosseguiu ampliando sua participação na produção nacional, que passou de 55,5% em 1959 para 58,1% em 1970. É possível verificar tal aumento de concentração em praticamente todos os ramos industriais. Em 1970, 15 ramos respondiam por mais de 50% da produção nacional, e outros três ramos perfaziam entre 40% e 50% da produção nacional (Tabela 1).

---

<sup>8</sup> Ver sobre a política econômica do Plano de Metas em Lessa (1975).

**TABELA 1: Participação do Valor da Transformação Industrial do Estado de São Paulo em  
Relação ao Brasil, segundo Ramos Industriais 1919-1970 (%)**

<b>Ramos Industriais</b>	<b>1919</b>	<b>1939</b>	<b>1949</b>	<b>1959</b>	<b>1970</b>
<b>Total</b>	<b>33,8</b>	<b>40,7</b>	<b>48,9</b>	<b>55,5</b>	<b>58,1</b>
<i>Minerais não-metálicos</i>	55,6	44,6	50,8	50,5	49,9
<i>Metalúrgica</i>	48,5	34,2	49,5	43,4	52,7
<i>Mecânica</i>	-	69,7	70,4	78,5	68,5
<i>Material Elétrico e de Comunicação</i>	-	60,2	78,8	80,1	78,9
<i>Material de Transporte</i>	48,8	85,4	70,8	86,6	81,1
<i>Madeira</i>	21,8	23,4	27,0	20,5	18,8
<i>Mobiliário</i>	26,7	41,0	49,3	58,7	54,9
<i>Papel</i>	-	39,4	55,7	60,7	65,2
<i>Borracha</i>	-	35,5	84,0	86,7	83,9
<i>Químicas</i>	29,1	44,3	70,5	64,8	54,1
<i>Farmacêutica</i>	-	-	46,6	50,6	66,4
<i>Perf. Sabões e Velas</i>	-	-	37,0	47,8	68,3
<i>Mat. Plásticas</i>	-	...	85,0	51,3	68,3
<i>Couros e Peles</i>	32,2	29,4	31,5	29,7	27,9
<i>Têxtil</i>	38,6	51,2	55,3	57,0	61,7
<i>Vestuário</i>	41,0	44,0	48,2	54,6	56,7
<i>Alimentar</i>	26,9	25,1	35,3	40,7	44,0
<i>Bebidas</i>	-	38,7	41,2	46,5	41,7
<i>Fumo</i>	-	33,6	39,9	38,2	36,5
<i>Editorial e Gráfica</i>	...	37,5	41,6	50,4	52,5
<i>Diversas</i>	47,2	50,2	57,9	73,4	70,5

Fonte: Cano (1998, p.99)

(-) Dados inexistentes. (.) Dados não disponíveis.

No período compreendido entre 1962-67, a economia brasileira passou por seu pior momento desde o pós-guerra. Houve desaceleração no ritmo de crescimento do produto industrial e da construção civil<sup>9</sup>, num quadro de crise inegável. Essa crise foi possível graças à estrita base técnica industrial, ao desajuste entre oferta e demanda industriais, nível e distribuição de renda e ao sistema financeiro deficiente. Ou seja, se considerarmos o período que se inicia em 1956 e se estende até 1967, verificamos dois momentos característicos da “industrialização pesada”, um expansionista (1956-60) e outro de crise (1962-67).

Contudo, em 1964, com o regime militar instaurado, uma série de reformas econômicas<sup>10</sup> impulsionaria depois a retomada do crescimento da economia, contornando temporariamente as insuficiências do financiamento público<sup>11</sup>. A partir de 1967, inicia-se a recuperação da economia, que só se tornou possível em decorrência não só das reformas econômicas, mas também de um conjunto de políticas, de ordem fiscal e monetária, mais flexíveis (durante o segundo governo militar), e igualmente devido às condições favoráveis proporcionadas pela economia internacional.

O período que engloba os anos de 1967 até 1973, estendido até 1979 pelo programa de investimentos do II PND, ficou conhecido como fase expansiva da economia. Esse período permite a identificação de dois momentos diferentes:

---

<sup>9</sup> Ver sobre este período em Lessa (1975).

<sup>10</sup> As principais medidas implementadas entre 1964 e 1966 foram: lei do mercado de capitais – lei das S/As em 1965, reforma tributária em 1966, reforma do sistema financeiro em 1966, criação dos fundos parafiscais: FGTS, PIS E PASEP, criação do BNH em 1965, reestruturação dos preços e tarifas dos serviços industriais de utilidade pública, instituição da correção monetária e das ORTNs, alteração da lei de remessa de lucros, novo sistema de incentivo às exportações e instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (CAIADO, 2002).

<sup>11</sup> As reformas auxiliaram a capacidade de investimento do Estado, porém, no financiamento privado, só atuaram no financiamento de consumo. Ver sobre o tema em Tavares (1978).

- Primeiro momento (1967-1970): o crescimento é impulsionado principalmente pela utilização da capacidade ociosa gerada anteriormente (1956-67)<sup>12</sup>.
- Segundo momento (1970-1973): estando a capacidade ociosa praticamente esgotada, o principal indutor da expansão foi o investimento produtivo, com a conjugação de taxa de crescimento alta e elevação da formação bruta de capital; efeitos de encadeamento importantes marcaram esse período.

Outras características distintivas desse segundo momento foram: a forte aceleração da produção de bens de capital – ultrapassando a de bens duráveis – e, também, a produção ampliada do setor de bens de consumo não-durável. A ampliação do setor de não-duráveis é considerada por Teixeira (1992) como uma resposta ao crescimento industrial, à elevação da taxa global de investimento e à urbanização. De acordo com Belluzzo (1984, p.98), o excepcional desempenho do setor de bens de capital, entre 1971-73, pode ser creditado principalmente à forte taxa de acumulação da indústria automobilística (70% de incremento do capital fixo em 1973), e também à implantação de programas estatais de siderurgia, telecomunicações e petroquímica.

Porém, a economia apresentava na fase expansiva uma alta propensão a importar, reflexo de uma estrutura industrial incompleta. Nesse contexto, o governo elabora um ambicioso programa de substituição das importações – I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) – que acabou por acelerar o endividamento externo num período de grande crescimento econômico.

Em 1974, o ciclo expansivo que a economia registrava parecia ter atingido seu auge e, já em 1975, a taxa de crescimento do produto perde vigor, iniciando-se uma desaceleração. Mesmo diante da fragilidade da balança comercial e da inflação, o governo opta pela continuidade da promoção da indústria, pois acreditava que a fragilidade da estrutura brasileira residia na pequena dimensão da indústria de bens de produção, e que a crise do primeiro “choque do petróleo” não interromperia o fluxo de investimentos externos.

---

<sup>12</sup> Ver sobre o período em Belluzzo (1984).



É nesse contexto que o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) é formulado. Seu principal objetivo era a montagem de um novo padrão de industrialização, tendo como centro da dinâmica econômica a indústria de base. Na esteira desse processo, almejavam-se redefinições da infra-estrutura de suporte, com repercussões na integração nacional (LESSA, 1978).

Nos anos 80, o ambiente de crise profunda que caracterizou a economia brasileira teve fortes reflexos na indústria nacional, incidindo, sobretudo, em São Paulo. É importante frisar que muitos dos resultados referentes tanto ao deslocamento de plantas industriais para áreas periféricas quanto à diversificação industrial, alcançados, ao menos parcialmente, graças aos esforços de planejamento governamental nas décadas de 1950/60/70, acusaram o impacto desse ambiente de crise. Isso porque os desequilíbrios macroeconômicos e as dificuldades impostas, por exemplo, pela dívida externa teve efeitos restritivos tanto nos recursos privados, quanto nos recursos de origem estatal. Segundo Haddad (1996), tratava-se de um período difícil, no qual ocorreu o esgotamento do modelo de substituição de importações. No entanto, entre 1980-1985, mesmo com a redução da participação do Estado de São Paulo na produção industrial nacional, o desempenho desse estado foi bastante satisfatório, pois o produto industrial interiorano paulista cresceu cerca de 9% no período, superando a média nacional. Isso sugere um destacado envolvimento do interior do estado: o interior contava, de fato, em 1985, com importantes destaques frente à produção nacional em diversos ramos industriais (mecânica, material de transportes, papel e papelão, borracha, química, têxtil, alimentos e bebidas), todos representando, em média, cerca de 23% do total nacional.

De todo modo, a desconcentração observada desde os anos 1970 não se revelou duradoura. Segundo diferentes pesquisadores, as condições gerais do final dos anos 80 e da década de 90 teriam contribuído para que houvesse um esgotamento daquele processo e para que uma nova tendência à concentração ganhasse vigor. A partir do final da década de 1980, com a abertura comercial, a situação das políticas nacionais se tornou mais complexa e confusa

(GALVÃO, 1996). Os três fatores que influenciaram de maneira significativa essa situação foram: a) intensidade tecnológica do ciclo de expansão e concentração da base técnica e científica no Sul e Sudeste; b) deterioração da capacidade financeira do governo federal; c) atração exercida pelo Mercosul. (HADDAD, *apud* GALVÃO, 1996).

Neste contexto, emerge o que passou a ser referido como “guerra fiscal”, isto é, uma ferrenha disputa entre entes federados em torno da atração de novos investimentos industriais, com base, essencialmente, em incentivos fiscais. Nesse processo, o uso de incentivos, que inicialmente visavam atrair investimentos produtivos em áreas periféricas, acabou por comprometer as finanças públicas e contribuir para chamar a atenção para a fragilidade da “costura” federativa do país, haja vista a intensidade da disputa, na qual prevaleciam os interesses individuais dos estados em detrimento do conjunto da nação. Esse quadro não é estranho à orientação adotada pelo Estado brasileiro em nível nacional, que praticamente abriu mão de fazer de políticas estruturadoras, afetando os processos de convergência inter-regional da renda e de desconcentração industrial. Com efeito, o “desenvolvimento regional ficou restrito à ‘guerra fiscal’ e à fria lógica da localização industrial, que, logicamente, é concentradora” (CAIADO, 2004, p.16).

## **2.2 Busca de um novo padrão industrial e desconcentração espacial dos investimentos**

A estratégia de integração do território nacional contida no II PND privilegiava a localização de investimentos produtivos (públicos e privados) fora do pólo principal da indústria brasileira – São Paulo - em sintonia com a implementação de políticas ativas de incentivos à desconcentração industrial, além de políticas de transporte, comunicações, geração de energia e programas de colonização. Um aspecto importante era a proposta de ocupação de “vazios” do território nacional, embutida no discurso de “integração nacional” desde 1970. Essa proposta

dizia respeito ao processo de “colonização” do Centro-Oeste e da Amazônia, o qual, segundo Cano (1998), foi um instrumento de acomodação e pressões sociais (como, por exemplo, a que se refere à reforma agrária).<sup>13</sup>

Fazendo um resumo desse quadro geral, é importante destacar que o Brasil ingressou nos anos 80 com uma estrutura industrial muito mais complexa, diversificada e integrada do que apresentava anteriormente. Se desagregarmos as informações, fica evidente que entre 1967-1980 houve uma modificação na estrutura setorial da indústria brasileira, com declínio da participação da indústria produtora de bens não-duráveis e ampliação da participação das indústrias de bens de capital e de bens intermediários. Os dados confirmam essa configuração, como se pode ver na tabela 2 a seguir.

---

<sup>13</sup> “O aceno para a ocupação dos ‘vazios’ do território nacional constitui escamoteação para uma das mais graves questões nacionais, que é a da reforma agrária. O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975/79), em seu capítulo quinto, formulou uma ‘estratégia nacional e política de população’ que, entre outras medidas, pensou a colonização do Centro-Oeste e da Amazônia, para dar vazão ocupacional para grande parte do “excedente populacional” do país, principalmente do Nordeste. Considerar, hoje, a possibilidade de um amplo assentamento de colonos nessas áreas, mantida a presente situação, constitui, no mínimo, desconhecimento sobre a realidade agrária nacional”. (Cano, 1998: 26).

**TABELA 2: Modificação na estrutura setorial na indústria de transformação brasileira no período de 1967/1980 (%)**

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS SELECIONADAS	1967	1970	1975	1980
<b>GRUPO I</b> Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis	42,0	40,4	33,6	31,5
1. Têxtil	9,8	9,3	6,1	6,2
2. Vest., calçados e art. Tecidos	3,1	3,3	3,8	4,7
3. Alimentos	14,5	13,5	11,3	11,6
4. Outros	14,6	14,3	12,4	9,0
<b>GRUPO II</b> Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	36,6	37,1	40,8	41,3
1. Química	10,9	10,0	12,1	14,6
2. Minerais não-metálicos	5,6	5,3	6,2	5,6
3. Metalurgia	10,5	11,6	12,6	11,6
4. Outros	9,6	9,6	9,9	9,5
<b>GRUPO III</b> Indústrias predominantemente produtoras de Bens de capital e de consumo duráveis	21,4	22,5	25,6	27,2
1. Mecânica	5,1	7,1	10,3	10,2
2. Material de transporte	8,4	8,0	6,3	7,5
3. Material elétrico e de comunicações	6,1	5,4	5,8	7,0
4. Outros	1,8	2,0	3,2	2,5
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Negri (1996, p.151)

Obs: dados percentuais da participação na indústria de transformação brasileira.

O conjunto de incentivos ao desenvolvimento regional promovido pelas políticas da época, produziu investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumos e a expansão da fronteira agrícola. Junto com isso, houve projetos de grande envergadura (hidrelétricos, não-ferrosos, siderúrgicos, químicos etc), em grande parte implantados distantes do centro de gravidade da indústria brasileira. O somatório dessas ações foi a aceleração do crescimento econômico e a promoção notável da desconcentração produtiva regional. Contudo, São Paulo

continuou apresentando altas taxas de crescimento, intensificando, assim, suas articulações com o restante do país.

O processo de desconcentração industrial iniciado nos anos 70 ampliou a participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) nacional de quase todas as unidades da federação. O crescimento econômico e a alteração do seu perfil exigiram das áreas periféricas um maior esforço no uso de suas bases de recursos naturais, uma vez que os investimentos regionalizados implicaram setores baseados nestes recursos, induzindo altas taxas de crescimento naquelas áreas.<sup>14</sup> Porém, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que se observa é uma redução dessa participação, sendo que a participação do primeiro caiu de 58,1% para 51,9%, e a do segundo, de 15,7% para 9,5%, entre 1970-85. Já a participação do interior paulista no VTI nacional, cresce de 14,7% para 22,5% no mesmo período.

O Nordeste (inclusive Bahia), aumentou sua participação de 5,7% para 8,6%. O destaque, no aumento da participação da Bahia, relaciona-se, dentre outros fatores, à implantação do pólo petroquímico de Camaçari. O sul, de sua parte, ampliou sua participação de 12% para 16,7%, graças, em grande medida, ao pólo petroquímico de Triunfo (Rio Grande do Sul), à produção têxtil em Santa Catarina e à diversificação na agroindústria regional, entre outros fatores (Tabela 3).

---

<sup>14</sup> Não se deve omitir o fato de que o crescimento da produção primária na periferia enseja também uma expansão industrial, seja pela agroindustrialização, ou pela própria expansão urbana que estimula o surgimento local de algumas indústrias leves de âmbito local ou regional. (CAIADO, 2002, p.24)

**TABELA 3: Distribuição espacial da indústria de transformação do Brasil, segundo regiões e estados selecionados 1970/1985 (%)**

Distribuição percentual do VTI da Indústria de Transformação				
Regiões e Estados	1970	1975	1980	1985
Nordeste (menos BA)	4,2	4,5	4,4	4,8
Bahia	1,5	2,1	3,1	3,8
Minas Gerais	6,4	6,3	7,8	8,3
Rio de Janeiro	15,7	13,6	10,2	9,5
São Paulo	58,1	55,9	54,4	51,9
a) Metrópole	43,4	38,8	34,2	29,4
b) Interior	14,7	17,1	20,2	22,5
Paraná	3,1	4,0	4,1	4,9
Santa Catarina	2,6	3,3	3,9	3,9
Sul				
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	7,9	7,9
Outros Estados	2,1	2,8	4,2	5,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Negri (1992)

Embora esta monografia se dedique   desconcentra o de atividades industriais, cabe também indicar que houve mudanças na configura o espacial do setor agrícola em escala de país. Isso ocorreu a reboque das grandes mudanças vivenciadas pela agricultura desde os anos 70.

De fato, de acordo com Caiado (2002), a agricultura passou por fortes mudanças, impulsionadas pela acelerada urbaniza o, pelos incentivos exportadores vindos do governo e pela cria o do Proálcool. Algumas dessas mudanças foram: mecaniza o, quimifica o, variedades de culturas e raças, redefini o das rela es do capital comercial tradicional, subsídios e aumento da produtividade do trabalho e do rendimento da terra. Entre os resultados figurou a proeminência do setor de gr os, que se tornou o mais dinâmico da agricultura nesse período: verificou-se, de fato, uma amplia o da quantidade produzida de 36 toneladas em 1970 para 56

toneladas em 1985. A soja vale sublinhar, passou a ser a principal *commodity* agroexportável, e foi grande responsável pelo dinamismo do setor.

Outro aspecto a ser destacado é que, se de um modo geral a agricultura avançou bastante no período compreendido entre 1970-80, a estrutura de posse da terra não sofreu alteração, ampliando ainda mais o elevado grau de concentração dos grandes estabelecimentos exploradores (NEGRI, 1996). De fato, no final da década de 70, seis produtos agrícolas concentravam 78,5% do valor da produção agrícola: cana-de-açúcar (27,7%), café (23,8%), laranja (8,8%), milho (7,4%), soja (5,5%) e feijão (5,3%).

Um dos fatos importantes do período foi a perda da hegemonia do Rio Grande do Sul, que, até 1970, era o líder nacional na produção de grãos, em favor do Paraná (Tabela 4). Cabe assinalar que, não obstante a grande expansão da fronteira agrícola registrada no período, o início da desconcentração produtiva na agricultura teve lugar, a rigor, desde a década de 1910, quando a abertura do Norte paranaense começou a atrair paulistas, mineiros e nordestinos (estes últimos dizendo respeito, sobretudo, aos expulsos pelas grandes secas de 1931-32)<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Para ver mais sobre os caminhos percorridos pela agricultura brasileira, consultar Furtado (1961) e Cano (2000).

**TABELA 4: Produção Regional de Grãos (I) 1970/1985 (1.000 T)**

BRASIL, REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS	1970 (II)		1975 (III)		1980 (III)		1985 (III)	
	GRÃOS	SOJA	GRÃOS	SOJA	GRÃOS	SOJA	GRÃOS	SOJA
<b>BRASIL</b>	<b>36.251</b>	<b>6.444</b>	<b>41.703</b>	<b>9.666</b>	<b>47.680</b>	<b>13.468</b>	<b>56.315</b>	<b>15.717</b>
Rondônia	62	-	150	-	274	-	446	1
Maranhão	934	-	1.063	-	1.277	0	1.302	10
Bahia	853	0	697	1	768	2	1.044	84
São Paulo	4.895	426	4.889	655	5.188	993	5.862	916
Minas Gerais	3.448	47	3.640	83	4.257	253	4.922	740
<b>CENTRO - OESTE (IV)</b>	<b>3.726</b>	<b>299</b>	<b>4.469</b>	<b>364</b>	<b>6.815</b>	<b>1.676</b>	<b>10.433</b>	<b>4.906</b>
Goiás	2.263	94	2.494	74	3.409	374	4.418	1.111
Mato Grosso	1.461	205	1.970	290	1.340	123	2.688	1.542
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	2.039	1.165	3.229	2.177
Distrito Federal	2	0	5	0	27	14	98	76
<b>SUL</b>	<b>19.535</b>	<b>5.671</b>	<b>24.356</b>	<b>8.563</b>	<b>28.220</b>	<b>10.544</b>	<b>28.726</b>	<b>9.057</b>
Paraná	7.825	1.958	10.529	3.571	12.806	4.794	12.739	3.711
Santa Catarina	2.655	342	3.174	436	3.815	597	3.557	547
Rio Grande do Sul	9.055	3.371	10.653	4.555	11.599	5.152	12.430	4.799
<b>DEMAIS ESTADOS (V)</b>	<b>2.798</b>	<b>0</b>	<b>2.440</b>	<b>0</b>	<b>881</b>	<b>0</b>	<b>3.579</b>	<b>3</b>

Fonte: (CAIADO, 2002, p.22). (Fundação IBGE. Anuário Estatístico, vários anos)

(I) inclui: algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, sorgo e trigo; (II) média 1970/1971/1972; (III) média trienal do ano anterior, ano base e ano posterior; (IV) a produção da parte do estado de Goiás que passaria a compor o estado de Tocantins está computada no Centro-Oeste; (V) inclui: AM, AP, AC, TO, PA, RR, PI, RN, PB, PE, CE, AL, SE, ES e RJ.

Essa ampla movimentação haveria de ter reflexos gerais, de grande amplitude. Isso transpareceu na composição estadual e regional do Produto Interno Bruto (PIB). Considerando a participação regional no PIB, a região Sudeste apresenta redução de 65,5% para 59,1% no período de 1970-85, enquanto as outras regiões ampliaram suas participações. Veja a seguir:



**TABELA 5: Participação de regiões e estados no PIB 1970/1985 (%)**

REGIÕES E UFs	1970	1975	1980	1985
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>NORTE</b>	<b>2,2</b>	<b>2,0</b>	<b>3,3</b>	<b>4,1</b>
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,7	0,7	1,1	1,3
Pará	1,1	1,0	1,6	1,8
Rondônia	0,1	0,1	0,3	0,5
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,1
Tocantins	-	-	0,2	0,1
<b>NORDESTE</b>	<b>11,7</b>	<b>11,1</b>	<b>12,0</b>	<b>13,6</b>
Alagoas	0,7	0,6	0,7	0,7
Bahia	3,8	3,7	4,3	5,1
Ceará	1,4	1,3	1,5	1,7
Maranhão	0,8	0,7	0,8	1,0
Paraíba	0,7	0,7	0,7	0,7
Pernambuco	2,9	2,7	2,5	2,4
Piauí	0,4	0,4	0,4	0,4
Rio Grande do Norte	0,5	0,6	0,6	0,9
Sergipe	0,4	0,4	0,4	0,7
<b>SUDESTE</b>	<b>65,5</b>	<b>64,9</b>	<b>62,3</b>	<b>59,1</b>
Minas Gerais	8,3	8,4	9,4	9,8
Espírito Santo	1,2	1,0	1,5	1,7
Rio de Janeiro	16,7	15,3	13,7	12,3
São Paulo	39,4	40,1	37,7	35,4
<b>SUL</b>	<b>16,7</b>	<b>17,9</b>	<b>17,0</b>	<b>17,1</b>
Paraná	5,4	6,6	5,8	6,1
Santa Catarina	2,7	2,8	3,3	3,2
Rio Grande do Sul	8,7	8,5	7,9	7,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>3,9</b>	<b>4,1</b>	<b>5,4</b>	<b>6,0</b>
Distrito Federal	1,3	1,4	2,0	2,2
Goiás (*)	1,5	1,5	1,7	2,0
Mato Grosso (**)	1,1	0,8	1,1	1,0
Mato Grosso do Sul	-	0,4	0,6	0,8

Fonte: (CAIADO, 2002, p.20. (Fundação IBGE)

(\*) inclui os municípios que integram Tocantins; (\*\*) em 1970 inclui os que integram Mato Grosso do Sul.

Examinando os efeitos do processo de desconcentração entre 1970 e 1985 em termos de evolução do PIB *per capita*, observa-se que houve uma certa tendência de convergência de regiões e estados em torno da média nacional. Sobre os fatores que sustentaram essa

convergência, Caiado (2002) salienta que, além do crescimento econômico das regiões periféricas, teve grande importância também a dinâmica demográfica, notadamente a migração. De fato, “[O]s intensos fluxos migratórios também contribuíram para elevar a renda *per capita* das principais regiões expulsoras (Minas Gerais e Nordeste) e reduzir a das receptoras (Noroeste, Centro-Oeste, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, e Santa Catarina) possibilitando certa “redistribuição” da pobreza, num amplo processo de **acomodação dos problemas sociais**”. (destaque no original) (CAIADO, 2002, p.27).

De fato, em 1970 apenas três estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e o Distrito Federal apresentavam níveis de renda acima da média nacional; em 1985, mais três estados haviam sido incorporados a esse grupo (Espírito Santo, Santa Catarina, e Paraná). Paralelamente, em 1970, dez estados apresentavam renda abaixo da média, já em 1985, este número cai para seis estados (Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí). Um fato que não deve passar despercebido é que, apesar da desconcentração, nunca houve nas Regiões Norte e Nordeste sequer um único Estado com renda igual ou superior à média nacional. (Tabela 6).

**TABELA 6: Índices do produto interno bruto regional per capita**

Base: Brasil = 100

REGÕES E ESTADOS	1970	1975	1980	1985
<b>BRASIL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>NORTE</b>	<b>56</b>	<b>47</b>	<b>68</b>	<b>72</b>
Acre	55	31	46	52
Amapá	91	44	55	64
Amazonas	67	66	93	98
Pará	47	39	54	57
Rondônia	87	50	65	84
Roraima	75	58	62	62
Tocantins	-	-	-	-
<b>NORDESTE</b>	<b>39</b>	<b>37</b>	<b>41</b>	<b>47</b>
Alagoas	40	37	40	42
Bahia	47	46	55	64
Ceará	31	28	35	39
Maranhão	27	22	26	30
Paraíba	28	29	28	30
Pernambuco	53	50	49	48
Piauí	20	20	21	23
Rio Grande do Norte	32	36	40	53
Sergipe	45	41	41	67
<b>SUDESTE</b>	<b>153</b>	<b>150</b>	<b>143</b>	<b>137</b>
Minas Gerais	67	72	84	89
Espírito Santo	68	61	86	95
Rio de Janeiro	173	160	145	135
São Paulo	207	199	179	166
<b>SUL</b>	<b>94</b>	<b>107</b>	<b>106</b>	<b>110</b>
Paraná	73	96	90	100
Santa Catarina	86	92	108	104
Rio Grande do Sul	120	125	121	123
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>71</b>	<b>69</b>	<b>85</b>	<b>93</b>
Distrito Federal	219	177	202	207
Goiás (I)	48	48	52	66
Mato Grosso (II)	63	63	80	78
Mato Grosso do Sul	-	65	79	82

**Fonte:** (CAIADO, 2002, p.28). (Fundação IBGE – Anuário Estatístico de 1992)

(I) inclui os municípios que integram o estado de Tocantins; (II) em 1970 inclui os municípios que integram o Mato Grosso do Sul.

### 2.3 Desconcentração industrial interna ao estado de São Paulo

Na realidade, nesse amplo movimento, houve a consolidação da segunda maior aglomeração industrial do país – o interior do Estado de São Paulo, que perde em presença de atividades industriais apenas para a área metropolitana da capital paulista. Esse processo ficou conhecido como *interiorização da indústria paulista*,<sup>16</sup> ou melhor, *interiorização recente* da indústria paulista, e teve fortes impactos nas regiões de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos.

Segundo Lencioni (2003), o crescimento da importância da indústria no interior foi acompanhada, mais recentemente, de um processo de homogeneização das estruturas industriais paulistas. Ou seja, as características estruturais da indústria do interior e aquelas localizadas na região metropolitana, encontram-se mais homogêneas. Houve um crescimento das indústrias interioranas produtoras de bens intermediários, bens de capital e bens de consumo durável. As indústrias produtoras de bens de consumo não-durável, que antes caracterizavam a industrialização do interior, perdem posição relativa. O produto desta industrialização recente é uma homogeneização espacial (paisagens marcadas pela presença de indústrias) ao longo dos principais eixos rodoviários. Isto pode ser verificado, por exemplo, no entorno metropolitano, quer em direção a Campinas, quer em direção a São José dos Campos. Todavia, existem espaços à margem desse processo e, portanto, é possível notar também a presença de bolsões territoriais que não foram alcançados pelo “espraiamento” industrial.

---

<sup>16</sup> Segundo Lencioni (2003), é importante fazer uma ressalva sobre o rótulo “interiorização da indústria paulista”, pois a presença da indústria no interior de São Paulo não é uma novidade. Já no final da década de 1920, cerca de 30% da produção industrial paulista era proveniente do interior, sobretudo das regiões de Sorocaba e Campinas, que concentravam 21,1% dos operários do Estado de São Paulo. Essa indústria, historicamente presente, foi mais expressiva em algumas regiões, como é o caso do oeste do Estado, o qual, por sua vez, conheceu uma certa desindustrialização nos últimos trinta anos. Portanto, quando utilizamos a expressão “interiorização da indústria paulista”, nos referimos à industrialização que se deu nos anos 70; é importante acrescentar o adjetivo “recente” à expressão.

A autora, ainda chama a atenção para alguns equívocos cometidos quando o assunto é interiorização da indústria paulista:

a) Em primeiro lugar, não se trata de um processo de descentralização. Não há nada de descentralização, pois a cidade de São Paulo, juntamente com a região metropolitana, forma o principal centro industrial do país. A idéia de descentralização supõe a existência de pelo menos dois pólos, dois centros: aquele que perdeu posição central, e um outro que ganhou a posição de centro. Assim, poderia se pensar que houve uma reversão do pólo industrial. Porém isto não confere com a realidade dos dados. O que se verificou foi um espraiamento da atividade industrial pelo entorno metropolitano, o que não causou a perda de posição hierárquica de São Paulo. O espraiamento diluiu, relativamente, a concentração da atividade industrial na cidade de São Paulo, e na região metropolitana, provocando uma ampliação territorial. Temos então, a produção de uma desconcentração industrial. Do ponto de vista do capital, as transformações recentes produziram uma centralização do capital industrial, através de fusões, absorções e associações de empresas. Portanto, do ponto de vista territorial temos uma dispersão da indústria, e por outro lado, um processo social de centralização.

b) Em segundo, nada indica que a capital estaria perdendo funções urbanas que comprometeriam sua posição de centro econômico do país. Ao contrário, o que vem ocorrendo é a reafirmação da sua primazia. Nesse processo de expansão territorial da metrópole, São Paulo afirma sua primazia concentrando os centros de poder em direção ao capital industrial e financeiro, e também, concentrando atividades do setor terciário superior (como auditoria contábil, consultoria financeira, engenharia industrial, tecnologia, marketing etc.), que são fundamentais para a direção do processo de reprodução do capital em geral. Esses serviços baseiam-se em atividades imateriais, e constitui-se na produção intensa de conhecimento que serão utilizados em atividades com finalidades práticas.

Com efeito, o processo de diminuição da concentração do peso da Região Metropolitana na indústria de São Paulo se aprofundou na segunda metade da década de setenta. Em contrapartida, como mostra a tabela 7, o processo de industrialização do interior intensificou-se.<sup>17</sup>

**TABELA 7: Distribuição espacial do pessoal ocupado e do valor da transformação industrial do Estado de São Paulo: 1959-1980 (%)**

REGIÕES	PESSOAL OCUPADO				VTI			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
<b>REGIÃO URBANA</b>	70,7	70,1	68,1	64,2	73,8	74,7	69,4	62,9
1.Capital	55,9	49,9	46,1	40,4	54,8	48,2	44,0	34,8
2.Demais	14,8	20,2	22,0	23,8	20,0	26,5	25,4	28,1
<b>INTERIOR</b>	29,3	29,9	31,9	35,8	26,2	25,3	30,6	37,1
1.Litoral	1,5	1,8	1,7	1,6	4,0	2,8	2,5	3,7
2.Vale do Paraíba	2,9	3,6	3,8	4,2	2,0	3,3	4,2	5,5
3.Sorocaba (*)	4,9	3,6	3,7	4,7	3,3	2,2	2,4	4,1
4.Campinas	11,3	12,2	13,5	14,9	8,9	10,6	15,1	15,8
5.Ribeirão Preto	3,9	3,9	4,3	5,0	3,2	3,0	3,1	4,4
6.Bauru	1,4	1,4	1,4	1,5	1,1	0,9	1,0	1,3
7.Região "Oeste"	3,4	3,4	3,6	3,8	3,7	2,5	2,3	2,3
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: (NEGRI, 1996, p.198). Fonte dos dados básicos Fibge – Censos industriais de 1960/1980.

(\*) Itapeva se localiza numa sub-região de Sorocaba.

Algumas razões que explicam esse movimento no Estado de São Paulo, segundo Caiado (2002), são:

- políticas estaduais de interiorização, com elevados investimentos em infraestrutura;

<sup>17</sup> Negri (1996) aponta que, nas regiões interioranas mais distantes, a expansão industrial deveu-se, fundamentalmente, ao dinamismo de sua agricultura e da conseqüente agroindustrialização.

- restrições ambientais, surgimento de “deseconomias de aglomeração” e fortalecimento de atividades sindicais na Região Metropolitana de São Paulo, inibindo novos investimentos na metrópole;
- articulação da moderna agricultura com o setor industrial, gerando complexos industriais;
- incentivos fiscais;
- existência de uma estruturada rede de cidades;
- localização, em São Paulo, de grande parte do mercado brasileiro, tanto para insumos e bens intermediários quanto para bens finais;
- investimentos diretos industriais realizados pelo governo federal em alguns municípios paulistas, irradiando para diversos ramos industriais.

Segundo Negri (1996), a preocupação com o “caos urbano”, decorrente da concentração industrial da Grande São Paulo, que detinha 73,8% do valor da transformação industrial do estado em 1959, levou tanto o governo federal quanto o estadual a pensarem em políticas de “descentralização” industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo já na década de 60.

De fato, a elevada concentração industrial no entorno da capital paulista provocou uma deterioração das condições de vida da população residente nessa região, especialmente por conta da ampliação dos “custos de aglomeração urbana”, que geraram sérios problemas ambientais e ausência de políticas sociais e urbanas mais responsáveis. Em 1961, essas questões começam a ser levantadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e, em 1965, pela Cepal – BNDES. No final dessa década, essa questão passa a ser polemizada através de publicações de artigos sobre o assunto, fazendo com que o governo estadual tomasse partido no debate. (NEGRI, 1996).<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Para obter maiores detalhes sobre as principais preocupações e propostas de descentralização industrial de cada um dos governos estaduais, a partir de 1967; ver Negri (1996)

Fazendo uma avaliação crítica, ainda que resumida, das políticas presentes no processo de “descentralização” industrial da Região Metropolitana rumo ao interior, Negri (1996)<sup>19</sup> cita os seguintes aspectos problemáticos:

a) nos diagnósticos realizados, havia superficialidade na percepção da natureza do movimento industrial e agroindustrial paulista a partir de meados da década de 1960, ou seja, a ausência de percepção do movimento industrial desses setores acabou por trazer modificações setoriais e espaciais que ocorreram de modo desconectado das intenções de descentralização estadual ou federal;

b) os limites da ação estadual, isto porque, os instrumentos legais disponíveis para uma efetiva descentralização industrial, na década de 70, eram, na maioria, limitados e de competência municipal ou federal. Além disso, os instrumentos financeiros e tributários dependiam praticamente da esfera federal;

c) a instrumentalização de São Paulo como mero executor de política urbana do governo federal, demonstrando falta de criatividade para o enfrentamento dos problemas urbanos;

d) a generalização e a inconsistência das políticas atrativas municipais, pois na tentativa de atrair indústrias, muitas prefeituras municipais adotaram medidas sem as devidas análises custo/benefício desses empreendimentos, comprometendo assim, recursos às vezes não disponíveis para subsidiar a vinda do capital produtivo.

Lencioni (2003) chama ainda a atenção para os vínculos espaciais construídos a partir da cisão territorial da indústria. De acordo com a autora, o recente movimento de expansão da indústria rumo ao interior e a afirmação da primazia da capital se processaram no bojo de uma estratégia territorial das empresas que, ao localizarem suas plantas industriais no interior, causaram impactos locais advindos da exigência em infra-estrutura, das oportunidades de

---

<sup>19</sup> Maiores detalhes sobre a avaliação crítica das políticas de descentralização industrial se encontram em Negri (1996, p.176-180)



trabalho, da complementaridade ou competição induzidas pelo processo, e também o desenvolvimento do setor de comércio e serviços.

Com efeito, a localização das plantas industriais no interior, muitas vezes foi acompanhada de uma cisão territorial entre parte produtiva (no interior) e gerencial (na capital), ressaltando aqui, a importância do papel das redes de comunicação, necessárias ao bom desempenho da produção e do bom gerenciamento dessa produção. Acima de tudo, fica evidente a substituição das relações pessoais por relações eletrônicas que redimensionaram a relação espaço-tempo das atividades humanas.

Alguns dados que evidenciam esse movimento de fissão industrial são: das 7.562 empresas presentes no Estado de São Paulo em 1994, 10,7% (807 empresas) praticam cisão territorial. Destas 807 empresas, cerca de 30% têm grande porte (mais de 500 operários), e cerca de 40% são de médio porte (mais de 100 operários). Ou seja, cerca de 70% das empresas que praticam cisão territorial são de grande e médio porte (LENCIONI, 2003). (tabela 8)

**TABELA 8: Distribuição por porte das empresas que praticam cisão territorial de suas atividades em São Paulo - 1994**

Tamanho	Nº Total	n Cisão Territorial	%
	747	213	28,5
	2.371	363	15,3
	3.671	217	5,9
	773	14	1,8
	7.562	807	10,7

Tamanho da Indústria: Grande, 500 ou mais empregados; média, 100 a 499; pequena, 10 a 99; e micro, menos que 10 empregados.

**Fonte:** Lencioni (2003), baseada no Cadastro das empresas Fiesp/Ciesp/Depea, (1994).

Partindo dessa perspectiva, a autora afirma que foram principalmente as grandes e médias empresas que reconfiguraram as atividades industriais no território paulista nos anos 60 e 70, pois elas tinham grande influência política, sendo capazes de induzir o desenvolvimento e mudanças de condições gerais ao seu funcionamento. Sendo assim,

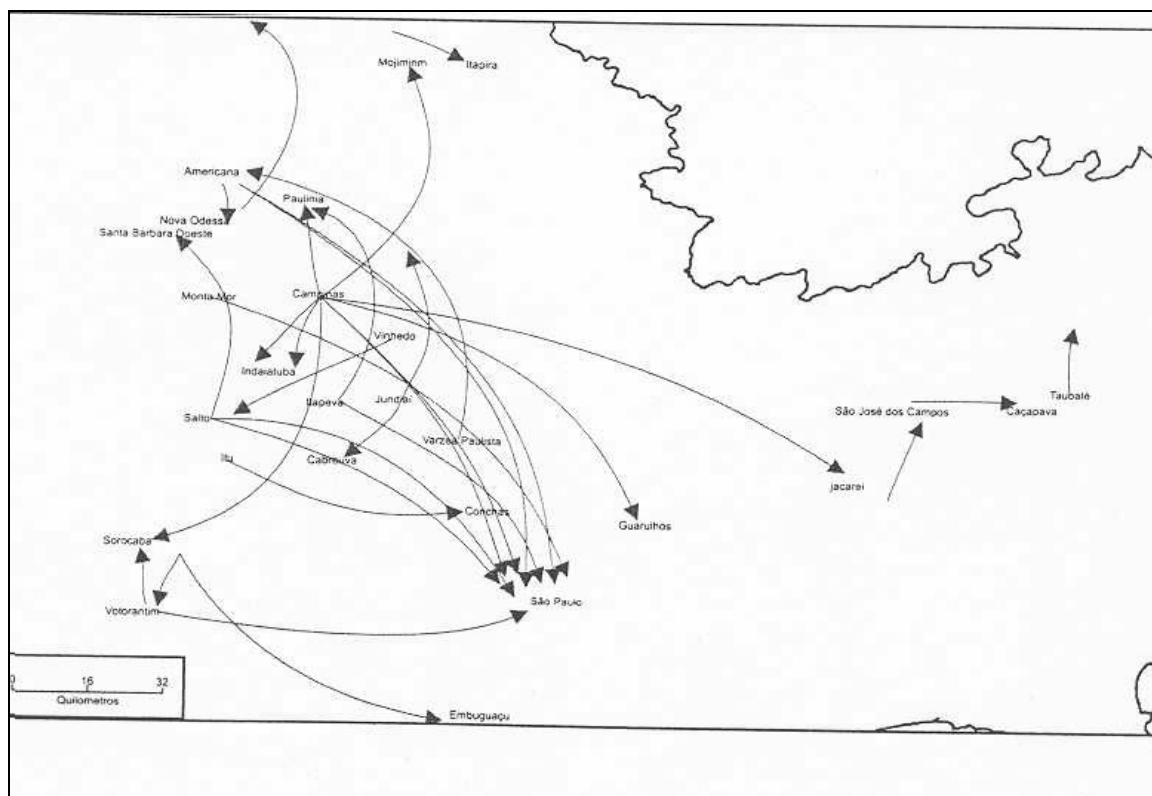
é na estratégia territorial das grandes e médias empresas que se revela a profunda transformação do processo industrial e urbano paulista que, ao mesmo tempo em que expande a indústria para o interior, redefine a metrópole como *locus* privilegiado de gestão do capital e do trabalho imaterial (LENCIONI, 2003, p.470).

Vale lembrar, que existem casos de cisão territorial da indústria nos quais a gestão (escritório gerencial) se localiza em outro município que não a metrópole. Sobretudo, são nos municípios da região metropolitana e do entorno metropolitano<sup>20</sup> que esse aspecto se verifica. Estas atividades, antes só desenvolvidas pela metrópole, podem estar passando por um espraiamento, que indica a presença de um processo de metropolização do espaço. No mapa 1, há casos em que a planta industrial se localiza na capital, e o gerenciamento no interior, notadamente na região de Campinas (Campinas, Americana e Sorocaba). Cabe assinalar que não foi somente o setor industrial que registrou movimentação no território brasileiro. Entre 1970 e

<sup>20</sup> Levando em conta a área compreendida num raio de 205 quilômetros a partir do centro metropolitano, temos um percentual de 93,1% de empresas com cisão territorial. Esse conjunto formado pela área metropolitana e seu entorno, com fortes vínculos internos, chamamos de aglomerado metropolitano, onde São Paulo é sem sombra de dúvidas, a capital da gestão do capital. E é nesse aglomerado que os movimento de desconcentração e de reconcentração produtiva atua de forma dinâmica, pois nessa área estão instalados os novos requisitos locacionais da atividade industrial (ciência e tecnologia, m.d.o. especializada e instituições de desenvolvimento). Para ver mais detalhes, consultar Lencioni (2003).

1985, a agricultura brasileira também refletiu o processo de desconcentração pelo qual a economia nacional passava, notadamente no tocante à indústria. Isso teve reflexos no Estado de São Paulo.

Mapa 1: Indústrias cindidas territorialmente com a gestão e a produção em diferentes municípios do entorno Metropolitano



Fonte: Lencioni, 2003, p. 472.

Na expansão agrícola desse estado na década de 70, é possível observar que aqueles produtos fortemente dependentes da política governamental e do comércio exterior, quer seja no sentido de substituição de importações (de mercadorias ou de produtos energéticos), quer seja no sentido de incremento das exportações, tiveram maiores benefícios advindos das políticas do período, ampliando sua área cultivada em 20,6% e duplicando o seu volume de produção. (NEGRI, 1996). A cana-de-açúcar, por exemplo, tornou-se o principal produto da agricultura paulista no final da década de 70, uma posição fortemente ligada à ação governamental que, a

partir do primeiro choque do petróleo (primeira metade de 1970), procurou estimular a produção de álcool combustível, criando em 1975 o Pró-Álcool.

Outro produto que apresentou grande desenvolvimento nesse período foi a soja, beneficiando-se de diversas condições favoráveis. Dentre tais condições, cabe citar: aumento da demanda no mercado interno e externo, possibilidade da combinação da produção soja-trigo na seqüência do ano agrícola e benefícios representados nos programas de crédito. Esses fatores proporcionaram um crescimento extraordinário da soja em São Paulo: a produção passou de 83,3 mil toneladas para 1,1 milhão de toneladas no final da década de 70. Assinale-se que, na esteira desse processo, o trigo teve a sua produção ampliada de 20,4 mil toneladas para 178,8 mil toneladas. (NEGRI, 1996).

\* \* \*

Em resumo, o Brasil experimentou um processo de desconcentração produtiva que resultou, em meados da década de 80, numa configuração, principalmente industrial, distinta daquela observada em 1970. O desenvolvimento da indústria periférica, e também da agricultura, proporcionou uma mudança não só nos fluxos comerciais, mas também na estrutura produtiva e espacial em indústrias de diversas regiões. Essas mudanças estruturais da produção, por sua vez, resultaram numa maior heterogeneidade do espaço nacional (inclusive intra-regional) e reforçaram certas “especializações” localizadas, que podem ser associadas ao surgimento “ilhas de prosperidade”, principalmente no período de 1980 a 1995<sup>21</sup>.

Em se tratando da desconcentração interna ao Estado de São Paulo, é importante ressaltar o fenômeno da cisão territorial entre produção e gestão, que redesenhou as proximidades e distâncias do território, bem como realizou a integração entre o local e o global sob a lógica da descontinuidade geográfica, que por sua vez constituiu, pode-se dizer, uma nova lógica de localização industrial. Dentro dessa dinâmica de processos e territorialidades da indústria,

---

<sup>21</sup> Consultar, por exemplo, Pacheco (1998).

enfocada na estratégia empresarial de separar produção e gestão, verifica-se a conformação de redes (materiais ou imateriais), que criaram elos por onde se comunicam produção e gestão da empresa, permitindo a união do que se encontra distante e separado e também que atividades dispersas participem de um mesmo processo de valorização (LENCIONI, 2003).

Esse amplo movimento de desconcentração provocou um interessante debate sobre os determinantes da reconfiguração produtiva do país. O assunto é tanto mais merecedor de atenção tendo em vista que as dimensões continentais e o histórico de desigualdades sócio-territoriais do Brasil tornam centrais, para a vida federativa nacional, as questões envolvendo o desenvolvimento de regiões e estados. A globalização parece representar vetor de exacerbação dessas inquietações, como assinala Lins (2001).

### **3 OS PRINCIPAIS TERMOS DO DEBATE SOBRE A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL**

O presente capítulo tem o intuito de apresentar os principais termos do debate que a desconcentração industrial ensejou. A natureza da questão trata-se de um debate sobre a evolução recente das relações regionais no Brasil. O debate sobre a desconcentração industrial tem chamado a atenção de vários pesquisadores desde o início dos anos 80. Segundo Caiado (2002) e Pacheco (1992), há dois grandes eixos de interpretação desse processo, cujas principais diferenças residem na argumentação e no enfoque dado à questão.

Um dos eixos alinha-se aos trabalhos de Wilson Cano (precursor do debate), cuja argumentação tem por base a divisão regional do trabalho, com ênfase na distribuição regional da renda. O outro eixo tem como principal representante Carlos Roberto Azzoni, que parte da abordagem teórica sobre economias e deseconomias de aglomeração. O primeiro, encerra um enfoque mais abrangente, ampliando os argumentos explicativos da desconcentração a fim de formular uma abordagem mais consistente que permita avaliar a questão regional brasileira de forma teórica. O segundo, é fortemente influenciado pelos estudos de “reversão da polarização”, apresentando argumentos que rejeitam a aplicação dessa noção para o caso da desconcentração industrial paulista. Outros nomes que tiveram relevância no debate brasileiro foram: Barjas Negri, Carlos Américo Pacheco, Clélio Campolina Diniz, Mauro Borges Lemos, e Leonardo Guimarães Neto.

#### **3.1 A desconcentração industrial vista pelo ângulo da divisão regional do trabalho**

De acordo com Cano (1998), até 1930 a economia nacional não era integrada, e cada região apresentava uma história e uma trajetória econômica específicas. Após 1930, este quadro foi sendo alterado pelo processo de integração, o que é evidenciado com o aumento das relações econômicas entre São Paulo e o resto do país. O desenvolvimento e a industrialização de São Paulo proporcionavam um aumento dessas relações, exigindo transformações estruturais nas produções regionais, o que ao mesmo tempo estimulava o crescimento econômico dessas regiões.

Segundo esse autor, o que se verifica a partir da década de 30 é uma remoção dos principais obstáculos que dificultavam a integração do mercado nacional. Um exemplo é o fim das barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, expressas na cobrança de um imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros Estados (OLIVEIRA, 1981). Com isto, verifica-se um incremento do comércio inter-regional, afetando positivamente a renda e o emprego em São Paulo e nos demais Estados não-cafeeiros. O aumento no grau de complementaridade entre as regiões proporcionava também, aos estados periféricos não-cafeeiros, a oportunidade de retomar o crescimento através das exportações para o mercado interno (CANO, 1985).

Cano (1998) propõe a identificação de três grandes momentos na trajetória da economia nacional ao longo de boa parte do século XX. No primeiro, que compreende o processo de integração nacional, 1930 a 1970, o país apresentou uma das maiores taxas de crescimento econômico do mundo capitalista, sendo que São Paulo apresentava taxas superiores à média nacional, indicando uma concentração crescente do PIB nacional nesse estado. Porém, essa concentração não causou, na visão desse autor, o atraso ou a estagnação da periferia nacional, pois todo o restante do país experimentou taxas elevadas de crescimento, graças à ampliação das articulações econômicas. Ou seja, embora a dinâmica da acumulação fosse concentradora, tendo a economia paulista como núcleo desse processo em nível de país, ela articulava também o crescimento regional.

O processo de integração do mercado nacional propiciaria, segundo Cano (1998), *efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio*, ou até mesmo, *efeitos de destruição* nas economias (nos capitais) regionais. Quer dizer, os reflexos foram claramente diferenciados.

Os *efeitos de estímulo* podem decorrer da demanda cativa à indústria nacional, e que anteriormente era satisfeita por importações do exterior; ou pela expansão da demanda urbana (nacional e/ou regional) que se dá pela dinâmica do processo recuperação ou crescimento. É um efeito manifestado pela ampliação do grau de complementaridade agrícola e/ou industrial, uma vez que os bens podem ser primários ou industriais, matérias primas ou bens finais.

Os *efeitos de inibição ou bloqueio* podem atingir tanto bens industriais produzidos na região quanto bens ainda não produzidos na região. Os bens produzidos são aqueles dedicados à demanda regional e que se pretendia vender também no restante do mercado nacional. Já os bens não produzidos, são aqueles que poderiam vir a sê-lo para atender tanto a demanda da própria região como a demanda do restante do mercado nacional. Estes efeitos podem decorrer de verdadeiras “barreiras à entrada”, provocadas, por exemplo, pela preexistência de unidades produtivas sediadas no “pólo”. Ou seja, o efeito de inibição ou bloqueio expressa a incapacidade da periferia para reproduzir o processo histórico de desenvolvimento de São Paulo, e ocorre quando indústrias ou atividades agrícolas desenvolvidas e modernizadas (pré-existentes ou não) sediadas principalmente em São Paulo, são capazes de inibir o surgimento de atividades similares na periferia nacional (CAIADO, 2002).

É importante lembrar que se pode ter um efeito inibitório “às avessas”, como é o caso de alguns produtos “simples” como feijão, mandioca, etc. Por não poderem ser produzidos com mais técnica e maior intensificação capitalista e, além disso, por não oferecerem à agricultura do pólo (ou regiões agrícolas avançadas) uma taxa de retorno “adequada”, tais tipos de produtos são praticamente “expulsos” para a agricultura periférica.



Os *efeitos de destruição* estiveram presentes nos três “subperíodos” em que se subdivide, na abordagem de Cano (1998), a longa fase de integração do mercado nacional, e são manifestos através da concorrência que empreendimentos mais eficientes implantados no pólo fazem aos similares periféricos, que operam com algum tipo de desvantagem concorrencial (exemplo: técnicas obsoletas). Quando é inevitável o confronto competitivo entre atividades mais modernas e eficientes, localizadas principalmente em São Paulo, e aquelas similares, porém atrasadas, localizadas na periferia, observa-se a concretização desses *efeitos* (CAIADO, 2002).

O primeiro “subperíodo” no qual se verificaram esses efeitos pertencia à etapa de industrialização restringida (1930/50), e terminou antes que a reabertura do comércio exterior propiciasse a retomada das importações de bens de capitais. O segundo (1951/62) compreendeu o fim da etapa da industrialização restringida e a implantação da industrialização pesada. O terceiro iniciou-se a partir da crise do início dos anos 60, quando o caráter da dominância<sup>22</sup> de capital é alterado. Nos dois primeiros momentos do processo de integração, o mercado nacional encontrava-se sob a dominância do capital industrial sediado no pólo. Nesse terceiro momento, o excedente gerado no pólo não tinha como ser revertido em novo capital produtivo no próprio pólo, e migrou para a periferia (principalmente regiões incentivadas). Nesse processo, a dominação do capital adquiriu, portanto, um sentido mais amplo, dado que não só o mercado nacional passou a estar dominado - via concorrência, mas também, a acumulação de capital assim se apresentou (CANO, 1998)<sup>23</sup>.

Um autor que tem posições parecidas com as de Wilson Cano, a respeito da destruição de economias (capitais) regionais no curso da integração nacional, é Francisco de Oliveira. De acordo com Oliveira (1981), a expansão do sistema capitalista de produção se dá mediante ciclos sucessivos, que são determinados pelas mudanças na composição orgânica do capital. Estas

---

<sup>22</sup> Termo utilizado por Cano (1998).

<sup>23</sup> Sobre o tema da alteração do padrão de dominação do mercado nacional, consultar Cano (1998: 240- 248).

mudanças, por sua vez, correspondem a movimentos de concentração e centralização do capital. Essa percepção permeia a abordagem desse autor sobre o processo de integração no Brasil:

No momento, pois, em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu *locus* na ‘região’ Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma *especialmente* a forma de destruição das economias regionais, ou das ‘regiões’. Esse movimento dialético *destrói para concentrar*, e capta o excedente das outras regiões para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação *nacional* das mercadorias, produzidas agora no centro de gravidade da expansão do sistema, são em si mesmas tantas outras formas do movimento de concentração; e a exportação de capitais das “regiões” em estagnação é a forma do movimento de centralização. Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das economias “regionais”, mas essa destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema *em escala nacional*. (Oliveira, 1981, p.75-76).

Cabe esclarecer o sentido do termo “estagnação” das economias regionais, utilizado pelo autor. Na “verdade, rigorosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das ‘economias regionais’; o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital” (OLIVEIRA, 1981, p.76). Ou seja, não se trata de regiões em estagnação, mas sim de uma nova forma de crescimento que se processa através destruição de capitais daquelas regiões incapazes de acompanhar o novo ritmo estabelecido pelas regiões em expansão. A estagnação, quando existe, é uma fase do ciclo de reprodução do capital, porém aqui, há a destruição de economias.

No que diz respeito às relações entre a região Centro-Sul comandada por São Paulo e os ‘Nordestes’<sup>24</sup>, tanto açucareiro-têxtil quanto algodoeiro-pecuário, Oliveira fala desse movimento nos seguintes termos:

(...) esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no ‘Nordeste’ (...), são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos ‘Nordestes’, que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da ‘região’ em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração do valor; nisto reside a metamorfose da imposição do equivalente geral a todo o conjunto da economia, isto é, na troca de valores iguais ganha o que tem em si maior produtividade do trabalho. Claro está que esse movimento não é puramente econômico (...); a lei do valor não se impõe sozinha. (OLIVEIRA, 1981, p.76).

---

<sup>24</sup> Oliveira (1981) usa o termo Nordeste em seu texto, propondo uma diferenciação/divisão entre as áreas açucareira-têxtil e algodoeira-pecuária.

O autor acrescenta ainda, que:

As disparidades são, concretamente, sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os ‘Nordestes’ e o Centro-Sul, e assiste-se à destruição (...). A diferença desse processo, quando comparado aos efeitos que a expansão capitalista do Centro-Sul exerceu sobre outras ‘regiões’, é ilustrativa: o efeito inicial destruidor sobre os ‘Nordestes’ somente ocorre porque nestes existiam economias regionais, com circularidades específicas do processo de reprodução. (OLIVEIRA, 1981, p.76-77).

No entender de Wilson Cano (1998), Francisco de Oliveira chegou às seguintes conclusões<sup>25</sup>:

- a. o movimento de integração destrói para concentrar o capital;
- b. o movimento capta o excedente periférico para centralizar o capital;
- c. a queda das barreiras à integração é uma das formas do movimento de concentração;
- d. os efeitos destruidores atuaram mais no espaço econômico onde existiam “economias regionais” como o Nordeste e o Rio Grande do Sul.

Esse longo período de integração nacional, de quatro décadas (1930-1970) foi seguido por um outro, mais curto (1970-1985), no qual, segundo Cano (1998), consolidou-se a implantação da matriz industrial. Nessa fase, a acumulação passou a exigir um esforço mais intenso de articulação com a periferia. A maior parte de projetos de grande envergadura (hidrelétricos, não-ferrosos, químicos, petroquímicos) foi implantada na periferia, notadamente na periferia bem dotada de recursos naturais. Nesse período, observaram-se também os efeitos decorrentes das políticas de desenvolvimento regional introduzidas em meados da década de 60, proporcionando um processo de desconcentração industrial regional. Vale assinalar que a taxa de crescimento de São Paulo ainda era muito alta, neste momento.

---

<sup>25</sup> O debate mais apurado sobre as conclusões de Oliveira e o posicionamento de Cano encontra-se em Cano (1998: 189-198).

Esse período de consolidação da matriz industrial corresponde ao movimento de desconcentração estudado nesta monografia. Antes de observar o que Wilson Cano tem a dizer especificamente sobre a desconcentração, cabe assinalar que o terceiro momento (1985-1995), identificado pelo autor na trajetória brasileira na segunda metade do século XX, conviveu primeiramente com a “crise da dívida”, e mais recentemente com as políticas neoliberais. O crescimento econômico de São Paulo tornou-se, na média, medíocre. Assim, houve um arrefecimento da dinâmica de acumulação e a conseqüente inibição do crescimento periférico, causando uma inflexão no processo de desconcentração econômica – apesar dos resultados muitas vezes serem mais “estatísticos” do que efetivos (CANO, 1998).

Cabe agora colocar, de forma sintetizada, os principais determinantes do processo de desconcentração industrial (iniciado nos anos 1970), de acordo com o mesmo autor. A desconcentração do período 1970-1985 tem a ver com os seguintes fatores, conforme Wilson Cano:

- efeitos de estímulo sobre as bases produtivas periféricas, proporcionados pelo próprio processo de integração do mercado nacional, tanto em sua fase mercantil (1930-60), quanto em sua fase de acumulação desconcentrada (pós 1960). Estes efeitos impuseram transformações estruturais que geraram efeitos cumulativos de longo prazo, desconcentrando segmentos produtivos.
- expansão da fronteira agrícola desde os anos 30, com paulistas, mineiros, baianos e sulistas colonizando o Paraná, Goiás e Mato Grosso entre 1930 e 1970; outras áreas rurais foram estimuladas pelo Plano de Metas (Norte e Centro-Oeste) a partir de 1950; e, a partir da década de 70, ocorreram a colonização da Amazônia e o aumento das imigrações para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Este quadro dinamizou a agricultura dos diversos Estados, possibilitando a urbanização e o surgimento de agroindústrias.

- criação, pelas políticas de desenvolvimento regional a partir de 1960, de vários incentivos (fiscais, financeiros, cambiais) ao capital. Em primeiro lugar, para o Nordeste (via SUDENE), e depois para a Amazônia (SUDAM) e para o Espírito Santo. Tais incentivos intensificaram a migração do capital produtivo para aquelas regiões, acelerando transformações em suas estruturas produtivas, modificando suas pautas exportadoras e, assim, desconcentrando a produção nacional.
- presença de políticas de incentivo às exportações, formuladas a partir da segunda metade da década de 60, as quais, juntamente com as novas bases do crédito rural, promoveram grande modernização (embora socialmente conservadora) principalmente na agricultura e na agroindústria. Essas políticas descentralizaram e desconcentraram parte da produção nacional dos segmentos mencionados.
- incentivos e investimentos (bem-sucedidos) no âmbito do II PND. Os objetivos do II PND, através de políticas de incentivos fiscais e creditícios e com base em investimentos públicos e privados, eram “completar” a estrutura industrial brasileira, substituir importações de insumos básicos e de bens de capital e contornar os problemas cambiais decorrentes da crise do petróleo.
- intensificação do processo de urbanização nas regiões Noroeste, Nordeste e Centro-Oeste (exclusive Distrito Federal), que passam da taxa média de urbanização de 42%, em 1970, para, respectivamente, 58%, 61% e 73% em 1991. A urbanização acelerada exigiu e estimulou a criação e a diversificação de serviços e de indústrias leves, de âmbito local.
- crise da década de 80, que parece ter afetado mais a economia de São Paulo. Essa crise representou o aumento da desconcentração mais pelo fato de a produção paulista ter apresentado grandes quedas do que, propriamente, pela grande elevação da produção periférica.

Reunindo os principais elementos desse eixo, é possível afirmar, ainda que de forma bastante sintética, que a compreensão do processo de desconcentração industrial da década de 70, que tem suas bases no processo de integração do mercado nacional iniciado em 1930, é buscado na dimensão histórica de processos – de acumulação, de desenvolvimento econômico, de ocupação capitalista do território nacional – e na percepção das ações de agentes da esfera social e política. Portanto, o enfoque adotado por Cano expressa o quanto as transformações estruturais nas produções regionais e, conseqüentemente, as alterações nas relações entre São Paulo e resto do país, refletiram na divisão regional do trabalho e distribuição regional da renda.

### **3.2 A desconcentração industrial vista pelo enfoque da “desconcentração concentrada”**

Partindo agora para o eixo interpretativo ligado aos trabalhos de Azzoni, deve-se frisar que este autor focalizou o processo de desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo sob influência dos estudos acerca dos processos de “reversão da polarização”, evidenciados em países desenvolvidos, sobretudo nos EUA.<sup>26</sup> Nesses estudos, buscava-se relacionar as chamadas “polarizações reversas” com o desenvolvimento de “deseconomias de aglomeração” provocadas pela intensificação do crescimento industrial e urbano nos grandes centros, movimentos que ocorriam paralelamente ao surgimento de economias de aglomeração em outros espaços urbanos.

Azzoni partiu da divisão de vantagens aglomerativas em economias de escala, economias de aglomeração e economias de urbanização para explicar que, no Brasil, não houve reversão da polarização, já que não se formaram áreas de crescimento industrial totalmente autônomas em relação ao poder de atração do principal centro urbano do país. O autor diz que, de fato, após décadas de concentração econômica e populacional no Estado de São Paulo, começa-se a assistir

---

<sup>26</sup> Azzoni debateu com Redwood (1985) e Townroe e Keen (1984), que afirmaram ser o Brasil o primeiro caso de “reversão da polarização” em países em desenvolvimento.

uma tendência inversa, com “dilatação das fronteiras” da indústria paulista, mas sem que se verificasse a configuração de um novo centro dinâmico industrial no Brasil.

As noções de “deseconomias de aglomeração”, de economias de escala, de economias de aglomeração e de economias de urbanização merecem destaque, pois são centrais na abordagem de Azzoni. Por “deseconomias de aglomeração”, entende-se um conjunto de variáveis que provocam alteração na organização da produção e na sua produtividade. Entre essas variáveis, destacam-se: maiores custos de transportes, de terrenos, de serviços e de infra-estrutura urbana; maiores dispêndios de tempo com transporte; ampliação do poder sindical da classe trabalhadora; questões ambientais; deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos; etc.

Já as economias de escala podem ser entendidas como a redução dos custos unitários de produção em função de um aumento na escala da produção (são internas à firma); as economias de aglomeração são expressas na possibilidade de redução de custos pela proximidade de outras empresas de um mesmo setor (são internas ao setor) e as economias de urbanização são aquelas advindas da concentração de atividades econômicas.

Tomando como base essa divisão de vantagens aglomerativas, Azzoni propõe-se a repensar os fenômenos ocorridos com a indústria paulista a partir da idéia de consolidação de um “centro aglomerativo” que ultrapassa a Área Metropolitana de São Paulo. Assim, “longe de prenciar uma independência do crescimento industrial com relação à atração exercida pela área central, a dinâmica industrial do anel externo à Área Metropolitana Paulista guarda estreita relação com a capital, caracterizando uma fuga dos custos locacionais maiores do centro, para o caso daquelas empresas que encontram condições práticas para faze-lo”. (AZZONI, 1986a, p.66)

A idéia fundamental, segundo o próprio autor, é que “a atração regional transcende o âmbito urbano, enquanto os custos locacionais são basicamente urbanos” (AZZONI, 1986a, p.50). Desse modo:

(...) dadas as altas taxas de crescimento populacional e industrial evidenciadas nessas áreas; vale dizer, o elevado crescimento da demanda pelos insumos urbanos em geral e considerando-se a relativa rigidez da sua oferta, parece inevitável o crescimento dos custos locacionais em importante dimensão. Levando-se em conta a existência de centros urbanos de porte considerável em pontos internos aos campos aglomerativos dessas cidades, com o nível de atração suficiente e sem os custos locacionais da área urbana maior, parece lógico que as empresas tenham preferido áreas periféricas das regiões metropolitanas em um processo de urbanização da indústria e da população (AZZONI, 1986a, p.51).

Para Azzoni, o que estaria ocorrendo no Brasil, ao invés de “reversão da polarização”, seria uma “desconcentração concentrada”, representada pela expansão geográfica da área mais industrializada do país para os municípios localizados num raio de aproximadamente 150Km do centro da Região Metropolitana de São Paulo e para os centros urbanos maiores, situados razoavelmente próximos à região da Grande São Paulo, principalmente no Sul de Minas e na região de Curitiba. Utilizando-se das palavras do autor:

(...) longe de constituir-se um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espariamento da indústria *dentro da área mais industrializada do país*, em um processo do tipo “desconcentração concentrada”. Seria um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas oportunidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo, para a separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial (AZZONI, 1986b, p.125-126).

Mesmo considerando a perda de participação do Estado de São Paulo no produto industrial brasileiro, a Região Metropolitana de São Paulo continuou desempenhando o papel de centro de decisão e inovação nacional, expandindo sua atratividade graças à ampla base de serviços ofertados (sobretudo os mais sofisticados), o que denota uma importante fonte de vantagens aglomerativas. Sendo assim, o que de fato ocorreu foi uma dispersão da atividade industrial a partir do centro da capital, refletindo a combinação de uma maior liberdade locacional das unidades produtivas com a homogeneidade dos municípios situados no entorno da metrópole em relação à oferta de serviços e dotação de infra-estrutura de transportes. (AZZONI, 1986a; 1986b).



Um aspecto importante na análise de Azzoni diz respeito às economias de aglomeração e, especialmente às de urbanização, que, segundo o autor, ultrapassam a Área Metropolitana de São Paulo, tornando-se economias de regionalização. Partindo dessa perspectiva, o autor formula o conceito de “campo aglomerativo”, que inclui áreas localizadas num entorno de 150 Km a partir da Região Metropolitana de São Paulo. O “campo aglomerativo”<sup>27</sup> é, portanto, mais abrangente que a Região Metropolitana de São Paulo, e transfigura-se numa macrorregião dotada de um conjunto de forças capazes de atrair as mais variadas atividades econômicas (AZZONI, 1986b).

Segundo o autor, a idéia básica é:

o conceito de região como um campo de forças atraindo atividades econômicas de toda ordem. Essa polarização pode assumir a forma de polarização técnica, segundo pode ser descrito pela formação de ‘complexos industriais’; outra forma de polarização é a polarização pela renda, via criação de mercado com efeitos retroalimentadores sobre o setor produtivo interno da região; e uma terceira forma, denominada polarização psicológica. A primeira delas envolveria a discussão da minimização de custos de transporte (...); a segunda compreende a análise do potencial de mercado manifestado (...); já a terceira abarcaria a última discussão, inclusive toda sorte de comportamento não otimizador como forma de precaução. Sem entrar em detalhes esse tipo de modelo de desenvolvimento, importa reter aqui a idéia de um campo de forças atraindo a indústria. Admite-se que as decisões locacionais são atraídas pelas forças de natureza acima descritas (AZZONI, 1986a, p. 47).

Cabe ainda a classificação de algumas noções utilizadas por Azzoni, a fim de deixar evidente o enfoque utilizado pelo mesmo autor. Assim sendo:

ter-se-ia: economias de escala (internas à planta), economias de localização (internas ao setor), economias de complexo industrial (internas ao conglomerado – ‘cluster’ – de setores mutuamente inter-relacionados), economias de urbanização (internas à área urbana) e economias de regionalização (envolvendo ‘polarização psicológica’ ou ‘transporte de idéias’). A admissão das idéias acima significa uma mudança de enfoque: não mais se trata de pensar a cidade como centro de atração, mas sim na região como um ‘campo aglomerativo’ (AZZONI, 1986a, p.48-49).

---

<sup>27</sup> A respeito do termo “campo aglomerativo” de Azzoni, Diniz faz a seguinte síntese: “deixa-se de pensar a cidade como centro de atração e passa-se a pensar como “campo aglomerativo”, composto por um conjunto de cidades que manteriam certa ubiqüidade. Azzoni busca assim quantificar a força de atração urbana em função da força de atração de cada cidade, e do potencial aglomerativo da região. Neste último caso o poder de atração regional seria a função do volume de sua produção industrial, do número de centros urbanos de tamanho mínimo e da diversificação industrial da região”. (DINIZ, 1991, p.80-81)

Esse conjunto de argumentos e condições levou Azzoni a concluir que o processo de desconcentração industrial paulista iniciado na década de 70 processou-se sob a forma de um “espraiamento da indústria” da Região Metropolitana de São Paulo para o seu entorno (aproximadamente 150Km), numa espécie de “desconcentração concentrada”.

### **3.3 Críticas às abordagens em termos de divisão regional do trabalho e de desconcentração concentrada, e outros enfoques**

Os trabalhos de Azzoni deram margens a várias críticas, sendo que as principais dizem respeito àquelas formuladas por Barjas Negri, Clélio Campolina Diniz, Mauo Borges Lemos e Carlos Américo Pacheco. Negri afirma que, mesmo chamando a atenção para o fenômeno do crescimento do interior paulista, os trabalhos de Azzoni acabam estruturando um conjunto de respostas somente parciais para os movimentos espaciais e econômicos em curso.

Ao tentar explicitar as causas das modificações espaciais, [Azzoni] deixa sem respostas: a) por que certas regiões, mesmo tendo índices excedentes (calculados pela diferença entre valor de transformação industrial – VTI – e salário total de indústria) superiores à média nacional, reduzem suas participações relativas no valor de transformação industrial do país, como são os casos de São Paulo e Rio de Janeiro; b) por que certas regiões com índices de excedentes inferiores à média nacional ampliam suas participações relativas nesse mesmo total, como são os casos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; c) como explicar o desenvolvimento industrial de regiões do Estado de São Paulo que não se encontram dentro do campo aglomerativo tal como definido, a exemplo de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto; e d) como explicar que subsistam áreas pouco industrializadas, em municípios de pequeno porte, no mesmo campo aglomerativo (NEGRI, 1996, p.17-18).

Os questionamentos sobre a abordagem de Azzoni fizeram com que Negri tecesse o seguinte comentário:

A abordagem de Azzoni constituiu-se, na verdade, numa crítica interna aos pressupostos metodológicos dos economistas da polarização reversa, mas não transcende este quadro e busca indicar que a perda de importância relativa da Área Metropolitana de São Paulo foi compensada pelo crescimento do interior do estado, que forma com a Grande São Paulo – segundo o autor – um único campo aglomerativo (NEGRI, 1996, p.18).

Além disso, no que diz respeito à análise locacional de Azzoni, “mesmo quando acompanhada de cortes analíticos por tamanho de estabelecimento ou propriedade do capital, deixa de lado uma série de contribuições novas da moderna organização industrial...” (NEGRI, 1996, p.18). Segundo Negri (1996), “estes aspectos são relevantes não apenas para qualificar no nível microeconômico as hipóteses de comportamento das empresas..., como também são particularmente importantes para a avaliação da desconcentração industrial, porque esta se insere num quadro mais amplo (...)” (Ibidem, p.18).

Outro ponto questionado por Negri diz respeito ao marco analítico de Azzoni, que subestima o papel do Estado, notadamente “no caso do investimento direto estatal e seus desdobramentos, nem sempre ditados por regras de ‘mercado’ ou, também, nas políticas de incentivos, subsídios fiscais e creditícios, ou mesmo nos casos de maior restrição locacional por questões estratégicas ou ambientais” (Ibidem, p. 18).

Seguindo a corrente de críticas à interpretação de Azzoni, encontramos Campolina Diniz e Mauro Borges Lemos (1989)<sup>28</sup>. Na verdade, estes autores incorporam uma série de outros aspectos, além das economias de aglomeração e dos custos locacionais, à interpretação de Azzoni, na tentativa de obter uma melhor explicação do movimento espacial das atividades produtivas no Brasil.

Para Diniz, “dada a insuficiência da teoria de localização e do desenvolvimento regional para a análise das condições contemporâneas de localização industrial, reforçados pelas transformações estruturais em curso e dada a especificidade setorial da indústria brasileira e sua etapa histórica de desenvolvimento, entendo que, pelo menos cinco aspectos teóricos ou metodológicos deverão ser considerados, de forma alternativa ou conjunta para analisar a dinâmica geográfica da indústria brasileira nos anos recentes”.(DINIZ, 1993, p.22). Os cinco aspectos citados podem ser resumidos da seguinte forma:

---

<sup>28</sup> Ver mais sobre as interpretações organizadas em conjunto, por esses autores em Diniz e Lemos (1989).

- a) distribuição espacial dos recursos naturais;
- b) papel do Estado;
- c) processo de unificação do mercado nacional e suas conseqüências para a concorrência intercapitalista e para as estruturas produtivas regionais;
- d) economias de aglomeração;
- e) concentração regional da pesquisa e da renda (obstáculos à desconcentração regional da indústria).

A partir desse arcabouço, Diniz estrutura as principais razões para a perda relativa da indústria paulista na década de 70, e faz uma avaliação do desempenho das economias regionais. Conseqüentemente, o autor discorda do contorno do campo aglomerativo apresentado por Azzoni, afirmando que:

(...) o ‘espraçamento’ industrial no Brasil não ocorreu apenas dentro do limitado raio de 150 Km da área metropolitana de São Paulo. Em primeiro lugar, o crescimento dentro do próprio Estado de São Paulo ocorreu em regiões distintas, como as cidades de Ribeirão Preto, e São José do Rio Preto, entre outras. Em segundo, em situação semelhante estariam os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e mesmo Minas Gerais. Isto nos permite qualificar a idéia de Azzoni e dizer que a ‘reversão da polarização’ da área metropolitana de São Paulo ocorreu, prioritariamente, na macrorregião próxima e, secundariamente, para regiões mais distantes (...) (DINIZ, 1991, p.81).

Na realidade, Diniz propõe a incorporação de eixos radiais (em função da distância, da disponibilidade e da qualidade da malha de comunicações, do potencial econômico das distintas regiões, entre outros fatores) ao que é formulado por Azzoni. Assim, defende a “redefinição” da idéia de “campo aglomerativo” através do desenvolvimento da idéia de “desenvolvimento poligonal”. Nas palavras do autor:

(...) minha idéia de desenvolvimento poligonal amplia o conceito anterior, considerando uma ampla região capaz de capturar este processo de desconcentração. Este movimento estaria condicionado à existência de uma rede urbana dotada de serviços básicos, infraestrutura de ensino e pesquisa e alguma base industrial, além do maior nível relativo de renda destas regiões. Este processo, na minha concepção, tenderia a atingir as cidades do interior do próprio Estado de São Paulo, o sul do triângulo de Minas Gerais e o norte do Paraná, podendo estender, no sentido sul, para os estados de Santa Catarina e nordeste do Rio Grande do Sul, e, no sentido norte, para a região central de Minas Gerais (DINIZ, 1991, p.31).

Todavia, na visão Negri (1996, p.22-23), essa própria formulação de Diniz, pretendendo enriquecer a análise de Azzoni, seria problemática, pois há um descompasso metodológico entre os dois autores. Além disso, há um problema no diagnóstico de Diniz, quando o mesmo circunscreve os efeitos da desconcentração ao polígono que vai de Porto Alegre a Belo Horizonte. Isto porque, o fato dessa região ter sido grande beneficiária do processo de desconcentração nos últimos vinte anos, ampliando sua participação na indústria nacional de 33,1% para 49,2%, isto foi compatível com o crescimento verificado fora desse polígono. E ainda, entre 1970 e 1990, as únicas quedas relativas devem-se à Grande São Paulo (de 43,4% para 26,3%) e ao Rio de Janeiro (de 15,7% para 9,8%). Por outro lado, nesse mesmo período, o Nordeste (excluindo-se Bahia) praticamente manteve o seu percentual (cerca de 4%), e, Espírito Santo, Bahia e os estados do Norte e Centro-Oeste ampliaram seu peso no total nacional. Em 1970, essas regiões representaram 3,6% da transformação industrial, alcançando uma cifra próxima de 10,2% em 1990.

Assim sendo, os números confirmam que a desconcentração não se circunscreveu ao polígono mencionado por Diniz. Primeiro porque houve crescimento significativo na indústria de outras regiões: agroindústria no Centro-Oeste, parque têxtil no Ceará, química e petroquímica no Nordeste, sobretudo na Bahia, produção de celulose no Espírito Santo e expansão industrial da Zona Franca de Manaus. Em segundo, considerando a área interna ao polígono, não foram apenas a Região Metropolitana de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro a perderem peso no total nacional. Na verdade, esse polígono engloba qualidades muito heterogêneas, sendo que as regiões que ampliaram seu peso no total nacional tendem a delimitar-se ao entorno das áreas metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, bem como parte do interior de São Paulo e poucas cidades de porte médio da rede urbana do Sul e Sudeste. Este fato é visível em

São Paulo, onde os ganhos do interior tendem a adensar-se nas regiões de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto.

Na interpretação de Negri (1996, p.23) sobre a desconcentração industrial, “a desconcentração prevaleceu, sobretudo, em virtude do perfil setorial do investimento dos anos 80, fortemente associado a bens intensivos em recursos naturais e típicos do padrão industrial da II Revolução Industrial”. O autor acrescenta que foi “a forma de inserção internacional do Brasil, através de produtos manufaturados, relativamente padronizados e, em grande medida, ligados ao processamento contínuo de recursos naturais (...), que determinou o perfil de investimentos desse decênio, parte do qual responde à maturação das metas do II PND”.

Assim, segundo esse autor, a forma de inserção internacional da economia brasileira também deve estar presente na explicação sobre a trajetória da desconcentração, tal forma pois “acabaria determinando uma trajetória específica para boa parte de sua indústria com ênfase em segmentos que favoreciam a desconcentração” (NEGRI, 1996, p.24). O autor chama igualmente a atenção para outros determinantes importantes no processo de desconcentração industrial, fatores que, por conta disso, devem ser incorporados à análise. Esses fatores têm a ver com:

- a) a forma de unificação do mercado nacional, com a passagem da integração comercial à produtiva;
- b) o papel do Estado, quer através das políticas explícitas de desenvolvimento regional, quer através de investimentos diretos na produção ou em infra-estrutura;
- c) o surgimento de deseconomias de aglomeração na metrópole de São Paulo, representando um “bloqueio” ao crescimento do seu parque produtivo;
- d) a evolução da própria urbanização brasileira, com tendência à desconcentração de seu sistema urbano e, em menor grau, dos próprios mercados de consumo final, mesmo no contexto de um perfil regressivo de distribuição da renda.

Outro autor que se posiciona sobre o debate em torno da desconcentração industrial é Carlos Américo Pacheco. Na sua crítica à visão de Azzoni, o autor afirma que os efeitos regionais da relação entre economias e deseconomias de aglomeração têm uma dimensão “muito mais microlocacional e limitada regionalmente do que abrangente o suficiente para explicar a desconcentração que se verificou no país. É em especial nesse sentido – internamente a São Paulo – que a tese de Azzoni é particularmente correta, ainda que não leve em conta um conjunto muito mais amplo de questões que estiveram por trás da chamada ‘interiorização’ da indústria paulista”. (PACHECO, 1998, p.245-246).<sup>29</sup>

Para Pacheco, “o principal mérito do trabalho de Azzoni foi demonstrar que não estava em curso no Brasil uma reversão da polarização e que as economias de aglomeração não são, por si mesmas, capazes de explicar o que ocorreu” (CAIADO, 2002, p.34). Entretanto, Pacheco (1998, p.214) critica o fato de Azzoni “não [se] dar conta de que, de fato, verificou-se uma significativa desconcentração espacial da indústria, o que, para ser compreendido, exigiria desde logo romper com o arsenal metodológico em que se move”.

Com relação à análise do próprio Pacheco (1998, p.258) sobre a desconcentração observa-se a convicção desse autor de que “há desconcentração mas não reversão da polarização, porque fundamentalmente não existem alternativas de polarização externas a São Paulo”. Além disso, fala sobre a acumulação, cujo comando é e continua sendo exercido por São Paulo graças à natureza da articulação da estrutura produtiva da indústria paulista com o restante do país, em que São Paulo comanda o processo de acumulação de capital, liderado pelos segmentos de bens de

---

<sup>29</sup> Caiado (2002:34) faz o seguinte comentário a partir desta colocação de Pacheco: “Entretanto, se o diagnóstico para o caso de São Paulo parece correto, a proposta de que estaria havendo uma ‘desconcentração concentrada’ ou ‘espraiamento’ das atividades produtivas não expressa o que efetivamente tem ocorrido. O próprio termo ‘espraiamento’ não foi feliz, pois não explica nem mesmo o que ocorreu em São Paulo. A palavra espraiar significa ‘derramar, estender, alastrar, irradiar, ou lançar-se para diferentes lados’ e isso efetivamente não ocorreu, uma vez que a desconcentração produtiva, a partir de São Paulo não alcançou os pequenos municípios localizados no interior do ‘campo aglomerativo’, ao mesmo tempo que deixou de lado toda a região do Vale do Ribeira, situada, também, a menos de 150 quilômetros da Região Metropolitana”. Uma outra observação a respeito desse assunto diz respeito às regiões de governo de Registro e de Itapeva, que apesar de se situarem no raio de 150 quilômetros, sugerido por Azzoni, não tiveram grande desenvolvimento industrial (NEGRI, 1996).

capital e de consumo durável. Pacheco (1998) chama ainda a atenção, para o conteúdo histórico que deve permear a análise, pois, segundo ele, o desenho concentrado da indústria nacional tinha muito a ver com a própria história. Defendendo este posicionamento, o autor argumenta que:

(...) a construção do espaço econômico nacional só pode ser totalmente entendida no âmbito do processo de integração do mercado interno e da política econômica *lato sensu*. As empresas, neste sentido, não se movem num vazio. Foi o Estado, especialmente no caso brasileiro, através do câmbio, do crédito, dos inúmeros incentivos e diferenciais tributários, além da infra-estrutura, que auxiliou a modelar as condições de desenvolvimento regional recente. Todas determinadas pela história prévia das regiões, notadamente de seu 'núcleo' industrial, quer do ponto de vista do potencial de acumulação, quer em termos das trajetórias de desenvolvimento e urbanização de cada região (PACHECO, 1998, p.226).

Com relação aos elementos que concorreram para o processo de desconcentração, estes foram os seguintes, conforme Pacheco (1998):

- integração produtiva do mercado nacional;
- deslocamento da fronteira agrícola e mineral;
- políticas de governo: política econômica, diretrizes setoriais, políticas de desenvolvimento regional e investimentos do setor produtivo estatal;
- efeitos da crise nas áreas mais industrializadas;
- deseconomias de aglomeração e pressões ambientais nas áreas mais industrializadas;
- perfil desconcentrado do sistema urbano brasileiro;
- impacto diferenciado da orientação exportadora;
- novas formas de organização da grande empresa.

Em que pese esses vários elementos, o autor conclui que só é possível entender a complexidade do movimento de desconcentração econômica quando se dá o devido destaque a uma dimensão fundamental desse processo: “o papel central (...) [do] processo de integração produtiva do mercado nacional, amparado pelo Estado, e contemporâneo da relativa maturação do padrão industrial ancorado sobre o complexo metal-mecânico-químico e com forte presença



de investimentos acoplados à base de recursos naturais da economia brasileira” (PACHECO, 1998, p.227-228).

Um outro autor de importância no debate sobre a desconcentração é Leonardo Guimarães Neto. Em consonância com Pacheco, esse autor atribui um papel central à intervenção do Estado e às condições históricas de cada região no processo de integração das economias regionais ao movimento cíclico da economia nacional. Ao analisar o processo de desconcentração a partir da perda de participação do Sudeste no PIB nacional, o autor afirma que:

os processos em curso resultaram, ao lado de uma expansão significativa das regiões na década de 70, [em] mudanças na estrutura produtiva no interior de cada região e [numa] distribuição da atividade econômica entre as regiões que seguem, em alguns setores como o industrial, um padrão distinto do que havia prevalecido até então. Com a desaceleração e crise dos anos 80 estes processos se interrompem; no entanto, como o impacto negativo concentrou-se em alguns estados do Sudeste a ‘reversão da polarização’,<sup>30</sup> seguramente teve prosseguimento na década atual, agora num contexto de crescimento a taxas reduzidas (GUIMARÃES NETO, 1995, p.153).

Outro aspecto importante na análise de Guimarães Neto é o valor atribuído ao capital privado nacional no processo de desconcentração produtiva. Assim, segundo o autor:

O personagem principal na “regionalização” das grandes frações do capital, na direção das economias menos industrializadas do país, foi o capital privado nacional, notadamente aquele vinculado à atividade industrial, extrativa mineral e de transformação. Neste particular, ele constituiu núcleos produtivos modernos nas regiões atrasadas que configuram uma nova divisão inter-regional de trabalho no qual não foi desprezível a ação governamental, quer através dos incentivos fiscais e financeiros, quer através da ação complementar de algumas empresas estatais (GUIMARÃES NETO, 1990, p.162-163).

No que diz respeito aos determinantes do processo de desconcentração produtiva, esse autor apresenta como principais fatores o que segue:

- desaceleração da economia após o ciclo expansivo da primeira metade dos anos 70, cujos efeitos negativos se mostraram mais expressivos na região e nos Estados mais industrializados do país;

---

<sup>30</sup> O termo “reversão da polarização” adotado pelo autor deve ser entendido como sinônimo de desconcentração: “Vários estudos têm assinalado distintas manifestações de um processo mais geral de desconcentração espacial ou de reversão da polarização, a partir da segunda metade dos anos 70...” (GUIMARÃES NETO, 1995, p.15). Ou seja, o autor não utiliza o termo “reversão da polarização” como sendo sinônimo daquele fenômeno criticado por Azzoni.

- as políticas setoriais, que em alguns casos contaram com o caráter atrativo dos incentivos fiscais e financeiros das políticas de desenvolvimento regional;
- as vantagens locacionais e possibilidades de exploração de recursos naturais, até então não incorporadas ao sistema produtivo, surgidas com a criação de infra-estrutura de transportes e de comunicações em novas áreas através da promoção do Estado;
- na perspectiva microeconômica, a presença de deseconomias de aglomeração em alguns espaços nacionais e a possibilidade de ocupação de espaços econômicos situados fora da região central, inclusive visando garantir posições oligopólicas;
- a atuação do Estado brasileiro, apesar de não ter tido uma conotação estratégica bem definida e, também, de suas políticas macroeconômicas, setoriais e espaciais, embora tenham sido freqüentemente, divergentes, contraditórias e sem objetivos coerentes no que se refere à localização espacial”. (GUIMARÃES NETO, 1995).

\* \* \*

Enfim, como se pode perceber, a partir dos dois principais eixos de interpretação sobre a desconcentração industrial (Cano e Azzoni), novas análises foram se incorporando ao debate. A principal consequência dessa incorporação foi o enriquecimento do debate, proporcionando um melhor entendimento sobre os movimentos espaciais e econômicos da desconcentração industrial, uma vez que se tratou de um processo com determinantes múltiplos e complexos, como as diferentes posições em confronto permitem observar.

Segundo Caiado (2002), foi Pacheco quem realizou a síntese mais completa do debate sobre desconcentração, entendendo a questão regional como “um desdobramento da problemática do desenvolvimento capitalista e da conformação de padrões de divisão do trabalho que se diferenciam espacialmente, com a subsequente diferenciação econômica do espaço” (PACHECO, 1996, p.253). Ainda sobre o debate da desconcentração, mais especificamente sobre os determinantes desse processo, Caiado acrescenta que “pode-se dizer que apesar do conjunto ser

bastante eclético e não apresentar hierarquia há pouca discordância quanto aos fatores apresentados” (2002, p.42).

Sem dúvida, todas as interpretações sobre a desconcentração industrial vivida pelo país na década de 70 foram importantes para enriquecer o debate sobre o assunto e para propiciar uma percepção mais acurada sobre a questão regional brasileira. Porém, considerando os dois principais enfoques, é possível perceber que aquele embasado nas economias e desecomias de aglomeração, no qual autores como Carlos Roberto Azzoni, Mauro Borges Lemos e Clélio Campolina Diniz podem ser englobados, não transcende muito a questão da crítica à reversão da polarização, deixando de lado questões importantes que acabaram por limitar as explicações do processo.

Já outro enfoque, no qual reúnem-se Wilson Cano, Francisco de Oliveira, Barjas Negri, Leonardo Guimarães Neto e Carlos Américo Pacheco, há uma ampliação do arsenal explicativo para o movimento de desconcentração industrial, tornando-o mais condizente, ao que parece, com a realidade regional do Brasil, a qual é bastante diversificada. Esse enfoque busca uma compreensão do processo levando em conta, especialmente, dimensões de processos históricos importantes como: dinâmica da acumulação de capital, integração do mercado nacional, reestruturação produtiva e industrial, desenvolvimento urbano e ocupação do território nacional. Além disso, esse enfoque chama a atenção para as ações do Estado, através de políticas de governo, que interviam sobremaneira nos movimentos espaciais da economia durante a desconcentração.

Tratando ainda deste último enfoque, cabe assinalar a particular relevância das contribuições de Pacheco ao debate, pois esse autor ultrapassa as fronteiras da desconcentração industrial, chegando a aspectos importantes da questão regional brasileira, de um modo mais amplo. Assim procedendo, Pacheco traz à tona a problemática do agravamento das disparidades regionais e da fragmentação da economia nacional frente ao movimento de globalização. Esses

temas revelam-se essenciais na reflexão sobre o esgarçamento aparente do tecido federativo brasileiro.

#### **4 A ÁREA DE ITAPEVA E O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA: QUE NÍVEL DE ENVOLVIMENTO?**

Conforme indicado na introdução, este capítulo procura fornecer uma idéia sobre o possível envolvimento de uma área específica do Estado de São Paulo – Itapeva, no Sudoeste do estado – no processo de desconcentração industrial registrado no território estadual nos anos 70 e 80. Na pesquisa bibliográfica e documental que embasou a elaboração dos capítulos anteriores, nada foi encontrado que permitisse imaginar um tal envolvimento. Entretanto, resultados de pesquisas realizadas em diferentes países sobre as relações entre atividades industriais e espaço indicam, freqüentemente, um interesse do capital – em certas circunstâncias – por localizações em áreas “periféricas”, capazes de oferecer, por exemplo, mão-de-obra não sindicalizada e de baixo custo. Assim, persistiu-se na tentativa de buscar alguma indicação sobre o alcance da área de Itapeva pelo processo de desconcentração industrial paulista. O esforço realizado nessa direção envolveu inclusive viagens a Itapeva, para consultar documentos da prefeitura municipal e conseguir depoimentos que ajudassem a compor o quadro buscado.

Esse capítulo registra os resultados desse empreendimento. Diga-se desde logo que, em matéria de informações conseguidas, o esforço resultou numa mistura de frustração e satisfação. Frustração porque as bases de dados sobre a trajetória econômica recente do Sudoeste paulista –

e, dentro dessa região, da trajetória de Itapeva e sua área – revelaram-se, até onde se pode perceber, limitadíssimas. Satisfação porque, mesmo tendo que permanecer, em termos de observação, nos limites estritos que tal escassez de informações impunha, conseguiu-se formar uma idéia (certamente só com grandes e, talvez, imprecisos contornos) sobre o envolvimento da área no processo que constituiu o foco de atenção deste trabalho.

Cabe assinalar de partida que, conforme as evidências que puderam ser observadas e reunidas, a desconcentração industrial que marcou o Estado de São Paulo nas décadas de 70 e 80 nada significou, ao menos diretamente – quer dizer, implicando a localização de empresas ou unidades de empresas vindas da Região Metropolitana de São Paulo -, para Itapeva e sua área. Isso coloca de pronto uma questão sobre a promoção do desenvolvimento local-regional em Itapeva: se durante o surto desconcentrador essa área não se beneficiou do influxo de investimentos, imaginar que a vitalização econômica local possa resultar de impulsos principalmente exógenos beira o ilusionismo. Assim, reflexões em termos de desenvolvimento local e (o tanto quanto possível) endógeno parecem ter lugar na área de Itapeva, e poderiam canalizar as atenções da sociedade organizada.

Essas considerações serão retomadas posteriormente, após o que se relata no capítulo. Começa-se pela caracterização histórica da área de Itapeva; depois se aborda a situação dessa área principalmente em meio à configuração espacial da indústria paulista anterior ao processo de desconcentração dos anos 70 e 80; em terceiro lugar discorre-se, com base em pesquisa documental e entrevista, sobre os traços básicos da estrutura produtiva de Itapeva no período atual, exercício por meio do qual se mostra que o essencial dessa estrutura ganhou corpo antes daquele processo de desconcentração.

#### **4.1 Itapeva e sua área: uma caracterização histórica**

#### 4.1.1 Breve histórico sobre a origem de Itapeva<sup>31</sup>

Quando o Sudoeste Paulista ainda não havia sido percorrido pelo homem branco, os naturais da terra já o atravessavam com muita frequência, pois o território era cortado pelo famoso Peabiru ou caminho de São Tomé. O Peabiru<sup>32</sup> era uma antiga rota indígena que se estendia do Planalto Paulista (São Vicente) até o Sul do Brasil, atravessando assim, o Sudoeste Paulista.

Nesse caminho existiam várias ramificações. Uma das ramificações, cerca de vinte quilômetros antes da atual cidade de Itapetininga, desembocava em Cananéia. Outra ramificação, partindo da atual cidade de Itapeva, alcançava “Santo Antônio das Minas do Apiaí”. Seguindo o trajeto, partindo da atual Itapeva, chegava-se ao Paraná, a partir do qual encontravam-se mais duas ramificações, uma que levava a Assunção no Paraguai, e outra que levava às minas de prata em Potosi, no Peru. Segundo relatos da época, o Peabiru era a maior via de penetração do território Sul Americano, e foi a partir de 1603 que a exploração deste caminho, entre Guairá e São Vicente (litoral paulista), teve início.<sup>33</sup> A figura 2 mostra o trajeto do Peabiru no Estado de São Paulo.

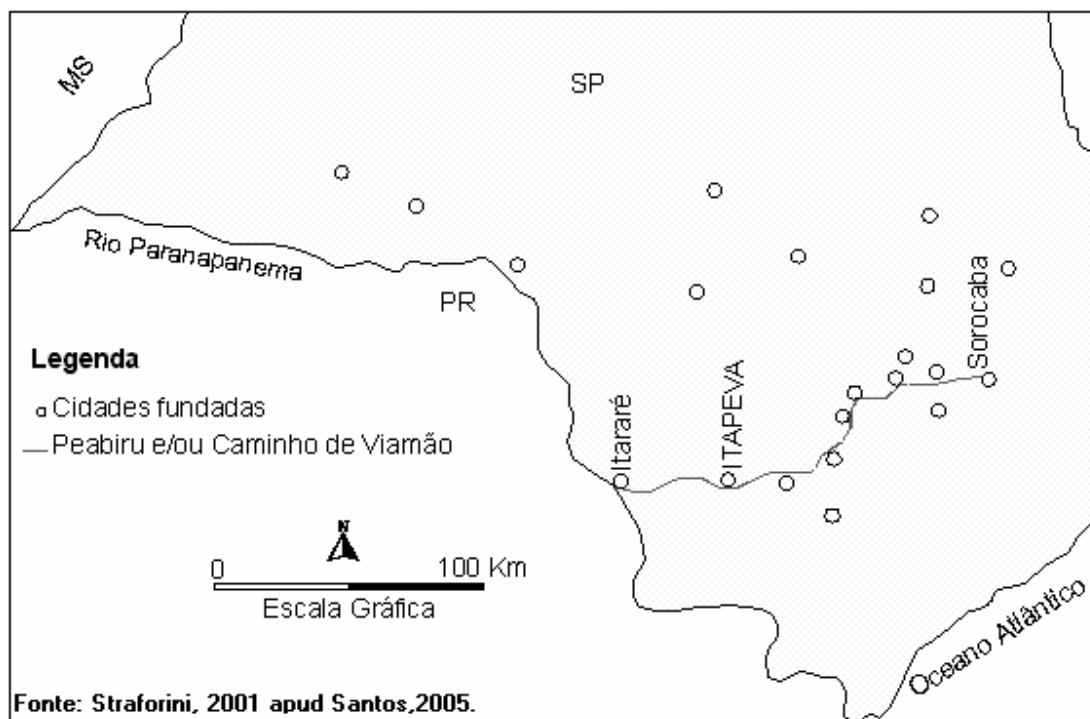
---

<sup>31</sup> Esta sub-seção baseia-se em Muzel (s/d) e Cruz Filho (s/d).

<sup>32</sup> O significado de Peabiru, em Tupi, é controverso. As interpretações mais comuns são: “caminho antigo ida e volta”, “caminho batido ou pisado”, “pegada do caminho” ou “caminho cujo percurso se iniciou”. Existe ainda a possibilidade de Peabiru ser o resultante da coordenação de pe-biru, que equivaleria a caminho para o biru (conforme os incas denominavam o seu território), Caminho para o Peru e Caminho para as Montanhas do Sol são outras interpretações possíveis. Este caminho ficou muito conhecido e bastante percorrido no Brasil colonial. (<http://www.editoraestradaareal.com.br/titulos/peabiru/imprensa.htm>)

<sup>33</sup> Revista de História da USP, vol.39, p.71, citada no site: <http://www.itapevacity.com.br/modules.php?name=ItaHistoria&page=historia7>.

**FIGURA 2: Cidades fundadas a partir do pouso de tropas no Estado de São Paulo**



Essa trilha foi utilizada por muitos bandeirantes em suas andanças com destino ao Sul, porém em 1653, por ordem de Tomé de Souza, a rota foi fechada, pois os portugueses tinham medo de uma invasão espanhola. No entanto, a partir de 1693, com o comércio entre São Paulo e Curitiba, e devido às fortes pressões desse intercâmbio comercial que se desenvolvia já no ciclo do ouro, a trilha indígena passa a ser explorada novamente. Em 1712, o comércio entre paulistas e curitibanos é intensificado e, nesse contexto, começaram a surgir as Paragens (locais onde os viajantes/comerciantes paravam para descansar e pernoitar) na região recortada pelo antigo Peabiru.

Em 1715, o capitão-mór Joseph de Góes Morais recebe uma carta de terras (sesmaria), que lhe dava poderes sobre uma porção territorial na qual foi criada a Paragem de Itapeva da Faxina. Com o estabelecimento das Paragens, entre 1720 e 1730, têm início o surgimento dos

primeiros núcleos populacionais, e a velha estrada indígena dá lugar ao que mais tarde seria conhecido como Estrada das Boiadas. Na realidade, a reabertura da velha estrada, como via de comunicação, significou para a região Sudoeste Paulista a possibilidade de incorporação na vida social e econômica brasileira, uma vez que, no período que se estende de 1730 a 1740, estabeleceu-se o maior sistema de transportes que o Brasil-Colônia conheceu: A Tropa de Muares. Assim, nessa perspectiva de comércio entre o Planalto Paulista e o Sul do país, surgiu a Paragem de Itapeva da Faxina.

Em 1765, essa região, que servia de passagem às tropas que comercializavam muares entre Sorocaba e o Sul do país, era pontilhada por pequenos povoados. No mês de janeiro desse mesmo ano, a rainha de Portugal, D<sup>a</sup> Maria I, ordenou a Dom Luiz de Souza a fundação de várias vilas na região, dentre elas a Vila de Faxina, a fim de congregar a população, inclusive aquela pertencente à Paragem de Itapeva da Faxina. Para tal incumbência, Dom Luiz de Souza nomeou o paulista Furquim Xavier Pedroso. Segundo relatos da época, a idéia de “fundar de novo” a Vila da Faxina, em substituição à Paragem de Itapeva da Faxina, foi um erro. Houve conflito entre a escolha de Furquim Pedroso e os antigos proprietários de terras da região em torno do local da “nova fundação”.

A nova Vila da Faxina acabou ficando longe do Peabiru e, em 20 de setembro de 1769, foi lavrado o Auto de Fundação, acompanhado das solenidades pertinentes. Porém, a grande maioria da população da Paragem de Itapeva da Faxina não compareceu. Apesar das divergências, Furquim Pedroso deu continuidade às obras exigidas para a construção de uma sede na nova Vila. Surgem outras divergências, pois as instalações do núcleo já existentes na Paragem de Itapeva da Faxina não seriam aproveitadas. O Governador da época criou embargos para a finalização das obras públicas, estipulando prazos que não foram cumpridos por Furquim Pedroso, e, diante disso, ordenou a transferência do pelourinho da Vila de Faxina para a Paragem de Itapeva da Faxina. Assim, em 1785, a Paragem passa a ser oficialmente Vila de Itapeva da



Faxina, atualmente conhecida como Itapeva. A figura 3 mostra a sua localização no Estado de São Paulo.

**FIGURA 3: Localização geográfica do município de Itapeva – SP**



Portanto, falar sobre as origens de Itapeva remete ao caminho percorrido pelos tropeiros no início do século XVIII. Inicialmente, os tropeiros iam de Itapetininga e Sorocaba para Curitiba, para comercializar gado bovino, e, posteriormente, vinham do Sul do país para abastecer de muares as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O elo comercial entre o Sul do Brasil e o Sudoeste logo abrigou várias Paragens, e foi da necessidade de povoar de forma mais efetiva a região que surgiu Itapeva. O tipo de atividade dos tropeiros influenciou sobremaneira a região, o que torna possível entender o desenvolvimento inicial de criações de gado e da agricultura de subsistência como atividades econômicas principais.

#### 4.1.2 Uma base econômica estreita em termos históricos

Por volta de 1800, Saint-Hilaire, influenciado pelo Conde de Luxemburgo, esteve no Brasil. Entre os anos em que permaneceu no país (1816-1820), viajou por muitos lugares: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em sua passagem pela província de São Paulo, pelo trajeto citado anteriormente, o autor alojou-se na cidade de Itapeva. Seus relatos oferecem informações importantes sobre a cidade.

Em 1820, de acordo com Saint-Hilaire (1976), a cidade de Itapeva não contava com mais de trinta casas, a maioria delas em mau estado. O número de escravos era pequeno, não só pelo fato de serem pobres os habitantes da cidade, mas também porque a principal atividade era a criação de gado de forma extensiva, exigindo pouco trabalho. Nessa época, Itapeva fornecia grande quantidade de bois à cidade do Rio Janeiro, o que à primeira vista seria sinal de afluência. Porém, a pobreza era dominante, o que se atribuía ao fato de os proprietários das fazendas não morarem na região, mas sim em outras localidades, como São Paulo e Sorocaba, nas quais aplicavam os seus lucros. O pouco dinheiro que circulava na região era oriundo das tropas que vinham do Sul.

Por outro lado, em 1820, Itapeva contava com uma vantagem: a possibilidade de comunicação com o mar, o que poderia transformar o simples lugarejo num centro importante. Pouco distante de Itapeva situava-se uma cidadezinha chamada Apiaí, a partir da qual era possível chegar ao pequeno porto de Iguape, por via fluvial. Já em 1820 esta via era utilizada para o transporte de sal (necessário aos animais), uma vez que seu custo resultava muito mais baixo do que quando trazido de Sorocaba. Todavia, parece que essa vantagem não teve suas potencialidades bem exploradas.

Na realidade, a população do vilarejo parecia não ter consciência, nem conhecimento suficiente, para fazer uso das potencialidades econômicas da região, algo que não escapou à observação de Saint-Hilaire (1976, p.221):

As pessoas mais ilustres do lugar também vieram ver-me, mas foram poucas as perguntas que me fizeram. Esses homens não tinham nem o espírito nem a curiosidade dos mineiros, mostravam-se alheios a tudo o que se passava no mundo e apenas conseguiam falar das coisas que os cercavam. E muitos dos agricultores do lugar não sabiam nem mesmo a que eu me referia quando lhes perguntava quanto rendia o milho por ano.

Já no ciclo do café, período de grande impulso na economia de São Paulo, principalmente no que diz respeito à gênese da indústria paulista, a atividade correspondente não pôde ser desfrutada por Itapeva e sua região, pois estas apresentavam um inverno rigoroso e, conseqüentemente, não propício à cafeicultura. Apesar disso, a região conseguiu produzir frutos de boa qualidade. (Cruz Filho, s/d, citado no site [http://www.itapevacity.com.br/modules.php?name=Ita\\_Historia&page=historia8](http://www.itapevacity.com.br/modules.php?name=Ita_Historia&page=historia8)).

Em meados de 1870, o Estado de São Paulo passou por uma expansão no cultivo de algodão. A região de Sorocaba e a de Itapeva passam a dedicar-se à atividade, vendo nela a possibilidade de desenvolvimento econômico, desenvolvimento esse que não pôde ser alcançado no ciclo do café. Sorocaba conseguiu prosperar através da instalação de indústrias têxteis, o que alavancou o seu crescimento econômico. Ao contrário do que se verificou em Sorocaba, Itapeva optou pela exportação de matéria-prima. (Op. Cit.).

#### 4.1.3 Itapeva em meados do século XX: posição pouco expressiva em termos econômicos

A descoberta de ricas jazidas minerais (primeiramente o calcário) em Itapeva, na década de 1940, proporcionou à cidade um novo ciclo de crescimento, o da mineração. Nesse período, e mais especificamente, no início dos anos 50, grandes empresas de extração/transformação de minérios se instalaram na cidade, como a Votorantim (cal), a Cia. de Cimento Maringá e a Cobrasi (cobre). (artigo: Contando história, sem autor, revista Raízes da Nossa História, Ano II, nº2). Um fato interessante nesse movimento de instalação de novas indústrias é que as unidades

instaladas em Itapeva eram sempre filiais de empresas sediadas em outros lugares, não tendo ocorrido a implantação de nenhuma matriz em Itapeva.

O recenseamento de 1950 registrou uma população itapevense de 23.546 habitantes, distribuída entre a própria cidade e os distritos de Campina do Veado e do Guarizinho, cerca de 83% dessa população habitando a zona rural. Com relação às atividades econômicas do município, destacavam-se as propriedades agropecuárias dedicadas à policultura (milho, batata-inglesa, arroz, batata-doce e tomate) e a presença um rebanho apreciável: em 1956, entre bovinos, suínos, eqüinos e outros, o rebanho contava em torno de 65.200 cabeças. As atividades industriais, que ampliavam, de algum modo, a sua presença, permitiam observar os seguintes ramos: transformação de minerais não metálicos, alimentos, madeira, extração de produtos vegetais, calçados e artefatos de tecido. (Pires, 1957).

É importante frisar que, desde 1954, os estabelecimentos industriais envolvidos com transformação mineral apresentavam-se em maior número, alcançando cerca de 60 unidades, cujos principais produtos eram a cal e o cimento. O consumo médio de eletricidade desse ramo industrial era da ordem de 250.000 kwh mensais, exclusivamente como força motriz, além de meio milhão mensal produzido por uma empresa privada de cimento, destinado ao seu próprio consumo. (Op. cit.)

Tanto o governo como o empresariado itapevense, que desde o início do crescimento do setor do setor de mineração poderiam ter concebido e implementado políticas no sentido de uma maior integração produtiva e da criação de uma verdadeira malha industrial local, parecem ter incorrido no mesmo erro do surto algodoeiro, pois nenhum produto final relacionado à indústria de mineração passou a ser produzido na cidade. Apesar desses entraves, a atividade de extração/transformação de minério constituiu-se no sustentáculo da economia pouco dinâmica de Itapeva. (Cruz Filho, s/d , Breve histórico sócio econômico de Itapeva, site itapevacity).



#### **4.2 Itapeva em meio à configuração espacial da indústria paulista antes do processo de desconcentração dos anos 70 e 80**

Com a intenção de situar Itapeva no contexto da concentração industrial de São Paulo, inicialmente, e, posteriormente, da desconcentração industrial verificada a partir da capital rumo ao interior paulista, discorre-se na seqüência sobre os seguintes aspectos:

- As grandes áreas econômicas do Estado de São Paulo;
- Itapeva em face da dinâmica urbana do Estado de São Paulo;
- O setor Secundário;
- Itapeva na estrutura espacial da indústria paulista até o fim dos anos 60.

Para traçar um quadro comparativo desses movimentos, serão confrontados dados das regiões da grande São Paulo, de Campinas, de Sorocaba e da sub-região de Itapeva, obtidos em dois documentos elaborados pela Secretaria de Economia e Planejamento (coordenadoria de ação regional): Estado de São Paulo - Diagnóstico de março de 1973 (Estado..., 1973) e Indicadores da Evolução Sócio-Econômica, de janeiro de 1985 (Indicadores..., 1985). É importante esclarecer desde já que em 1970 o Estado de São Paulo encontra-se subdividido em 11 Regiões Administrativas<sup>34</sup>, sendo Itapeva a sede de uma das sub-regiões de Sorocaba.<sup>35</sup> O principal intuito dessa divisão era a regionalização da ação governamental e de seu planejamento.(Estado de São Paulo diagnóstico, 1973, p.1/1).

---

<sup>34</sup> A subdivisão das 11 regiões administrativas do Estado de São Paulo está no anexo 1. Porém, a subdivisão recente apresenta algumas alterações, presentes no anexo 2.

<sup>35</sup> Através do Decreto nº 52.576 de 12 de dezembro de 1970, a divisão regional do Estado de São Paulo é estabelecida, contando com um montante de 11 Regiões Administrativas.

#### 4.2.1 Grandes áreas econômicas do Estado de São Paulo no início dos anos 70

No trabalho realizado pela Secretaria de Economia e Planejamento em 1973, identificaram-se três grandes áreas econômicas no Estado de São Paulo.<sup>36</sup> A elaboração da tipologia que permitiu caracterizar essas áreas partiu da observação da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, a qual possibilitou identificar áreas que apresentavam uma certa homogeneidade setorial, resultando, de certa forma, em comportamentos demográficos semelhantes.

A análise considerou indicadores sobre o comportamento da população e das atividades do setor primário, e ainda variáveis sobre o setor industrial, para cada uma das 11 regiões administrativas.<sup>37</sup> Esse procedimento permitiu a seguinte compartimentação setorial do espaço paulista: Área I-predominantemente industrial; Área II-relativo equilíbrio setorial; e Área III-predominantemente agrícola.

A Área I<sup>38</sup> é caracterizada por altas densidades populacionais, que, partindo da capital, tendem a diminuir progressivamente, porém sempre mantendo níveis elevados. Paralelamente, é uma área na qual o fenômeno da urbanização apresenta-se como característica marcante, pois mais de 70% da população reside em áreas urbanas. Esse comportamento demográfico pode ser

---

<sup>36</sup> A tipologia elaborada no trabalho da Secretaria de Economia e Planejamento será utilizada neste trabalho, na tentativa de proporcionar ao leitor uma melhor compreensão do desenvolvimento econômico diferenciado que se estabeleceu no Estado de São Paulo.

<sup>37</sup> Os indicadores referentes ao comportamento da população foram densidade demográfica e taxas de urbanização. Os que dizem respeito às atividades do setor primário foram índice de mecanização das lavouras, distribuição das áreas ocupadas com culturas e pastagens e índice de absorção de mão-de-obra pelo setor. No que tange ao setor industrial, foram utilizados o valor adicionado, o valor da produção e o índice de absorção de mão-de-obra urbana pelo setor. Cabe ainda fazer uma ressalva com relação ao setor terciário, pois este não foi incluído na análise em decorrência da falta de informações.

<sup>38</sup> A área I é composta pelas seguintes regiões e sub-regiões: região da Grande São Paulo; região de Santos (exclusive demais sub-regiões); região de São José dos Campos (exclusive demais sub-regiões); região de Sorocaba (exclusive demais sub-regiões); região de Campinas (exclusive demais sub-regiões); sub-região de Jundiaí (sub-região de Campinas) e sub-região de Taubaté (sub-região de São José dos Campos).

encarado, em larga medida, como reflexo da estruturação econômica da área, pautada fortemente no desenvolvimento industrial. Na verdade, é nessa área que se localizam os grandes centros industriais do país, os quais se utilizam de tecnologias relativamente mais avançadas com elevada produtividade e alta capitalização, sendo detentora de um parque industrial bastante representativo no contexto estadual. Por outro lado, o setor primário também está presente nesta área, caracterizado-se pela produção de hortifrutigranjeiros, voltada, fundamentalmente, para o abastecimento do mercado interno metropolitano.

Na Área II<sup>39</sup>, tanto o setor primário quanto o secundário fazem parte da base econômica, contribuindo conjuntamente para o dinamismo da área. O setor primário é bastante diversificado, sendo caracterizado pela coexistência de lavouras comerciais (insumos industriais), lavouras rotineiras (gêneros alimentícios), pecuária leiteira e produtos hortifrutigranjeiros (ambos voltados para o mercado metropolitano). Já no parque industrial, destacam-se as agroindústrias, que tanto podem alcançar a etapa final de transformação, como simplesmente fornecer insumos para as indústrias localizadas na Área I. Aqui, também, o comportamento da população reflete a combinação existente na estrutura econômica, apresentando taxas de urbanização mais altas onde o processo de industrialização atingiu maior diversificação (nas proximidades dos grandes eixos viários).

---

<sup>39</sup> A área II é composta pelas seguintes regiões e sub-regiões: sub-região de Guaratinguetá (sub-região de São José dos Campos); sub-região de Tatuí (sub-região de Sorocaba); sub-região de Piracicaba (sub-região de Campinas); sub-região de Limeira (sub-região de Campinas); sub-região de Rio Claro (sub-região de Campinas); região de Ribeirão Preto (exclusive demais sub-regiões); sub-região de Franca (sub-região de Ribeirão Preto); sub-região de Jaboticabal (sub-região de Ribeirão Preto); sub-região de Araraquara (sub-região de Ribeirão Preto); sub-região de São Carlos (sub-região de Ribeirão Preto); região de Bauru (exclusive demais sub-regiões); sub-região de Jauú (sub-região de Bauru); região de São José do Rio Preto (exclusive demais sub-regiões); região de Araçatuba (exclusive demais sub-regiões); região de Presidente Prudente (exclusive demais sub-regiões) e região de Marília (exclusive demais sub-regiões).



A área predominantemente agrícola, Área III<sup>40</sup>, é constituída por espaços descontínuos, tendo sua economia orientada essencialmente pelo setor primário, apesar da pequena diversificação do mesmo. Verifica-se no setor o predomínio de áreas de invernada, destinadas principalmente à pecuária de corte, enquanto a agricultura é praticada, freqüentemente, em moldes extensivos (apesar de apresentar lavouras comerciais). O setor secundário da Área III apresenta-se bastante diferenciado, com diversos níveis de complexidade. Em algumas localidades é possível observar uma tendência expansionista do processo de industrialização, e em outras a atividade secundária é praticamente inexistente. Um outro aspecto importante é a rarefação demográfica, caracterizando a área como a mais atingida pelo processo de esvaziamento populacional observado em São Paulo. Itapeva, foco de atenção neste capítulo, pertence a essa área.

O objetivo maior do recurso a essa tipologia é a observação dos movimentos dos setores produtivos, bem como suas conseqüências, na tentativa de visualizar uma possível perspectiva sobre o desenvolvimento econômico diferenciado no Estado de São Paulo, principalmente dizendo respeito à situação de Itapeva.

#### 4.2.2 Itapeva em face da dinâmica urbana do Estado de São Paulo até o início dos anos 70 e prolongamento nos anos 80.

A interação de fatores geográficos e econômicos acaba por determinar, em regra, a concentração de contingentes populacionais em determinadas localidades. Da mesma forma, uma

---

<sup>40</sup> A área III é composta pelas seguintes sub-regiões: sub-regiões de São Sebastião e Registro (sub-regiões de Santos); sub-regiões de Itapetininga, Capão Bonito, **Itapeva**, Avaré e Botucatu (sub-regiões de Sorocaba); sub-regiões de São João da Boa Vista, Casa Branca e Bragança Paulista (sub-regiões de Campinas); sub-regiões de Ituverava, São Joaquim da Barra e Barretos (sub-regiões de Ribeirão Preto); sub-região de Lins (sub-região de Bauru); sub-regiões de Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis, Jales e Andradina (sub-regiões de São José do Rio Preto); sub-regiões de Presidente Venceslau, Dracena, Adamantina e Oswaldo Cruz (sub-regiões de Presidente Prudente); sub-regiões de Assis, Ourinhos e Tupã (sub-regiões de Marília).

alteração nesses fatores pode desencadear a uma remodelagem dos contingentes demográficos.

Assim, em algumas áreas do Estado de São Paulo, nas quais as atividades econômicas se desenvolveram mais dinamicamente, atingindo uma maior complexidade, foi possível a conformação de um quadro urbano mais diversificado (Estado..., 1973).

Na verdade, as transformações na estrutura produtiva do Estado de São Paulo provocaram sucessivos remanejamentos populacionais que impulsionaram a população no sentido das áreas onde a atividade produtiva se tornava mais expressiva. Esse movimento, que contava com uma maior intensidade do crescimento industrial nos principais centros, e se mostrava também associado à estruturação do sistema viário, teve reflexos na dinâmica de crescimento urbano no estado.

Em 1940, apesar de não ser um fenômeno generalizado em todo o Estado de São Paulo, uma urbanização marcada já se fazia notar, e seus diferentes níveis estavam bastante associados aos diferentes graus de industrialização. Na década seguinte, as taxas de urbanização não apresentaram arrefecimento, intensificando-se uma tendência à concentração populacional principalmente nos municípios próximos às vias de comunicação. Esse processo, que naquele período apresentava taxas de urbanização predominantemente inferiores a 50% em todo o estado, seguiu em franca expansão, atingindo o Oeste paulista em 1960. A partir de então, muitos foram os municípios que passaram a contar com taxas de urbanização entre 50 e 80%, com exceção de alguns municípios da Região de Sorocaba, da Região de Itapeva, do Vale do Paraíba e do Litoral Sul. (Estado..., 1973).

Os efeitos da expansão industrial da Grande São Paulo são sentidos mais fortemente nas décadas de 60/70, atingindo outros municípios que já possuíam uma estrutura urbana mais complexa e diversificada. Assim, em 1970, o número de municípios que apresentam elevado grau de urbanização (em torno de 80%) amplia-se, atingindo grande parte do território estadual. (Estado..., 1973). Contudo, esta não foi a realidade de algumas sub-regiões, como é o caso de

Itapeva, Itapetininga e Avaré, embora essas sub-regiões tenham apresentado uma elevação nas suas taxas de urbanização. Na sub-região de Itapeva, por exemplo, a urbanização elevou-se de 35,97% em 1970, para 47,71% em 1980. No entanto, levando em consideração o mesmo período (1970/80), quando comparamos a taxa de urbanização de Itapeva com as de Sorocaba, Grande São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, é inevitável a constatação de que em Itapeva, o crescimento da taxa de urbanização foi bastante tímido (TABELA 9).

**TABELA 9: Taxas de urbanização nas grandes áreas do Estado de São Paulo em 1970 e 1980 (%)**

	Taxa de urbanização	
	1970	1980
<b>Área I – regiões</b>		
Grande São Paulo	96,65	96,78
Sorocaba	71,01	83,67
Campinas	79,76	88,16
<b>Área II – regiões e sub-regiões</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Piracicaba	75,54	86,69
Ribeirão Preto	77,06	88,25
São Carlos	76,62	84,76
<b>Área III – sub-regiões</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Itapeva	35,97	47,71
Itapetininga	58,25	69,15
Avaré	47,12	60,26
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Total	80,33	88,64
<b>Interior do Estado</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Total	66,54	80,41

Fonte: Indicadores..., (1985).

Com relação aos principais núcleos urbanos, em 1970 o Estado de São Paulo contava com 32 núcleos com mais de 50.000 habitantes, sendo que 18 deles se encontravam na Área I – predominantemente industrial. Assim, 61% da população total dos núcleos se concentrava nessa Área, fato que ilustra as relações normalmente existentes entre industrialização e urbanização. Na verdade, a observação da evolução dos núcleos urbanos permite enfocar com mais intensidade o comportamento da população, em função de um conjunto de relações existentes entre urbanização e base econômica das diferentes regiões do Estado.<sup>41</sup>

A área que apresentava maior dinamismo industrial em 1970 era composta pelos municípios de São Paulo, ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), Mauá, Guarulhos e Osasco, que formam, em conjunto, um parque industrial altamente diversificado. Toda essa aglomeração exibia um elevado índice de urbanização, sendo que a metrópole paulistana era o centro irradiador das diversas atividades econômicas. Portanto, São Paulo ocupa uma posição incontestável nesse processo, expandindo suas fronteiras para os municípios vizinhos e, formando assim, a região conhecida como Grande São Paulo.(Estado..., 1973).

No planalto, o Município de Campinas se caracterizava como quarto núcleo urbano mais populoso da rede paulista. É interessante observar que a localização de Campinas fica numa região marcada por uma grande concentração de cidades como Jundiaí, Sorocaba e Americana, que se desenvolveram, inicialmente, ao longo da Cia. Paulista de Estradas de Ferro e,

---

<sup>41</sup> É importante lembrar que as rodovias e ferrovias muito contribuíram, quer indiretamente, quer diretamente, na formação de redes urbanas, estimulando a articulação entre áreas menos e mais desenvolvidas. Neste sentido, temos primeiramente a influência de ferrovias, pois em 1869 foi constituída a Cia. Paulista de Estradas de Ferro que, em 1872, atingiu Campinas e quatro anos depois Rio Claro, assegurando assim a ligação Jundiaí – São Carlos e Araraquara, atingindo Jaboticabal em 1892. Em 1872 foi organizada a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro ligando Campinas a Mogi-Mirim, atingindo Ribeirão Preto em 1883. A Estrada de Ferro Sorocabana inaugurou seu tráfego São Paulo – Sorocaba em 1875 e, alcançou Botucatu em 1889. Mais recentemente, o papel de elemento de ligação entre as cidades passou para as rodovias. Assim, partindo da cidade de São Paulo, em poucos anos a expansão industrial atingiu áreas mais próximas através das rodovias. A via Anchieta teve papel fundamental para a região do ABCD e toda a Baixada Santista. Da mesma forma, o Vale do Ribeira e o interior (Campinas, Jundiaí e Sorocaba) tiveram as articulações favorecidas pela Via Dutra.

posteriormente, da Rodovia Anhanguera, o que facilitou uma ligação direta com a capital paulista. Esta proximidade com o principal centro consumidor do país favoreceu o crescimento da indústria na área de Campinas, cidade que ganhou grande destaque como centro industrial.<sup>42</sup>

Sorocaba, assim como Campinas, fazia parte da região industrial do Estado de São Paulo. Assim, o crescimento recente da cidade está relacionado ao processo de expansão industrial do Estado. Cabe lembrar que, desde cedo, Sorocaba abrigava importantes atividades têxteis, sua mais antiga atividade fabril. Além do destaque representado por este setor, desenvolvem-se outras atividades industriais igualmente merecedoras de destaque, como é o caso das indústrias de cimento, metalúrgica, química, papel e papelão, madeira e gêneros alimentares.

Enfim, o desenvolvimento de núcleos urbanos no Estado que registram elevadas taxas de urbanização e, também, contam com a presença mais dinâmica de atividades industriais, parece estar fortemente relacionado com a localização das cidades e com o nível de desenvolvimento de suas potencialidades econômicas para receber de maneira mais ativa o processo de reorganização industrial (1970/80) que emanava da capital do Estado. De fato, ao que tudo indica, a região de Itapeva não estava preparada quanto ao segundo requisito, (falta de dinamismo industrial e infraestrutura) o que inviabilizou, de alguma forma, sua participação mais efetiva no processo de industrialização recente do interior paulista.

#### 4.2.3 Itapeva na estrutura espacial da indústria paulista até o fim dos anos 60

O setor primário pode provocar estímulos ao desenvolvimento do setor secundário. Além disso, a configuração industrial assumida por um espaço econômico está intimamente ligada às

---

<sup>42</sup> A cidade de Campinas apresentava, já em 1970, todos os ramos de atividades, predominando as indústrias de transformação (alimentos, mecânica, metalúrgica, têxtil). Caracterizava-se também por uma policultura intensiva que contava com práticas modernas de produção. Além disso, sua posição geográfica lhe dava excelentes condições de distribuição. O fato de sua distribuição de derivados de petróleo ultrapassar largamente o âmbito regional, só para dar uma idéia da dimensão desse potencial, fez com que a Petrobrás implantasse a REPLAN (Refinaria do Planalto) em Paulínia.

interações existentes entre os fatores locacionais (distribuição de recursos para produção e mercado), que podem estabelecer vantagens geográficas. Esta “condicionalidade espacial”, em se tratando de um país com dimensões continentais, manifestou-se em situações regionais diferenciadas à medida que o setor industrial atingia níveis variados de complexidade.

Em São Paulo, ao lado de vantagens inicialmente naturais, a implementação de uma infraestrutura sócio-econômica acabou tendo um papel promotor das potencialidades de regiões e locais, auxiliando na incorporação de novos centros industriais ao processo de industrialização. Este papel incorporador torna-se bastante evidente quando se leva em conta o desenvolvimento na área de transportes.

Assim é que, nas bases econômicas da Área I e II, havia uma certa heterogeneidade intra-área, refletindo as vantagens comparativas que atuaram durante o processo de ocupação econômica e que se materializaram quer devido às potencialidades naturais, quer por conta de condições infra-estruturais mais ou menos satisfatórias, engendrando diferentes funções econômicas no interior dessas áreas (Estado..., 1973).

A Área III, predominantemente Primária, também apresentava o desenvolvimento de espaços econômicos diferenciados, no que concerne ao processo de desenvolvimento. As sub-regiões de Itapetininga e Capão Bonito, por exemplo, apresentavam um quadro industrial bastante incipiente. Ao mesmo tempo, observam-se áreas em que o desempenho industrial, embora nem sempre significativo em termos de valor agregado, dependia cada vez mais do setor primário, estabelecendo-se assim um inter-relacionamento setorial que tendia a se firmar com a proliferação de agroindústrias operando com escalas produtivas não negligenciáveis. Esse era o caso de algumas sub-regiões como Itapeva e Avaré.

Além da inclinação para as atividades industriais, presente nas três grandes áreas econômicas paulistas antes do processo de desconcentração ocorrido nos anos 1970 e 1980, foi possível observar ainda, na área I, que a composição da estrutura industrial, com relação aos

gêneros industriais e pessoal ocupado, apresentava predominância dos setores Têxtil, Metalúrgico, Material de Transportes e Elétrico na Área I, além de uma indústria bastante diversificada (Tabela 10).

**TABELA 10: Composição industrial da Área I – predominantemente Industrial - em 1967**

Principais Gêneros	Pessoal ocupado	%
Alimentares	61.737	6,47
Bebidas	2.596	0,27
Têxtil	139.168	14,58
Madeira	2.808	0,29
Vestuário	45.843	4,80
Borracha	2.491	0,26
Editorial e Gráfica	28.554	2,99
Minerais não metálicos	60.985	6,39
Metalurgia	112.555	11,79
Mecânica	57.924	6,07
Papel e papelão	4.298	0,45
Química	56.782	5,95
Material de transportes	106.791	11,19
Material elétrico	85.733	8,98
Outros	186.312	19,52
Total	954.577	100,00

Fonte: Estado..., 1973.

A Área II, de relativo equilíbrio setorial, também apresentava uma certa diversidade industrial, na qual destacam-se os gêneros alimentares, têxtil e de vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Com relação a este último, sua participação expressiva provavelmente esteja relacionada com a região de Franca, principal produtora de calçados do Estado (Tabela 11).

**TABELA 11: Composição industrial da Área II - Relativo Equilíbrio Setorial - em 1967**

Gêneros	Pessoal ocupado	%
Alimentares	33.966	27,15
Têxtil	15.192	12,14
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	10.330	8,26
Minerais não metálicos	9.519	7,61
Mecânica	8.805	7,04
Bebidas	6.335	5,06
Mobiliário	5.280	4,22
Química	5.111	4,08
Metalurgia	4.653	3,72
Material de transporte	4.292	3,43
Outros	21.635	17,29
total	125.118	100,00

Fonte: Estado..., 1973.

Na Área III, essencialmente primária, sobressaíam alguns centros com grau de urbanização relativamente elevado, onde o aproveitamento de vantagens locacionais colocava a industrialização como atividade local ou subsidiária daquelas desenvolvidas nos grandes pólos industriais. No entanto, a diversidade do setor secundário era significativamente reduzida quando comparada à diversidade das Áreas I e II. Utilizando-se da variável pessoal ocupado, é nítida a predominância da participação dos gêneros industriais Alimentares e Minerais não metálicos, ou seja, gêneros intimamente vinculados à disponibilidade de matérias primas provenientes do setor primário. (Tabela 12).



**TABELA 12: Composição industrial da Área III – Predominantemente Primária - em 1967**

Principais Gêneros	Pessoal ocupado	%
Alimentares	15.981	37,25
Minerais não metálicos	10.852	25,30
Têxtil	3.249	7,57
Vestuário	2.142	5,00
Madeira	1.511	3,52
Mobiliário	1.501	3,50
Mecânica	1.246	2,90
Outros	6.418	14,96
Total	42.900	100,00

Fonte: Estado..., 1973.

Cabe ainda salientar que as atividades industriais em destaque, de acordo com a tabela acima, expressam as principais atividades que passaram a ser desenvolvidas na área de Itapeva a partir de 1950, como será abordado na próxima seção. Com relação ao tímido desenvolvimento do gênero madeireiro, vale adiantar, pelo menos no que diz respeito à Itapeva, que a atividade somente se sobressaiu a partir do final de 1960 e início de 1970.

#### **4.3 TRAÇOS BÁSICOS DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE ITAPEVA: QUE CONEXÕES COM A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NOS ANOS 70 E 80?**

Itapeva passa por um novo revés quando do processo de desconcentração industrial paulista nas décadas de 70 e 80 do século passado, impulsionado pelo governo federal com o intuito de “desafogar” a região metropolitana de São Paulo, promovendo uma reorientação da industrialização. Aproveitando-se da motivação do governo federal, o governo estadual procurou estimular a reorientação da sua indústria rumo ao interior, o que tomou a forma de uma

interiorização recente da indústria paulista. Para realizar essa tarefa, os sucessivos governos estaduais providenciaram pesquisas e elaboraram planos, buscando indicar ao empresariado qual o “melhor rumo a seguir”. Nesse processo, grandes rodovias foram construídas ou melhoradas, para atender a produção dos nascentes pólos industriais e agroindustriais.

Nesse período (décadas de 70 e 80), várias empresas estatais foram inauguradas no interior, e o empresariado foi estimulado a realocar seus recursos devido aos acenos de retornos atraentes. Itapeva e sua região sempre estiveram presentes nos planos de integração entre o interior do Estado e a Região Metropolitana de São Paulo, porém em momento algum o sonho da expansão econômica a reboque de um surto de investimentos produtivos com origem extra-local foi concretizado. Os municípios beneficiários desse processo foram aqueles que, de alguma forma, tinham sido capazes de progredir historicamente com base nos resultados da exploração do café ou do surto algodoeiro, como foi o caso de Sorocaba.

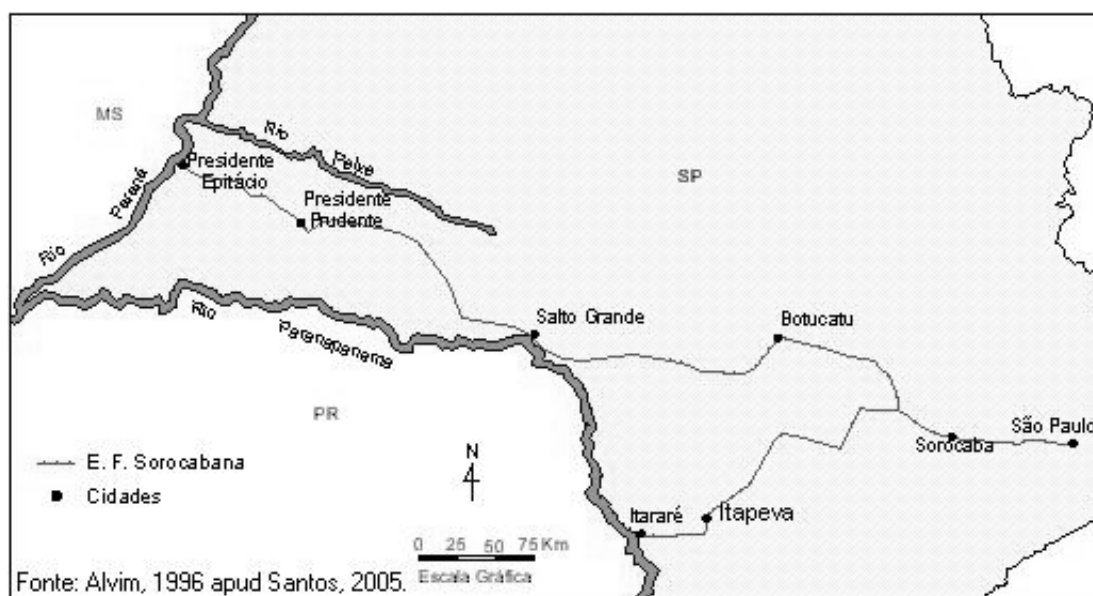
Nesse contexto, Itapeva apenas conseguiu destaque no ramo de extração/transformação de minérios, de madeira e como produtora agrícola (feijão, milho, trigo etc). O que segue nesta seção procura dar sustentação a essas afirmações.

Através da observação da formação histórica do município de Itapeva, percebeu-se (na seção 4.1) que a economia da cidade era, inicialmente, baseada na agropecuária e nos serviços. O desenvolvimento local dessas atividades estava fortemente ligado à condição de entreposto ou pousada de tropeiros que a cidade adquiriu durante o tropeirismo. Como fator atrativo, Itapeva contava com extensos campos, que possibilitavam a engorda do gado levado à feira de Sorocaba. Com o desenvolvimento da cultura do algodão, por volta de 1870, a colonização de terras torna-se mais intensa, e, conseqüentemente, também a diversificação agrícola, sendo que logo após a perda relativa de importância do algodão ganhou destaque o cultivo do trigo. Segundo Muzel (s/d, site), “o algodão que era ainda o principal recurso econômico e que se prolongou pelos 30 anos seguintes, foi responsável pelo ciclo do progresso que o município viveu”. Na verdade, a

economia da cidade, nesse período inicial, esteve centrada nas atividades ligadas ao campo, enquanto a pequena cidade tinha como funções o abastecimento da área no entorno e a prestação de alguns serviços.

Em 1909, o município passa por profundas transformações, pois o prolongamento da Ferrovia Sorocabana, que chegava até Itapeva, é concluído. A partir daqui verifica-se uma mudança no sistema de transportes, uma vez que o tropeirismo é substituído pelo advento do transporte ferroviário. O início das obras da Ferrovia Sorocabana se dá na década de 1870, com a intenção de escoar o ferro da fábrica de São João de Ipanema, localizada em Ipanema/SP. Porém, em 1905, o domínio das obras dessa ferrovia passou para as mãos do governo do Estado de São Paulo, que procurou estender a área atingida para o oeste do estado e para o sul, construindo o ramal de Itararé, o qual passaria por Itapeva. De fato, a ferrovia chegou à cidade de Itapeva em 1909. (figura 4)

**FIGURA 4: Estrada de ferro Sorocabana no Estado de São Paulo**



Com a chegada da ferrovia, parte do gado que era transportado, anteriormente, pelos tropeiros, passa a ser enviado para São Paulo através de vagões. Cabe assinalar que essa foi uma característica peculiar, pois a ferrovia, aqui, não teve a função de transportar café, como ocorreu

em outras partes do Estado de São Paulo. Uma outra região que participou dessa particularidade foi a de Barretos, onde havia predominância da criação de gado de engorda<sup>43</sup>.

Sendo assim, o tropeirismo passa a perder importância a partir do final do século XIX. Esse processo ocorreu paralelamente ao movimento de expansão do café rumo ao interior do Estado de São Paulo e também ao avanço da malha ferroviária (necessária para o transporte de café até o porto de Santos/SP). A ferrovia trouxe, portanto, a diminuição de um dos maiores problemas do transporte por muare - lentidão -, proporcionando agilidade ao transporte de produtos.

A chegada da ferrovia em Itapeva logo passou a representar o enfraquecimento do tropeirismo na cidade e também a ensejar algumas mudanças econômicas, a partir instalação de pequenas fábricas (cal, cerveja, têxtil, curtumes etc). No entanto, essas mudanças econômicas devem ser vistas, nesse período, tão-somente como uma certa diversificação das atividades locais, pois continuava a vincular-se ao campo a parcela mais significativa, em termos de importância, da vida econômica da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade presencia o aparecimento da mineração. Os relatos apontam para o funcionamento das primeiras caieiras já no início dos anos 20. Assim, “em 1922 era construída a primeira caieira de Itapeva, pertencente a Gabriel Sedano, cuja produção mensal chegava à casa dos 800 sacos de cal virgem, e que eram transportados nas costas de burros do bairro das Caviúnas até a cidade” (CHAVINI, 1969, p.16).

Contudo, foi entre 1940 e 1950 que a atividade mineral ganhou expressividade econômica no município, permitindo, posteriormente, que Itapeva ficasse conhecida (ao menos em nível regional) como “Capital dos minérios”. Esse fato está intimamente relacionado às descobertas geológicas feitas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

---

<sup>43</sup> O primeiro frigorífico do Brasil foi construído em Barretos. Coube a Antonio da Silva dar início a esse ramo (Monbeig, 1984). Na passagem do século XIX para o século XX, a cidade de São Paulo passou a sediar os primeiros investimentos voltados para a construção de frigoríficos. A ferrovia, além da função de transporte de café, assumiu também a função de levar gado e suíno do interior para os novos estabelecimentos localizados na capital.

De fato, em 1952, é iniciada na cidade a construção de uma fábrica de cimentos pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Simultaneamente, o grupo Votorantim<sup>44</sup> adquire a Cia. de Mineração São Matheus, e passa a produzir cal hidratada. Portanto, é a partir da década de 1950 que Itapeva apresenta um salto quantitativo e qualitativo na exploração mineral, principalmente na exploração/transformação de calcário (Santos, 2005).

Uma outra fábrica de cimento de grande importância é a Lafarge. Sua instalação data do ano de 1954, quando ainda pertencia grupo Norte-Paranaense Bueno e Vidigal. Esse grupo lançou a marca “Cimento Maringá” no mercado, produto com boa aceitação nas adjacências do município, e também na capital e no norte do Estado do Paraná. Durante a década de 1970, o funcionamento dessa unidade industrial era visto, localmente, como quase sinônimo de progresso, de emprego bem remunerado; em outras palavras, seus funcionários eram vistos como a “elite” da cidade. Em 1998, a unidade foi adquirida pelo grupo Transnacional Lafarge e, no período recente, apresenta uma diminuição na produção. Entretanto, a unidade continua tendo importância social e econômica, uma vez que gera empregos diretos e indiretos (Tabela 13) e recursos fiscais para o município (Tabela 14).

**TABELA 13: Quantidade de empregados da unidade industrial da Lafarge em Itapeva – 2003**

<b>Tipos de empregos</b>	<b>Números de empregados</b>
Diretos	53
Terceiros fixos	20
Terceiros eventuais	27
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Santos (2005), com dados obtidos diretamente da Fábrica de Cimento Lafarge de Itapeva em 2003.

<sup>44</sup> A Indústria Votorantim S/A é considerada, atualmente, uma das maiores empresas na fabricação de cal, cimento e alumínio, entre outros produtos industriais de base.

**TABELA 14: Impostos gerados pela fábrica da Lafarge em Itapeva - 2003**

<b>Tipo de imposto</b>	<b>Valor pago (milhares de reais)</b>
ICMS	4.254
IPI	960
PIS/COFINS	785
ENCARGOS SOCIAIS	451
CFEM	27
<b>TOTAL</b>	<b>6.477</b>

Fonte: Santos (2005), com dados obtidos diretamente da Fábrica de Cimento Lafarge de Itapeva em 2003.

Um acontecimento importante para a indústria de cimento da cidade ocorreu em 1998, quando o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) foi contratado para o mapeamento geológico e a avaliação das perspectivas para o setor mineral no Município de Itapeva. O trabalho do IPT produziu as seguintes informações, segundo apresentado em Santos (2005):

- A atividade mineral tem importância expressiva na cidade, pois gera mais de 1.000 empregos diretos e indiretos. Isso sem considerar os desdobramentos para os demais setores da economia;
- Gera, em valores brutos, mais de R\$ 55.700.000,00, considerando-se somente o volume de produção declarado pelas empresas;
- O município recebe, ao ano, aproximadamente R\$ 120.000. Além disso, há o recolhimento de ICMS (Impostos sobre Circulação de mercadorias e Serviços), repassado na parcela de 18 a 20 % ao município;
- O setor proporciona auto-suficiência do município em algumas matérias-primas, sobretudo para a construção civil;
- A exploração de calcário e filito no município tem importância substancial no Estado de São Paulo;

→ Apresenta características diferenciadas na tecnologia, pois alguns ramos (Cal, por exemplo) apresentam tecnologia de produção avançada, enquanto as pequenas empresas locais utilizam tecnologias anacrônicas.

Além dessas três grandes empresas (CMNP, Votorantim e Lafarge), surgiram, na década de 50, outras empresas com importância relativa no setor mineral local, como a Samba e a Brancal S/A, ambas voltadas para a transformação do calcário em cal hidratada. É importante atentar que nesse momento desponta a diversificação da atividade industrial no município, pois, paralelamente ao auge da mineração, entram em funcionamento olarias, serrarias e cerâmicas. Portanto, ao que parece, a grande evolução da indústria da cidade de Itapeva ocorre no momento anterior ao da desconcentração industrial das décadas de 70 e 80.

No final da década de 60 e início dos anos 70, o Estado brasileiro adota políticas e programas de desenvolvimento regional. Essas medidas proporcionaram um aumento considerável na atividade de reflorestamento<sup>45</sup> tanto no município de Itapeva, quanto nas suas adjacências. Note-se que, aqui, fala-se em aumento das atividades de reflorestamento, o que pode ser explicado pela existência anterior dessa atividade devido à presença de fábricas de papel e celulose (trazidas da porção nordeste do Estado do Paraná). Além disso, como afirma Magaldi (1991), as próprias empresas de cimento e cal já plantavam eucalipto para obter o carvão necessário aos seus processos produtivos.

---

<sup>45</sup> Sobre a atividade de reflorestamento, cabe assinalar o que segue: “economia do setor florestal brasileiro, até o ano de 1965, era pouco expressiva, tanto que as atividades de manejo das florestas plantadas e nativas eram insignificantes e realizadas, na sua grande maioria, em pequena escala e em condições de baixo emprego de tecnologia e gestão. A produção de carvão vegetal tinha como fonte de matéria-prima as florestas nativas. Nesta época, poucos empregos eram gerados e o país importava quase todo o produto florestal industrial. Além disso, não havia interesse por parte dos produtores rurais e empresários florestais, investirem em projetos de reflorestamento devido, entre outras coisas, a baixa rentabilidade, ao longo prazo de maturação e aos riscos elevados. Com a política de incentivos fiscais ao reflorestamento, que vigorou de 1965 a 1988, ocorreu um crescimento significativo da área reflorestada no país. Os gêneros florestais que mais se destacaram foram Pinus e Eucalyptus, devido ao rápido crescimento, a boa qualidade da madeira, a adaptabilidade ao clima e ao solo das regiões sul e sudeste, etc”. (artigo da Revista da Madeira, sem autor, 2005).

A forte presença do Estado como impulsionador do desenvolvimento econômico regional brasileiro, nesse período (1960/70), já foi tratado anteriormente. Abordando agora, de forma mais específica, o ramo de papel e celulose, cabe assinalar que o Estado visava, por meio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), diminuir os gastos com importação provocados por esse segmento industrial. Foi no bojo desse objetivo estatal que houve uma série de incentivos para o plantio de pinus e eucalipto, o que acabou resultando no que se convencionou chamar de “desertos verdes”.

A prévia existência do reflorestamento no Sudoeste do Estado de São Paulo, em conjunto com os estímulos advindos das políticas de reflorestamento, podem ser vistos como elementos cruciais para o desenvolvimento econômico que o ramo madeireiro apresentou em Itapeva e, também, para o aumento considerável do número de serrarias na porção Sul do Estado de São Paulo. Esse fato foi ressaltado em entrevista realizada (em dezembro de 2005), pela autora com o ex-proprietário da Sguario, uma das maiores empresas de papel e celulose dessa região do Estado de São Paulo pode ser evidenciado no seguinte trecho:

(...) na década de 1960, tivemos os incentivos fiscais; para quem plantasse diminuía o imposto de renda. Inicialmente os plantios não eram direcionados, mas as pessoas foram percebendo que os plantios deveriam ser dirigidos. Quem plantasse pinus, por exemplo, poderia utilizá-lo para celulose e fibra longa. Em consequência disso, o pinus, para fábrica de celulose, dava as primeiras produções; se faziam os primeiros desbastes, que deixavam como resíduo as madeiras mais grossas. Essas madeiras serviam perfeitamente para as serrarias. A partir disso, muitas serrarias se desenvolveram na região.

De fato, a expansão da atividade de reflorestamento chamou a atenção de investidores. Foi nesse período que a antiga serraria J. Sguario Companhia (cujas atividades tiveram início por volta de 1940), sediada no município de Itapeva, transformou-se na grande fábrica de papel e celulose – Sguario – que passou a ser. No início da década de 1970, a produção dessa fábrica não ultrapassava o patamar de 25 toneladas/dia; poucos anos depois, as condições favoráveis ligadas ao processo de reflorestamento haviam suscitado um outro quadro.



quando eu [Sr. Sguário, ex-proprietário] entrei na empresa, em 1970, ela tinha uma produção da ordem de 25 toneladas/dia. No prazo de cinco a seis anos, nós transformamos esta produção em 150 toneladas/dia. Mas sempre tinha que ser mais, devido à concorrência e também à redução de custos de produção proporcionada pela alta produtividade. Além disso, os equipamentos e máquinas desse ramo são voltados para a grande produção. Quando, por exemplo, a CETESB [Companhia de Tecnologia e Saneamento Básico] começou a pressionar a indústria para que fosse corrigido o nível de poluição (restos de madeira cozida) provocado pela empresa, a mesma teve que aumentar sua produção para 150 toneladas /dia, pois a menor caldeira de recuperação encontrada na época era de 100 toneladas/dia de celulose. Essas caldeiras custavam uma fortuna. Para se ter idéia, esse conjunto de recuperação, montado por volta de 1980, custava, por mês, 299 mil dólares (financiamento feito pelo Citibank) (entrevista com ex-proprietário da Sguario, em dezembro de 2005).

Atualmente, a Sguario pertence ao Grupo Orsa S.A. e está localizada no município de Nova Campina/SP, que conseguiu a sua emancipação de Itapeva em 1991<sup>46</sup>. De acordo com o interlocutor entrevistado, a produção atual da unidade de Nova Campina deve estar em torno de 400 toneladas/dia.

Partindo dessas considerações, o setor industrial da cidade de Itapeva pode ser visto como um indicador de evolução histórica das atividades econômicas, onde se desenvolveram, predominantemente, as atividades voltadas à extração e beneficiamento mineral e as atividades de extração e beneficiamento da madeira. Essa duas atividades respondem por 70% da atividade industrial do município e compreendem 75% dos estabelecimentos industriais, sendo que 40 deles estão ligados, de um modo ou de outro, à mineração (extração e tratamento de minérios e indústria de produtos) e 35 aos madeireiro (e moveleiro), logo, vinculados ao reflorestamento. (tabela 15).

**TABELA 15: Estabelecimentos industriais em Itapeva/SP**

<b>Atividade industrial</b>	<b>Nº de empresas</b>
Extração e tratamento de minérios	19

<sup>46</sup> Nova Campina era um distrito do Município de Itapeva.

Ind. de Produtos de minerais não metálicos	21
Indústrias madeireiras	34
Indústrias metalúrgicas	01
Fábrica de móveis	01
Indústria de couro e similares	03
Indústria de vestuário, calçados e artefatos	03
Indústria de produtos alimentícios	16
Indústria de construção	03

Fonte: Relatório Preliminar de Itapeva, 2003.  
Org: Leandro Bruno dos Santos, 2005.

Outra atividade que ganhou destaque nas décadas de 1960/1970 foi a agrícola. A expansão dessas atividades verificou-se, principalmente, em produtos de subsistência como o feijão, o milho e o trigo. Mais recentemente, o produto que vem ganhando destaque é a soja, tanto em Itapeva quanto nos municípios vizinhos. Esse fato deve estar intimamente ligado à valorização desse produto no mercado internacional (Estado de São Paulo, 2004, p. B4).

Apesar dos dois pilares da economia local serem representados pelas indústrias de cimento e madeireira, quando o assunto é valor adicionado (riquezas produzidas) em Itapeva, a atividade agropecuária supera a atividade industrial. Essa posição se deve à enorme área territorial do município – a segunda maior entre todos os municípios do Estado de São Paulo. Um outro fator, possivelmente relacionado à grande área territorial de Itapeva é a sua população total. De fato, Itapeva apresenta a maior população total quando comparada aos municípios vizinhos, apesar dessa população não ser tão expressiva quando se trata do comparativo com o Estado de São Paulo. Entretanto, a população total de Itapeva insinua a importância da cidade frente aos municípios do seu entorno (tabela 16).

**TABELA 16: População total no Estado de São Paulo e, em alguns municípios selecionados, nos anos de 2000/2001/2002**

LOCALIDADES	POPULAÇÃO		
	2000	2001	2002

Estado de São Paulo	36.909.200	37.542.521	38.123.695
Itapeva	82.741	84.141	85.532
Itararé	46.477	47.103	47.103
Itaóca	3.237	3.177	3.123
Itaberá	18.842	19.043	19.186
Buri	17.615	17.940	18.290
Capão Bonito	46.713	46.836	46.943
Nova Campina	7.273	7.513	7.761
Ribeirão Branco	21.210	21.476	21.744
Taquarivaí	4.456	4.615	4.779

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

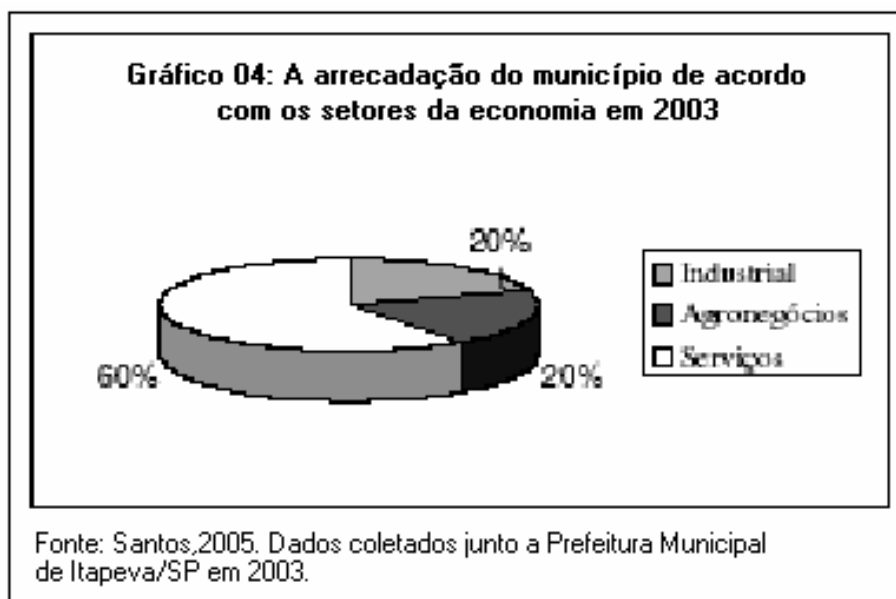
Cabe salientar, ainda, que atualmente o maior setor em valor adicionado é o terciário, sendo responsável por quase 50% da produção de riqueza (tabela 17).

**TABELA 17: Valor adicionado da economia de Itapeva/SP no ano de 2002**

Setor da economia	Valor Adicionado (Milhares de Reais)	%
Industrial	89.550	17
Agropecuária	192.361	36,7
Serviços	242.898	46,3

Fonte: Santos (2005), a partir de dados do IBGE.

Outrossim, o setor terciário (comércio e serviços) é, atualmente, o mais importante na arrecadação municipal. Isto porque a cidade de Itapeva, progressivamente, passou a se configurar num importante centro comercial e a deter uma significativa importância nas atividades de ensino e saúde (figura 5).



De fato, como assinalou o ex-proprietário da Sguario, sobre a situação econômica de Itapeva no período atual.

(...) outro ponto que merece destaque é o comércio, pois a quantidade de lojas que progressivamente se instalaram na cidade foi enorme (...) além disso, o hospital da cidade cresceu barbaridade (...) mais recentemente tivemos a criação de um curso de técnico em enfermagem, que veio se juntar às faculdades de Direito e Engenharia Florestal.

Vale assinalar que a existência de uma faculdade de Engenharia Florestal é ilustrativa – e indicadora do significado – da importância que as atividades de reflorestamento e as atividades industriais ligadas à madeira alcançaram na área. Contudo, essa faculdade não esgota as possibilidades de formação superior e técnica local. Com efeito, a cidade de Itapeva conta atualmente com as seguintes instituições: Escola Técnica Demétrio Azevedo Júnior (Edificações, Eletrotécnica, Enfermagem, Informática, Metalurgia e Mineração); Unesp (Engenharia Industrial Madeireira); FAIT (Administração de Empresas, Engenharia Florestal, Direito e Pedagogia); e Faculdade Metodista (Letras – Português/Inglês, Estudos Sociais e Ciências Contábeis).

Enfim, a cidade de Itapeva apresenta uma posição importante na região Sudoeste do Estado de São Paulo, sendo que as atividades que merecem destaque são aquelas relacionadas ao reflorestamento (pinus e eucalipto), à agricultura (trigo, feijão e soja) e à mineração. Nesse último

caso, a cidade e sua área contam com a presença de unidades industriais pertencentes a empresas de grande porte, como é o caso da Votorantim (maior produtor de cimento no Brasil), da Lafarge (maior produtora mundial de cimento) e da Sikal - Mineração Itapeva (maior produtora de filito e leucófilito do Brasil). Cabe salientar a importância do setor de comércio e serviços, líder na arrecadação municipal, situação provavelmente adquirida pelo fato de Itapeva ser o centro urbano da região mais acessível aos municípios adjacentes, uma vez que outros importantes centros como Itapetininga e Sorocaba distam cerca de 150 quilômetros das áreas menos desenvolvidas (como os municípios de Buri, Capão Bonito, Nova Campina e Itararé)<sup>47</sup>.

\* \* \*

Este capítulo reuniu evidências de que os aspectos básicos da estrutura produtiva de Itapeva, conforme essa se apresenta na atualidade, foram delineados num período anterior ao do “espalhamento” industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo nas décadas de 70 e 80, portanto, a trajetória dessa estrutura produtiva parece ter obedecido a uma lógica situada à margem da lógica correspondente à desconcentração industrial no Estado de São Paulo. De fato, a diversificação econômica local está, inicialmente, ligada ao aparecimento da ferrovia, e posteriormente ao desenvolvimento da atividade mineral, reflexo da presença de importantes riquezas naturais. Embora a atividade mineral já se fizesse notar desde a década de 1920, é a partir de 1950, com a chegada de grandes empresas externas, que esse ramo tem um grande salto na economia local. A partir das décadas de 1960/70, um outro ramo que ampliou sua visibilidade na economia local foi o madeireiro, com a instalação de uma grande indústria de papel e celulose – a Sguario. É importante ressaltar que, apesar do desenvolvimento industrial, a cidade conta com um significativo setor agropecuário, consequência de sua enorme área territorial, e ainda

---

<sup>47</sup> Em termos qualitativos, a cidade exerce influência significativa sobre seu entorno. Esse fato gera indagações a respeito do poder de atratividade da cidade de Itapeva sobre as localidades adjacentes, tornando interessante um possível estudo futuro sobre os graus e tipos dessa influência.

com um importante setor terciário, cujo desenvolvimento ocorreu simultaneamente ao crescimento industrial.

Logo, pensar sobre a dinamização econômica em Itapeva, no passado recente, implica desconsiderar, ao que tudo indica, as possibilidades vinculadas à reconfiguração espacial da indústria paulista nos anos 70 e 80. Nesse caso específico, o caráter “periférico” não parece ter exercido qualquer sedução sobre o capital em busca de novas localizações: outras regiões de São Paulo, conjugando oferta de mão-de-obra a custos atraentes com a presença de outros fatores locacionais – entre eles a própria distância em relação à capital -, magnetizaram o principal das atividades desconcentradas. Assim, o tema do desenvolvimento local-regional deveria ser colocado em outros termos na área, talvez em termos locais e, em certo sentido, endógeno.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia objetivou abordar o fenômeno de desconcentração industrial observado no Brasil durante os anos 70 e 80, descrevendo o processo, principalmente em relação à sua incidência no Estado de São Paulo, e recuperando os principais termos do debate por ele provocado. Além disso, visou-se desenvolver uma abordagem exploratória sobre a participação de Itapeva, procurando vislumbrar em que medida a desconcentração industrial paulista alcançou, efetivamente, tal área.

Fazendo uma síntese dos pontos trabalhados no texto, cabe assinalar que o processo de integração nacional, impulsionado no Brasil na década de 1930, teve entre seus principais aspectos a remoção das principais barreiras comerciais existentes entre os membros da federação. Isso estimulou o comércio entre estados e regiões, mas, gerando efeitos de estímulo, de inibição/bloqueio e até mesmo de destruição de capitais regionais, contribuiu significativamente para a tendência de concentração do dinamismo industrial na região mais rica do país, a Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo. Essa tendência perdura até a década de 1970.

Nos anos 1970, o Estado passa a atuar de forma mais ativa na elaboração de políticas voltadas para a desconcentração da produção industrial. Nesse período, há um avanço na conformação da matriz industrial nacional, com a implantação de projetos de larga envergadura (hidrelétricos, químicos, e até agroindustriais) fora da área metropolitana de São Paulo, estimulando o crescimento de áreas periféricas e, ao mesmo tempo, exigindo um nível maior de articulações. Na verdade, as políticas de desenvolvimento regional, intensificadas nas décadas de 1960 e 1970, tinham promovido investimentos regionalizados, fortalecendo a desconcentração espacial da indústria e reduzindo a participação de São Paulo no cenário nacional. No entanto, São Paulo continuava crescendo a taxas elevadas, com complementaridade entre as estruturas instaladas nesse pólo e aquelas instaladas na periferia; não admira que entre 1970 e 1985 tenha

havido um aumento das articulações entre São Paulo e o restante do país. Mas o fato é que houve um aumento da participação de outros estados e regiões no produto industrial brasileiro, justificando a referência a um processo de desconcentração industrial. Em escala estadual, esse movimento se traduziu numa certa “interiorização” da indústria paulista.

Os fatores determinantes da desconcentração industrial nas décadas de 70 e 80 são múltiplos e complexos. Daí o surgimento de um interessante debate teórico sobre o tema, recuperado, nos seus principais termos, nesta monografia. Entretanto, um fator que não pode passar despercebido nesse debate é o papel atribuído à ação estatal - através de políticas regionais de infra-estrutura, de incentivos fiscais e creditícios e de investimentos produtivos diretos - no processo de reconfiguração espacial da indústria.

Sobre o objetivo referente à possível participação do município de Itapeva nesse processo de desconcentração industrial do Estado de São Paulo, a pesquisa mostrou que a área em questão praticamente ficou à margem daquela dinâmica, devendo o seu perfil produtivo ser relacionado a outros acontecimentos, em boa medida de cunho histórico. Na verdade, as grandes transformações industriais de Itapeva tiveram início dos anos 1950, e estão indissociavelmente ligadas às atividades extrativas da região (madeira e minérios). No bojo dessas mudanças, o setor terciário adquiriu destaque, passando a ser responsável pela maior fatia de arrecadação municipal. É possível afirmar ainda, a partir das observações sobre o município, que só nos últimos dez anos - portanto muito depois da onda de desconcentração industrial em São Paulo - Itapeva passou a apresentar, de uma forma um pouco mais efetiva, uma integração com centros industriais maiores. Pelo menos aponta nessa direção a percepção do ex-proprietário da empresa Sguario, entrevistado durante a pesquisa:

não houve aqui [Itapeva], vamos dizer, uma aproximação maior no sentido de integração com a desconcentração de 1970, pois a nossa região era um tanto isolada de São Paulo. (...) a nossa região era um pouco mais pobre, ligada mais às atividades extrativas do que às industriais. Nos últimos dez anos tem havido uma maior integração, pois a cidade está maior e mais desenvolvida



industrialmente. É como se a cidade, na década de 70, não estivesse preparada, não tivesse infra-estrutura o suficiente para participar desse processo.

A partir de meados dos anos 80, a crise econômica, afetando as possibilidades de ação do Estado, compromete as políticas de desenvolvimento regional parecendo atingir o processo de diminuição das desigualdades, impulsionado anteriormente a reboque da desconcentração industrial. Mas, isso não significa que o processo de integração nacional, mediante a desconcentração produtiva, está necessariamente esgotado. De um lado, ainda há muito que reduzir no campo das desigualdades regionais, constatação quase trivial no Brasil; como afirma Caiado (2002), a integração deveria prosseguir, reduzindo a heterogeneidade estrutural e regional no bojo de uma maior dispersão na localização de compartimentos dinâmicos, em que pese o fato de que, a partir dos anos 90, com a atrofia da ação pública na forma de políticas de desenvolvimento regional, processo de integração parece ter sido, em boa medida estancado. Por outro lado, segue ocorrendo uma certa dinâmica regional que não corresponde necessariamente ao protagonismo dos centros históricos da indústria brasileira: o termo que parece melhor expressar a dinâmica regional após 1989 é a “seletividade” (CAIADO, 2002), pois cada região tem sido privilegiada segundo estritos determinantes de mercado, quase sempre acompanhados por vantagens concedidas pela Guerra Fiscal. Isso tende a privilegiar as áreas mais ricas.

Cabe ainda chamar a atenção para um tipo de estratégia observada frequentemente entre empresas que participaram da desconcentração industrial. Trata-se da cisão territorial, um processo que vem redesenhando a integração entre diferentes níveis de presença industrial (nível local e níveis mais amplos), caracterizado pela cisão entre a produção e a gestão de indústrias, que foi fortemente intensificado durante o processo de reestruturação industrial recente (1970-1980), representando um aspecto importante da organização industrial contemporânea. Além disso, a cisão territorial tem confirmado o papel dominante das grandes empresas na indução desse processo. Esse movimento, de descontinuidade territorial, que “une” o que está distante e

separado, tem, por outro lado, uma expressão mais densa no entorno metropolitano, confirmando a primazia de São Paulo. Quer dizer, ao que tudo indica, a área de Itapeva praticamente não foi implicada por essas estratégias de cisão territorial correlacionada à desconcentração industrial.

Enfim, se o Estado não atua na redução de disparidades regionais e de concentração da renda, mas abre mão de políticas estruturadoras e, ainda, reduz as barreiras de proteção ao capital nacional tratando o território como “mercado”, o resultado só poderia ser, como foi, de maior exposição da economia nacional, de retração de alguns segmentos e de estancamento do processo de desconcentração industrial. Assim, o desenvolvimento regional acaba ficando sob a arbitragem da Guerra Fiscal, na qual os investimentos contam com um verdadeiro “leilão” de localizações. (CAIADO, 2002). Desse modo, pensando na situação de uma área como a de Itapeva, o desenvolvimento local-regional está, como qualquer outro, ligado à ação estatal, porém, nesse caso específico, os maiores progressos parecem ter surgido de um impulso local, endógeno à área, o que parece estar fortemente relacionado às riquezas minerais da região, e não a uma investidora atenta do Estado, nem a uma atração do capital por localizações “periféricas”. No entanto, considerando o recente nível de desenvolvimento de Itapeva e ainda, a atração que essa cidade exerce sobre a área que fica no seu entorno, uma ação política de desenvolvimento local que vise a integração da cidade com seu entorno e também, com grandes centros, promovendo as potencialidades econômicas da área, merece ser pensada.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZONI, C. R. A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo. **Estudos Econômicos - IPE-USP**, São Paulo, nº 16 (encarte especial), 1986a.

\_\_\_\_\_. Indústria e reversão da polarização no Brasil. **Série Ensaios Econômicos- IPE-USP**, São Paulo, nº 58, 1986b.

\_\_\_\_\_. Indústria e reversão da polarização no Brasil. **Série Ensaios Econômicos- IPE-USP**, São Paulo, 1985.

BECATTINI, G. I. The Re-emergence of Small Enterprises: industrial restructuring in industrialized countries. In: SENGENBERGER, W.; LOVEMAN, G.; PIORE, M. (eds.). **International Institute for Labour Studies**, Geneva, cap.4, p.144-172, 1990.

BELLUZZO, L. G. M.; TAVARES, M. da C. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. (orgs). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**; ensaios sobre a crise. São Paulo, ed. Brasiliense, v.1, 3ª ed, p.56-121, 1984.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. Le nouveau débat régional: posicion. In BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs) **Les régions qui gagnent** Districts et réseaux: les nouveau paradgmes de la géographie économique. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

BRAUDEL, F. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. In: BRAUDEL, F. **O tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes, cap.3, 1998.

CAIADO, A. S. C. Reestruturação produtiva e localização industrial: a dinâmica industrial na RMSP entre 1985 e 2000. Área ANPEC – área 5 Economia Regional e Economia Agrícola JEL – R11. .Net, Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A114.pdf>>

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995**. Campinas: Instituto de economia da Unicamp, 2ª ed, 1998.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970.** São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** Campinas: UNICAMP, 1986.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração nem contínua polarização. In: **Revista Nova Economia.** Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1993.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica regional da indústria no Brasil: início de desconcentração, risco de reconcentração.** Belo Horizonte: Tese para professor titular, 1991.

\_\_\_\_\_.; LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: IPEA/IPLAN. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas.** População, emprego, desenvolvimento urbano e regional. Brasília: IPEA, v.3, p. 161-200, 1989. ESTADO DE SÃO PAULO DIAGNÓSTICO. Secretaria de Economia e Planejamento – coordenadoria de ação regional. Governo do Estado de São Paulo. Março de 1973.

FERREIRA, J. P. (planejador e orientador). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** p. 7-13, p. 450-453, p. 493, set/1957.

FILHO, N. V. da C. **Um breve histórico sócio-econômico de Itapeva.** [http://www.itapevacity.com.br/modules.php?name=Ita\\_Historia&page=historia8](http://www.itapevacity.com.br/modules.php?name=Ita_Historia&page=historia8). Acesso em: 13/11/2005.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 4ª ed, 1961.

GALVÃO, A. C. F. Alguns comentários sobre a experiência brasileira de política regional e suas perspectivas. In: JUNG, W. (ed.). **A política regional na era da globalização.** São Paulo: Fundação Konrad – Adenauer – Stiftung. (Série Debates IPEA), nº 12, 1996.

GONÇALVES, C. A. B.; GALVÃO, A. C. F. **Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo.** São Paulo: Unesp - Anpur, 2003.

GRAHAM, D. H. e HOLLANDA, S. B. **Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Seletive Analysis of the Historical Record – 1872-1970**. IPE, 1971, p.98-102.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. In: Afonso, R. B. A. & SILVA, GUIMARÃES NETO, L. **Questão regional no Brasil: reflexões sobre processo recentes. Cadernos de Estudos Sociais**. v. 6, n.1, jan/jun. Recife: Fundaj, 1990.

HADDAD, P. R. A experiência brasileira de planejamento regional e suas perspectivas. In: JUNG, W. (ed.). **A política regional na era da globalização**. São Paulo: Fundação Konrad – Adenauer – Stiftung. (Série Debates IPEA), nº 12, 1996.

\_\_\_\_\_. **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1989.

História de Itapeva. <http://www.Itapeva.sp.gov.br/itapeva/historia>. Acesso em: 13/11/2005. **Revista Raízes da nossa História**. Revista documentário da diretoria de ensino–região de Itapeva/SP. Ano II, nº2, p.37-47.

IKEDA, A.; BUENO, L. F. **Estudos e análise demográfica do Estado de São Paulo**. Anpes, nº12, 1967.

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). **Diagnóstico técnico-econômico do setor mineral de Itapeva (SP) e das possibilidades para o desenvolvimento de um pólo regional de mineração**. São Paulo: IPT, 1998.

LESSA, C. **Estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso (1974-1976)**. Tese apresentada para o concurso de professor titular. Rio de Janeiro: FEA – UFRJ, 1978.

\_\_\_\_\_. **Quinze anos de política econômica. Cadernos do IFCH**. Campinas: Unicamp, 1975.

LINS, H. N. A questão regional na aurora do século XXI: os desafios da globalização. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 78-101, 2001.

LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Capital e seu Espaço**. São Paulo: Nobel, 1987.

MAGALDI, S. B. **Ação do Estado e do grande capital na reestruturação da atividade econômica: o cultivo florestal e a cadeia madeira-celulose/papel** - Dissertação de Mestrado - USP - FFLCH - Geografia - São Paulo, 1991.

Mercado da madeira de eucalipto no Brasil. **Revista da madeira**, nº 88, ano 15, março de 2005.<  
<http://www.remade.com.br/revista/materia.php?edicao=88&id=704>>. Acesso em: 20/03/2006  
MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec - Polis, 1984.

MUZEL, G. de M. **Itapeva - da sua História**.  
[http://www.itapevacity.com.br/modules.php?name=Ita\\_Historia&page=historia7](http://www.itapevacity.com.br/modules.php?name=Ita_Historia&page=historia7). Acesso em:  
13/11/2005.

NEGRI, B. A nova realidade Regional Brasileira: Dinâmica recente da Distribuição Espacial da Atividade Industrial no Brasil. O Novo Espaço da Indústria Paulista. **Relatório de pesquisa B.1**, Convênio SPG / Fecamp-Unicamp / IE / Nesur, Campinas, p. 42, 1992.

\_\_\_\_\_. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880/1990)**.  
Campinas: Unicamp, 1996.

OLIVEIRA, F. A. M. de. **Globalização, Regionalização e Nacionalismo**. São Paulo: Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

P. L. **Federalismo no Brasil** – desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: Fundap/Editora da Unesp, 1995.

PACHECO, C. A. **A fragmentação da nação**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp/(IE), 1998.

\_\_\_\_\_. **Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Nacional**.  
Economia e Sociedade. Campinas: Unicamp (IE), n.1, p. 113-140, ago. 1992.

PAVÃO, E. da S. **Formação, estrutura e dinâmica da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. Dissertação de mestrado.

REDWOOD, J. Revisión de polarización, ciudades secundárias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visioó teórica aplicada al Brasil contemporáneo. **Revista EURE**. mar/1985.

RICHARDSON, H. W. **Economia Regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ROSA, A. L. T. da. Reestruturação Regional da Indústria Brasileira: Em Direção a Um Processo de Reconcentração nos Anos 90? **Economia & Empresa.** São Paulo: v.3, n.3, p.47-63, jul./set, 1996.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à província de São Paulo.** (tradução Regina Regis Junqueira) (apresentação Mário Guimarães Ferri). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; p. 11-15, p. 207-229, 1976.

SANTOS, L. B. dos. **A formação Territorial do município de Itapeva – SP: Uma Caracterização Histórica e Geográfica.** Primeiro capítulo de sua monografia, em fase de construção.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento local: estudo e análise da indústria de cimento Lafarge.** Relatório de Iniciação Científica – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2005. 79f.

\_\_\_\_\_.; SPOSITO, E. S. **Desenvolvimento local e atividade Mineral: Algumas Considerações.** Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2005.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO **Indicadores da evolução sócio-econômica.** Coordenadoria de ação regional. Sistema de Informações das Regiões de Governo (SINERG), jan/1985.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. (orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil; ensaios sobre a crise.** São Paulo: Brasiliense, v.1, 3ª ed, p. 56-121, 1984.

SOLA, L.; PAULANI, L. **Lições da década de 80.** São Paulo: EDUSP; Genebra: UNRISD, 1995.

\_\_\_\_\_. (1978) **Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira.** Rio de Janeiro. 192 p. (tese para concurso de professor titular UFRJ).

STRAFORINI, R. **No Caminho das Tropas.** Sorocaba, TCM, 2001.

TEIXEIRA, A. Vinte anos de política econômica. Evolução e desempenho da economia brasileira de 1970 a 1989. In: CANO, W. (coord.). **São Paulo no limiar do século XXI**. São Paulo: Fundação Seade, v.1, p. 85-122, 1992.

TOWNROE, P. M.; KEEN, D. Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. **Regional Studies**. v.19, p. 45-54, 1984.

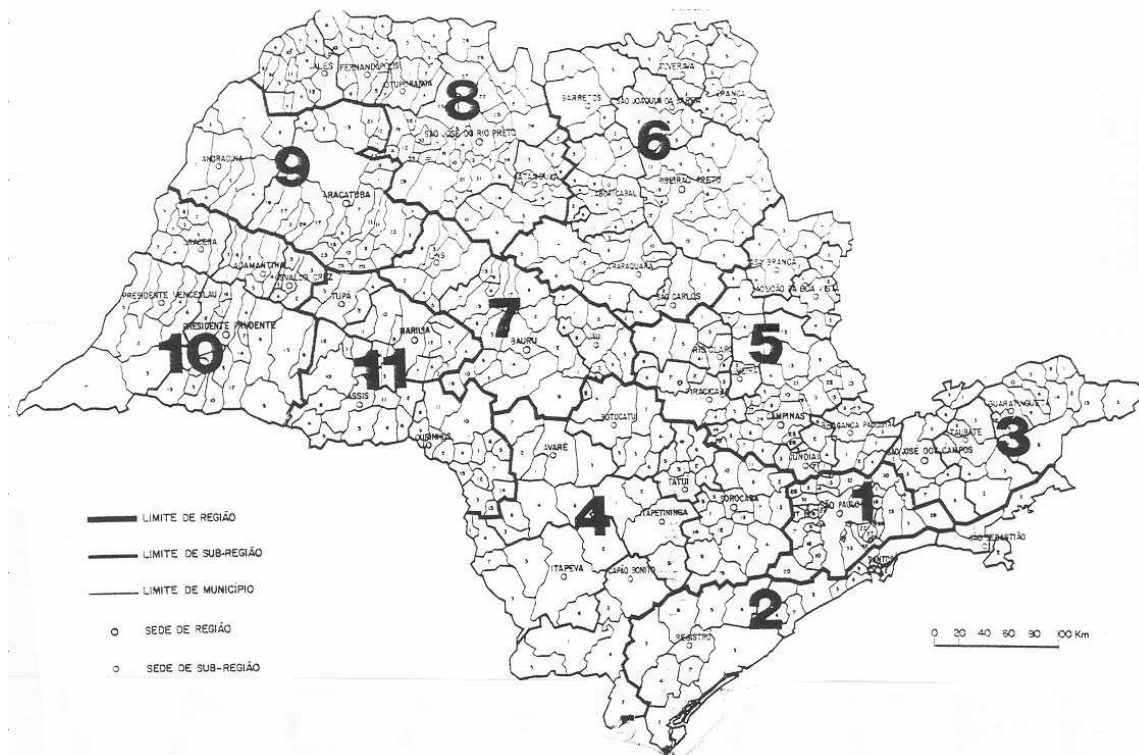
WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.



# **ANEXOS**



**ANEXO 1 – AS 11 REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SÃO PAULO E SUAS  
RESPECTIVAS SUB-REGIÕES:**



**1ª SÃO PAULO:** Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeirica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano, Taboão da Serra.

**Observação:** A Grande São Paulo engloba: São Paulo, ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), Mauá, Guarulhos e Osasco.

**2ª - SANTOS:** Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Itariri, Mongaguá, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente.

**Sub-regiões: São Sebastião:** Caraguatatuba, Ilha Bela, Ubatuba.

**Registro:** Cananéia, Eldorado, Iguape, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariqueira-Açu, Sete Barras.

**3ª - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** Campos do Jordão, Igaratá, Jacaré, Jembeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí.

**Sub-regiões: Taubaté:** Caçapava, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, São Luís do Paraitinga, Tremembé.

**Guaratinguetá:** Aparecida, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Cunha, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Piquete, Queluz, Roseira, São José do Barreiro, Silveiras.

**4ª - SOROCABA:** Araçoiaba da Serra, Cabreúva, Capela do Alto, Ibiúna, Iperó, Itu, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Roque, Sarapuá, Tapira, Votorantim.

**Sub-regiões: Tatuí:** Boituva, Cerquilha, Cesário Lange, Laranjal Paulista, Pereiras, Tiê.

**Itapetininga:** Angatuba, Guareí, São Miguel Arcanjo.

**Capão Bonito:** Apiaí, Barra do Turvo, Guapiara, Iporanga, Ribeira.

**Itapeva:** Barão de Antonina, Buri, Itaberá, Itaporanga, Itararé, Ribeirão Branco, Ribeirão Vermelho.

**Avaré:** Arandu, Cerqueira César, Coronel Macedo, Itaí, Itatinga, Paranapanema, Santa Bárbara do Rio Pardo, Taquarituba.

**Botucatu:** Anhembi, Areiópolis, Bofete, Conchas, Pardinho, Porangaba, São Miguel.

**5ª - CAMPINAS:** Águas de Lindóia, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Capivari, Cosmópolis, Elias Fausto, Indaiatuba, Itapira, Jaguariúna, Lindóia, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Mombuca, Monte Alegre do sul, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínea, Pedreira, Rafard, Santo Antonio da Posse, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Valinhos, Vinhedo.

**Sub-regiões:** Piracicaba: Águas de São Pedro, Charqueada, Iracemópolis, Rio das Pedras, Santa Bárbara do Oeste, Santa Maria da Serra, São Pedro, Torrinha.

**Limeira:** Araras, Conchal, Cordeirópolis, Leme, Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Cruz da Conceição.

**Rio Claro:** Analândia, Brotas, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Santa Gertrudes.

**São João da Boa Vista:** Aguaiá, Águas da Prata, Divinolândia, Pinhal, Santo Antonio do Jardim, São Sebastião da Gramma, Vargem Grande do Sul.

**Casa Branca:** Caconde, Itobi, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, São José do Rio Pardo, Tambaú, Tapiratiba.

**Jundiaí:** Campo Limpo, Itatiba, Itupeva, Jarino, Louveira, Morungaba, Várzea Paulista.

**Bragança Paulista:** Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Joanópolis, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia.

**6ª - RIBEIRÃO PRETO:** Altinópolis, Batatas, Barrinha, Brodósqui, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Jardimópolis, Luis Antonio, Pontal, Pradópolis, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho.

**Sub-regiões:** Franca: Cristais Paulista, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista.

**Ituverava:** Aramina, Buritizal, Guará, Igarapava, Miguelópolis.

**São Joaquim da Barra:** Ipuã, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira.

**Barretos:** Colina, Colômbia, Guaíra, Jaborndi.

**Jaboticabal:** Bebedouro, Fernando Prestes, Guariba, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Pirangi, Pitangueiras, Santa Ernestina, Taiacu, Taiuva, Taquaritinga, Terra Roxa, Viradouro, Vista Alegre do Alto.

**Araraquara:** Américo Brasileiro, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Ibitinga, Itápolis, Matão, Nova Europa, Rincão, Santa Lúcia, Tabatinga.

**São Carlos:** Descalvado, Dourado, Ibaté, Ribeirão Bonito.

**7ª - BAURU:** Agudos, Arealva, Avaí, Balbinos, Cabrália Paulista, Duartina, Guarantã, Iacanga, Lençóis Paulista, Lucianópolis, Nacatuba, Pedemeiras, Pirajuí, Piratininga, Pongai, Presidente Alves, Reginópolis, Ubirajara, Uru.

**Sub-regiões:** Lins: Cafelândia, Getulina, Guaiçara, Guaimbé, Júlio Mesquita, Promissão, Sabino.

**Jaú:** Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Dois Córregos, Igaracu do Tietê, Itaju, Itapuá, Mineiros do Tietê.

**8ª - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** Adolfo, Altair, Bady-Bassit, Bálsamo, Cedral, Guapiaçu, Guaraci, Ibirá, Icem, Jaci, José Bonifácio, Macaubal, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Nova Lusitânia, Olímpia, Onda Verde, Oriundiúva, Palestina, Paulo de Faria, Planalto, Poloni, Potirendaba, Sebastianópolis do Sul, Tanabi, Uchoa, União Paulista.

**Sub-regiões:** Catanduva: Ariranha, Cajobi, Catiguá, Irapuã, Itajobi, Novo Horizonte, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Sales, Santa Adélia, Severínia, Tabapuã, Urupês.

**Votuporanga:** Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Pontes Gestal, Riolândia, Valentim Gentil.

**Fernandópolis:** Estrela D' oeste, Guarani D' oeste, Indaiaporã, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Pedranópolis, Populina, São João das Duas Pontes, Turmalina.

**Jales:** Aparecida D' oeste, Dolcinópolis, Marinópolis, Palmeira D' oeste, Paranapuã, Rudinéia, Santa Albertina, Santa Clara D' oeste, Snata Fé do Sul, Santa Rita D' oeste, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia.

**9ª - ARAÇATUBA:** Alto Alegre, Auriflama, Avanhandava, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Birigui, Braúna, Buritama, Clementina, Coroados, Floreal, Gabriel Monteiro, Gastão Vidigal, general Salgado, Glicério, Guararapes, Guzolândia, Lavínia, Luizânia, Magda, Penápolis, Piacatu, Rubiácea, Sanópolis do Aguapé, Turiuba, Valparaíso.

**Sub-região:** Andradina: Castilho, Guaraçá, Itapura, Mirandópolis, Muritinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Menucci.

**10ª - PRESIDENTE PRUDENTE:** Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Naranjiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Rancharia, Regente Feijó, Sandovalina, Santo expedito, Taciba, Tarabaí.

**Sub-regiões:** Presidente Venceslau: Caiuã, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Epitácio, santo Anastácio, Teodoro Sampaio.

**Dracena:** Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D' alho, Tupi Paulista.

**Adamantina:** Fora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Pacaembu.

**Oswaldo Cruz:** Inúbia Paulista, Paranapuã, Rinópolis, Sagres, Salmorão.

**11ª - MARÍLIA:** Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Echaporã, Gália, Garça, Lupércio, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia, Quintana, Vera Cruz

**Sub-regiões:** Assis: Borá, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Florínia, Ibirarema, Lutécia, Maracaí, Palmital, Praguacu Paulista, Platina, Quatá.

**Ourinhos:** Bernardino de Campos, Chavantes, Fartura, Ipaçu, Manduri, Óleo, Piraju, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Sarutaiá, Taguaí, Tejujá, Timburi.

**Tupã:** Bastos, Herculândia, Iacri, Queirós.

**ANEXO 2: As 15 regiões administrativas recentes do Estado de São Paulo*****Região Administrativa de REGISTRO***

- Barra do Turvo
- Cajati
- Cananéia
- Eldorado
- Iguape
- Ilha Comprida
- Itariri
- Jacupiranga
- Juquiá
- Miracatu
- Pariquera Açu - ERPLAN
- Pedro de Toledo
- Registro
- Sete Barras

***Região Metropolitana da BAIXADA SANTISTA***

- Bertioga
- Cubatão
- Guarujá
- Itanhaém
- Mongaguá
- Peruíbe
- Praia Grande
- Santos - ERPLAN
- São Vicente

***Região Administrativa de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS***

- Aparecida
- Arapeí
- Areias
- Bananal
- Caçapava
- Cachoeira Paulista
- Campos do Jordão
- Canas
- Caraguatatuba
- Cruzeiro
- Cunha
- Guaratinguetá
- Igaratá
- Ilhabela
- Jacareí
- Jambeiro
- Lagoinha
- Lavrinhas
- Lorena
- Monteiro Lobato
- Natividade da Serra
- Paraibuna
- Pindamonhangaba
- Piquete
- Potim
- Queluz

- Redenção da Serra
- Roseira
- Santa Branca
- Santo Antonio do Pinhal
- São Bento do Sapucaí
- São José do Barreiro
- São José dos Campos - ERPLAN
- São Luís do Paraitinga
- São Sebastião
- Silveiras
- Taubaté
- Tremembé
- Ubatuba

***Região Administrativa de SOROCABA***

- Águas de Santa Bárbara
- Alambari
- Alumínio
- Angatuba
- Anhembi
- Apiaí
- Araçariguama
- Araçoiaba da Serra
- Arandu
- Areiópolis
- Avaré
- Barão de Antonina
- Barra do Chapéu
- Bofete
- Boituva
- Bom Sucesso de Itararé
- Botucatu
- Buri
- Campina do Monte Alegre
- Capão Bonito
- Capela do Alto
- Cerqueira César
- Cerquilha
- Cesário Lange
- Conchas
- Coronel Macedo
- Fartura
- Guapiara
- Guareí
- Iaras
- Ibiúna
- Iperó
- Iporanga
- Itaberá
- Itaí
- Itaóca
- Itapetininga
- Itapeva
- Itapirapuã Paulista
- Itaporanga
- Itararé
- Itatinga

- Itu
  - Jumirim
  - Laranjal Paulista
  - Mairinque
  - Manduri
  - Nova Campina
  - Paranapanema
  - Pardinho
  - Pereiras
  - Piedade
  - Pilar do Sul
  - Piraju
  - Porangaba
  - Porto Feliz
  - Pratânia
  - Quadra
  - Ribeira
  - Ribeirão Branco
  - Ribeirão Grande
  - Riversul
  - Salto
  - Salto de Pirapora
  - São Manuel
  - São Miguel Arcanjo
  - São Roque
  - Sarapuí
  - Sarutaíá
  - Sorocaba - ERPLAN
  - Taguaí
  - Tapiraí
  - Taquarituba
  - Taquarivaí
  - Tatuí
  - Tejuπά
  - Tietê
  - Torre de Pedra
  - Votorantim
- Região Administrativa de CAMPINAS***
- Aguaí
  - Águas da Prata
  - Águas de Lindóia
  - Águas de São Pedro
  - Americana
  - Amparo
  - Analândia
  - Araras
  - Artur Nogueira
  - Atibaia
  - Bom Jesus dos Perdões
  - Bragança Paulista
  - Brotas
  - Cabreúva
  - Caconde
  - Campinas - ERPLAN
  - Campo Limpo Paulista
  - Capivari

- Casa Branca
- Charqueada
- Conchal
- Cordeirópolis
- Corumbataí
- Cosmópolis
- Divinolândia
- Elias Fausto
- Engenheiro Coelho
- Espírito Santo do Pinhal
- Estiva Gerbi
- Holambra
- Hortolândia
- Indaiatuba
- Ipeúna
- Iracemápolis
- Itapira
- Itatiba
- Itirapina
- Itobi
- Itupeva
- Jaguariúna
- Jarinu
- Joanópolis
- Jundiaí
- Leme
- Limeira
- Lindóia
- Louveira
- Mococa
- Mogi Guaçu
- Moji Mirim
- Mombuca
- Monte Alegre do Sul
- Monte Mor
- Morungaba
- Nazaré Paulista
- Nova Odessa
- Paulínia
- Pedra Bela
- Pedreira
- Pinhalzinho
- Piracaia
- Piracicaba
- Pirassununga
- Rafard
- Rio Claro
- Rio das Pedras
- Saltinho
- Santa Bárbara d'Oeste
- Santa Cruz da Conceição
- Santa Cruz das Palmeiras
- Santa Gertrudes
- Santa Maria da Serra
- Santo Antonio de Posse
- Santo Antonio do Jardim



- São João da Boa Vista
- São José do Rio Pardo
- São Pedro
- São Sebastião da Gramma
- Serra Negra
- Socorro
- Sumaré
- Tambaú
- Tapiratiba
- Torrinha
- Tuiuti
- Valinhos
- Vargem
- Vargem Grande do Sul
- Várzea Paulista
- Vinhedo

***Região Administrativa de RIBEIRÃO PRETO***

- Altinópolis
- Barrinha
- Brodowski
- Cajuru
- Cássia dos Coqueiros
- Cravinhos
- Dumont
- Guariba
- Guatapar
- Jaboticabal
- Jardinópolis
- Luís Antnio
- Monte Alto
- Pitangueiras
- Pontal
- Pradópolis
- Ribeirão Preto - ERPLAN
- Santa Cruz da Esperança
- Santa Rosa do Viterbo
- Santo Antonio da Alegria
- São Simão
- Serra Azul
- Serrana
- Sertãozinho
- Taquaral

***Região Administrativa de BAURU***

- Agudos
- Arealva
- Av
- Balbinos
- Bariri
- Barra Bonita
- Bauru - ERPLAN
- Bocaina
- Boracéia
- Borebi
- Cabrália Paulista
- Cafelândia
- Dois Córregos

- Duartina
- Getulina
- Guaiçara
- Guaimbê
- Guarantã
- Iacanga
- Igarapu do Tietê
- Itaju
- Itapuí
- Jaú
- Lençóis Paulista
- Lins
- Lucianópolis
- Macatuba
- Mineiros do Tietê
- Paulistânia
- Pederneiras
- Pirajuí
- Piratininga
- Pongai
- Presidente Alves
- Promissão
- Reginópolis
- Sabino
- Ubirajara
- Uru

***Região Administrativa de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO***

- Adolfo
- Álvares Florence
- Américo de Campos
- Aparecida d'Oeste
- Ariranha
- Aspásia
- Bady Bassitt
- Bálsamo
- Cardoso
- Catanduva
- Catiguá
- Cedral
- Cosmorama
- Dirce Reis
- Dolcinópolis
- Elisiário
- Estrela d'Oeste
- Fernandópolis
- Floreal
- Guapiaçu
- Guarani d'Oeste
- Ibirá
- Icém
- Indiaporã
- Ipiгуá
- Irapuã
- Itajobi
- Jaci
- Jales

- José Bonifácio
- Macaubal
- Macedônia
- Magda
- Marapoama
- Marinópolis
- Mendonça
- Meridiano
- Mesópolis
- Mira Estrela
- Mirassol
- Mirassolândia
- Monções
- Monte Aprazível
- Neves Paulista
- Nhandeara
- Nipoã
- Nova Aliança
- Nova Granada
- Novais
- Novo Horizonte
- Onda Verde
- Orindiúva
- Ouroeste
- Palestina
- Palmares Paulista
- Palmeira d'Oeste
- Paraíso
- Paranapuã
- Parisi
- Paulo de Faria
- Pedranópolis
- Pindorama
- Planalto
- Poloni
- Pontalinda
- Pontes Gestal
- Populina
- Potirendaba
- Riolândia
- Rubinéia
- Sales
- Santa Adélia
- Santa Albertina
- Santa Clara d'Oeste
- Santa Fé do Sul
- Santa Rita d'Oeste
- Santa Salete
- Santana da Ponte Pensa
- São Francisco
- São João das Duas Pontes
- São José do Rio Preto - ERPLAN
- Sebastianópolis do Sul
- Tabapuã
- Tanabi
- Três Fronteiras

- Turmalina
- Ubarana
- Uchôa
- União Paulista
- Urânia
- Urupês
- Valentim Gentil
- Vitória Brasil
- Votuporanga
- Zacarias

***Região Administrativa de ARAÇATUBA***

- Alto Alegre
- Andradina
- Araçatuba - ERPLAN
- Auriflama
- Avanhandava
- Barbosa
- Bento de Abreu
- Bilac
- Birigui
- Braúna
- Brejo Alegre
- Buritama
- Castilho
- Clementina
- Coroados
- Gabriel Monteiro
- Gastão Vidigal
- General Salgado
- Glicério
- Guaraçai
- Guararapes
- Guzolândia
- Ilha Solteira
- Itapura
- Lavínia
- Lourdes
- Luiziânia
- Mirandópolis
- Murutinga do Sul
- Nova Castilho
- Nova Independência
- Nova Luzitânia
- Penápolis
- Pereira Barreto
- Piacatu
- Rubiácea
- Santo Antonio do Aracanguá
- Santópolis do Aguapeí
- São João de Iracema
- Sud Mennucci
- Suzanápolis
- Turiúba
- Valparaíso

***Região Administrativa de PRESIDENTE PRUDENTE***

- Adamantina

- Alfredo Marcondes
  - Álvares Machado
  - Anhumas
  - Caiabu
  - Caiuá
  - Dracena
  - Emilianópolis
  - Estrela do Norte
  - Euclides da Cunha Paulista
  - Flora Rica
  - Flórida Paulista
  - Iepê
  - Indiana
  - Inúbia Paulista
  - Irapuru
  - Junqueirópolis
  - Lucélia
  - Marabá Paulista
  - Mariápolis
  - Martinópolis
  - Mirante do Paranapanema
  - Monte Castelo
  - Nantes
  - Narandiba
  - Nova Guataporanga
  - Osvaldo Cruz
  - Ouro Verde
  - Pacaembu
  - Panorama
  - Paulicéia
  - Piquerobi
  - Pirapozinho
  - Pracinha
  - Presidente Bernardes
  - Presidente Epitácio
  - Presidente Prudente - ERPLAN
  - Presidente Venceslau
  - Rancharia
  - Regente Feijó
  - Ribeirão dos Índios
  - Rosana
  - Sagres
  - Salmourão
  - Sandovalina
  - Santa Mercedes
  - Santo Anastácio
  - Santo Expedito
  - São João do Pau d'Alho
  - Taciba
  - Tarabaí
  - Teodoro Sampaio
  - Tupi Paulista
- Região Administrativa de MARÍLIA***
- Álvaro de Carvalho
  - Alvinlândia
  - Arco Íris

- Assis
  - Bastos
  - Bernardino de Campos
  - Borá
  - Campos Novos Paulista
  - Cândido Mota
  - Canitar
  - Chavantes
  - Cruzália
  - Echaporã
  - Espírito Santo do Turvo
  - Fernão
  - Florínia
  - Gália
  - Garça
  - Herculândia
  - Iacri
  - Ibirarema
  - Ipaussu
  - João Ramalho
  - Júlio Mesquita
  - Lupércio
  - Lutécia
  - Maracá
  - Marília - ERPLAN
  - Ocaçu
  - Óleo
  - Oriente
  - Oscar Bressane
  - Ourinhos
  - Palmital
  - Paraguaçu Paulista
  - Parapuã
  - Pedrinhas Paulista
  - Platina
  - Pompéia
  - Quatá
  - Queiroz
  - Quintana
  - Ribeirão do Sul
  - Rinópolis
  - Salto Grande
  - Santa Cruz do Rio Pardo
  - São Pedro do Turvo
  - Tarumã
  - Timburi
  - Tupã
  - Vera Cruz
- Região Administrativa CENTRAL***
- Américo Brasiliense
  - Araraquara
  - Boa Esperança do Sul
  - Borborema
  - Cândido Rodrigues
  - Descalvado
  - Dobrada

- Dourado
- Fernando Prestes
- Gavião Peixoto
- Ibaté
- Ibitinga
- Itápolis
- Matão
- Motuca
- Nova Europa
- Porto Ferreira
- Ribeirão Bonito
- Rincão
- Santa Ernestina
- Santa Lúcia
- Santa Rita do Passa Quatro
- São Carlos - ERPLAN
- Tabatinga
- Taquaritinga
- Trabiju

***Região Administrativa de BARRETOS***

- Altair
- Barretos - ERPLAN
- Bebedouro
- Cajobi
- Colina
- Colômbia
- Embaúba
- Guaíra
- Guaraci
- Jaborandi
- Monte Azul Paulista
- Olímpia
- Pirangi
- Severínia
- Taiacu
- Taiúva
- Terra Roxa
- Viradouro
- Vista Alegre do Alto

***Região Administrativa de FRANCA***

- Aramina
- Batatais
- Buritizal
- Cristais Paulista
- Franca - ERPLAN
- Guará
- Igarapava
- Ipuã
- Itirapuã
- Ituverava
- Jeriquara
- Miguelópolis
- Morro Agudo
- Nuporanga
- Orlândia
- Patrocínio Paulista

- Pedregulho
- Restinga
- Ribeirão Corrente
- Rifaina
- Sales Oliveira
- São Joaquim da Barra
- São José da Bela Vista

***Região Metropolitana de SÃO PAULO***

- Arujá
- Barueri
- Biritiba Mirim
- Caieiras
- Cajamar
- Carapicuíba
- Cotia
- Diadema
- Embu
- Embu-Guaçu
- Ferraz de Vasconcelos
- Francisco Morato
- Franco da Rocha
- Guararema
- Guarulhos
- Itapeçerica da Serra
- Itapevi
- Itaquaquecetuba
- Jandira
- Juquitiba
- Mairiporã
- Mauá
- Mogi das Cruzes
- Osasco
- Pirapora do Bom Jesus
- Poá
- Ribeirão Pires
- Rio Grande da Serra
- Salesópolis
- Santa Isabel
- Santana de Parnaíba
- Santo André
- São Bernardo do Campo
- São Caetano do Sul
- São Lourenço da Serra
- São Paulo - ERPLAN
- Suzano
- Taboão da Serra
- Vargem Grande Paulista